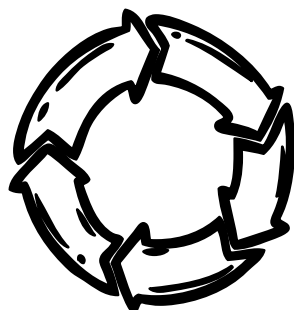
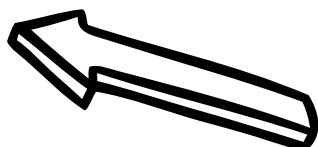
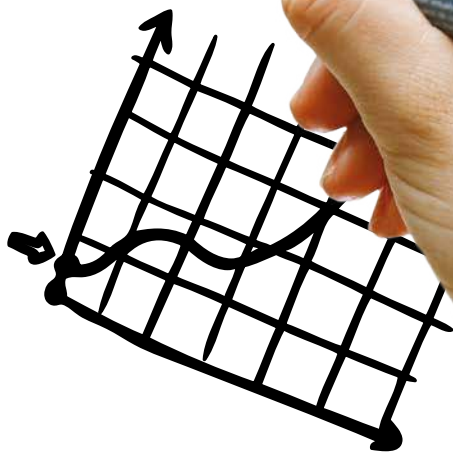


CADERNO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

4



Título

Caderno de Educação Financeira – 4

Criação Intelectual

Leya SA

Edição

Direção-Geral da Educação – Ministério da Educação

Comissão de Coordenação do Plano Nacional
de Formação Financeira

Associação Portuguesa de Bancos

Associação Portuguesa de Seguradores

Associação Portuguesa de Fundos de Investimento,
Pensões e Patrimónios

Associação de Instituições de Crédito Especializado

Data

2021

ISBN

978-989-66-1213-9

ISBN (versão eletrónica)

978-989-66-1214-6

Impressão e Acabamento

Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Tiragem

6000 Exemplares

Depósito Legal

489212/21

CADERNO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



4

ÍNDICE

1	PLANEAMENTO E GESTÃO DO ORÇAMENTO	
	Necessidades e desejos	5
	Orçamento familiar	10
	Risco e incerteza	16
	Planeamento	17
	Exercícios	19
2	POUPANÇA	
	Objetivos da poupança	25
	Aplicações da poupança	30
	Exercícios	42
3	CRÉDITO	
	Necessidades e capacidades financeiras	47
	Tipos de crédito	51
	Custos do crédito	53
	Responsabilidades do crédito	58
	Exercícios	59
4	SEGUROS	
	Contrato de seguro	63
	Tipos de seguros	68
	Exercícios	71
5	SISTEMA E PRODUTOS FINANCEIROS BÁSICOS	
	História e funções da moeda	75
	Inflação	79
	Contas bancárias e meios de pagamento	81
	Instituições financeiras	87
	Exercícios	90
6	CANAIS DIGITAIS	
	Risco e fraude	95
	Cuidados a ter na utilização de canais digitais	100
	Exercícios	102
	SOLUÇÕES	103

1

PLANEAMENTO E GESTÃO DO ORÇAMENTO



COMO POSSO TIRAR O MELHOR PARTIDO DO MEU DINHEIRO?

Na sua conta bancária, o André tem 130 €, que foi poupando ao longo do último ano com o objetivo de fazer uma viagem de Interrail Global Pass pela Europa no próximo verão, na companhia dos seus dois melhores amigos.

Recentemente, pelo seu aniversário, recebeu de presente dos pais e dos tios o valor de 85 €. O André hesita entre depositar os 85 € integralmente na sua conta bancária, para mais tarde comprar o passe de Interrail, e usar o valor para comprar uma calculadora gráfica de que precisa para as disciplinas de Matemática e Física e Química.

Claro que se optar por comprar uma calculadora em segunda mão poderá poupar parte do valor que recebeu pelos seus anos. Mas uma calculadora gráfica já usada pode avariar e nesse caso não terá direito a troca ou devolução...

Diariamente, todos fazemos escolhas quando usamos o nosso dinheiro:

- se o devemos gastar ou não;
- no que o devemos gastar;
- quais as melhores opções de compra.

NESTE CAPÍTULO VAMOS VER COMO FAZER ESTAS ESCOLHAS DA MELHOR MANEIRA E TAMBÉM COMO ELABORAR E GERIR UM ORÇAMENTO.



NECESSIDADES E DESEJOS

1

Podemos gastar o nosso dinheiro de forma a satisfazer necessidades ou desejos. Por **necessidade** entende-se aquilo que é essencial à nossa vida e de que não se pode abdicar. Por **desejo** entende-se aquilo que gostaríamos de ter, mas que não é verdadeiramente indispensável.

Por exemplo, todos temos a necessidade de nos alimentarmos, mas se optarmos por fazer uma refeição num restaurante caro, então estamos a satisfazer não apenas uma necessidade mas também um desejo.

Temos de satisfazer as nossas necessidades, e na medida do possível podemos atender aos nossos desejos. Os desejos são uma fonte de prazer e permitem-nos realizar sonhos. O problema surge quando se trata os desejos como necessidades. Quando isto acontece, corremos o risco de o nosso dinheiro ser gasto a satisfazer desejos e de não chegar para satisfazer necessidades.

Assim, é importante cada um de nós saber distinguir entre o que é realmente uma necessidade e o que é um desejo, de modo a poder fazer as opções certas relativamente ao uso do seu dinheiro, isto é, de modo a saber distinguir bem as despesas que são necessárias das que são supérfluas.

- **Despesas necessárias:** pagamento de bens e serviços essenciais para assegurar a nossa sobrevivência e a vida em sociedade (alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, ...).
- **Despesas supérfluas:** pagamento de bens e serviços destinados à satisfação de desejos (ténis da marca preferida, último modelo de consola de jogos, festivais de verão, ...).



PENSA SOBRE ISTO

1. Imagina que tens 100 € para gastar. Lista o que comprarias. Identifica na tua lista o que corresponde a necessidades e a desejos.
2. Em que grupo de despesas colocarias um telemóvel? Porquê?
3. A tua resposta à pergunta anterior será diferente quando consideras a idade do utilizador?

SITUAÇÃO-PROBLEMA

BEATRIZ

28 anos

.....



A Beatriz é licenciada em Engenharia Informática, trabalha numa empresa de *software* de segurança e o seu ordenado é de 1200 € líquidos por mês. Recentemente comprou um pequeno apartamento usado na região de Lisboa. O apartamento precisa de obras, de alguma mobília e de alguns eletrodomésticos. A Beatriz listou as suas necessidades relativamente ao apartamento, de forma a poder definir prioridades:

- pintar o interior do apartamento porque a pintura atual está em muito mau estado;
- reparar uma torneira que perde água;
- substituir o frigorífico que não funciona;
- comprar uma máquina de lavar roupa de que o apartamento não dispõe;
- comprar uma televisão;
- comprar uma cama e um colchão;
- comprar um sofá, uma mesa e 4 cadeiras.

1. Indica as necessidades a que, em tua opinião, a Beatriz deve atender com prioridade e aquelas que podem ser atendidas mais tarde.

CÉSAR

26 anos

.....



O César é licenciado em História da Arte e trabalha numa galeria na região do Porto. Recebe cerca de 900 € líquidos por mês e comissões sobre as obras de arte vendidas. Este ano as vendas correram particularmente bem e o César recebeu um valor total de comissões de 2000 € líquidos. Decidiu então poupar metade deste valor de comissões e usar a outra metade nos seguintes consumos:

- bicicleta para se deslocar para o trabalho;
- oferecer um jantar aos amigos;
- bilhete de avião para Paris;
- máquina de café;
- um fato novo.

2. Indica os consumos que, em tua opinião, correspondem a bens que se esgotam após a primeira utilização e os que podem ser consumidos/utilizados várias vezes ao longo do tempo.

As necessidades que são prioritárias correspondem a **necessidades de curto prazo** e aquelas que podem ser atendidas mais tarde correspondem a **necessidades de longo prazo**.

Os bens que não se esgotam num primeiro consumo, podendo ser utilizados várias vezes, são bens duradouros. Por isso, proporcionam uma **satisfação mais duradoura**. Os bens que se utilizam uma só vez são bens não duradouros. Por isso, proporcionam uma **satisfação imediata**.



Gastar mais do que o necessário pode comprometer a satisfação das nossas necessidades. É comum ouvir dizer que «temos de viver consoante as nossas possibilidades», o que quer dizer que é importante fazermos escolhas equilibradas que nos permitam realizar os nossos desejos sem comprometer as necessidades.

Para fazer escolhas equilibradas, é importante aprender a resistir às mensagens que incitam ao consumo de bens e serviços que nos são apresentados como necessários.

Existem muitos bens com diferentes modelos e funções, que fazem com que as pessoas vivam com uma permanente sensação de desatualização, sendo incentivadas a consumir continuamente com o objetivo de obtenção de autoestima, reconhecimento ou integração num grupo; os telemóveis são um bom exemplo disso. O consumo contínuo e exagerado pode até levar a uma situação de endividamento excessivo.



PENSA SOBRE ISTO.....

O objetivo da publicidade é promover a compra. Observa as seguintes campanhas publicitárias e reflete sobre as questões:

1. Qual é a informação destacada?
2. 39,90€ parece significativamente menos do que 40,00€?
3. Percebeste que o preço das camisolas é «a partir de», ou seja, que algumas podem ser mais caras?
4. Ao ler o anúncio, é possível saber que o televisor custa 748,50€?

15 x
49,90€
PVP total: 748,50€
TAEG 0%. Crédito
concedido por credixis.



Camisolas a partir de
39,90€

A publicidade procura evidenciar a informação que nos leva a tomar uma decisão de compra. Quando essa decisão não é planeada e é decidida momentos antes da compra, corresponde a uma **compra por impulso**.

Para evitar que o dilema entre querer adquirir e poder adquirir nos coloque numa má situação, devemos planear os nossos consumos e evitar as compras por impulso. Aqui ficam alguns conselhos:

- 1 Esperar para ver se a vontade de comprar se mantém por vários dias.
- 2 Antes de fazer uma compra pensar «Eu preciso mesmo disto?».
- 3 Ter cuidado com as promoções, pois nem todas são boas oportunidades.
- 4 Resistir às tendências, pois as modas desatualizam muito rapidamente.
- 5 Comparar preços em diferentes lojas.

Enquanto consumidores, independentemente de a compra ter sido feita por impulso ou planeada, podemos não ficar satisfeitos por razões de defeito, avaria ou extravio dos artigos. Por exemplo, uma camisola pode ter um defeito de que só nos apercebemos mais tarde, um livro que encomendámos *online* pode nunca chegar a ser recebido, um aparelho novo pode avariar.

Na maior parte destes casos, os compradores estão protegidos por **legislação específica**, que lhes permite a devolução e reembolso, a troca ou a reparação dentro do prazo de garantia.



A maioria das lojas aceita trocas dentro do prazo estabelecido, caso os produtos ainda não tenham sido usados e se tivermos a fatura, embora não sejam obrigadas a tal. Já se comprarmos um serviço ou bem fora de uma loja física, por telefone ou pela internet, a lei prevê o direito de arrependimento. Nesse caso, temos **14 dias para devolver** as compras, gratuitamente e sem apresentar qualquer justificação.

PÕE EM PRÁTICA

Para aplicares bem o teu dinheiro:

- **Identifica as tuas necessidades** e decide as tuas despesas em função delas.
- **Faz escolhas equilibradas:** não confundas necessidades com desejos e evita as compras impulsivas.
- **Aprende a decodificar as mensagens publicitárias** que incitam ao consumo supérfluo.
- **Elimina os gastos desnecessários.**
- **Usa estratégias** para aumentar o potencial do teu dinheiro: compara preços, pesquisa análises de produtos disponíveis *online* e aproveita promoções.



SITUAÇÃO-PROBLEMA

1

DINIS

15 anos



O Dinis está no 10.º ano e não tem computador em casa. Para realizar os trabalhos da escola costuma usar os computadores da biblioteca. Mas recentemente o horário dos seus treinos de futebol não lhe permite passar tanto tempo na escola, razão pela qual está a pensar comprar um computador. Leu análises de produto *online*, pediu a opinião a alguns amigos e o computador da sua preferência custa 419 €. Os pais pediram-lhe que procurasse um computador com as mesmas características, que lhe permitisse realizar os trabalhos escolares, mas mais barato.

1. A aquisição de um computador pelo Dinis corresponde a uma necessidade ou a um desejo?
2. A aquisição do computador no caso do Dinis é uma necessidade de curto ou de longo prazo?
3. O computador corresponde a um bem duradouro ou não duradouro?
4. Se o computador comprado avariar dentro do prazo de garantia, o que pode/deve o Dinis fazer?
5. Refere duas recomendações que o Dinis possa seguir para encontrar um computador mais barato.
6. O Dinis encontrou um computador equivalente e mais barato em duas lojas *online* diferentes. Indica as vantagens e desvantagens de cada opção.

Opção A
6 × 59,90 €

sem juros ou outros encargos
entrega imediata
PVP total: 359,4 €

Opção B
299 €

+ 20 € de portes
disponível para entrega
no prazo mínimo de 1 mês

ORÇAMENTO FAMILIAR

Um orçamento é uma ferramenta que nos ajuda a conhecer melhor as finanças pessoais e a planear os nossos rendimentos e despesas, tendo em conta os nossos objetivos.

Os **rendimentos** são as receitas, isto é, o dinheiro recebido (ordenado, pensão, subsídio, mesada, dinheiro de prendas, ...). As **despesas** são os gastos que efetuamos (alimentação, transporte, renda de casa, ...).

EXEMPLO

ELSA

20 anos

A Elsa é uma estudante universitária em Évora. Este é o orçamento que elaborou para o mês de março.



RENDIMENTOS	DESPESAS
Ordenado de trabalho em <i>part time</i> : 320 €	Renda do quarto: 200 €
Comissões sobre as vendas: 82 €	Propina da universidade: 100 €
Mesada: 100 €	Alimentação: 155 €
	Fotocópias e material escolar: 10 €
	Roupa: 12 €
	Saídas com amigos: 8 €
Total: 502 €	Total: 485 €

Nos rendimentos da Elsa, podemos distinguir os que são fixos dos que são variáveis:

- **Rendimentos fixos:** são aqueles que não variam ou variam muito pouco num curto espaço de tempo, como o ordenado e a mesada.
- **Rendimentos variáveis:** são aqueles que variam de mês para mês, como as comissões sobre as vendas.

Podemos igualmente estabelecer uma diferença entre as despesas fixas e variáveis:

- **Despesas fixas:** são aquelas cujo montante não se altera num curto prazo (não dependem do consumo), como a prestação do crédito à habitação e os seguros (casa, carro, saúde); no exemplo da Elsa, são a renda e a propina;
- **Despesas variáveis:** são aquelas que dependem do consumo mensal e podem ser alteradas no curto prazo, como as despesas com combustível, saúde, educação; no exemplo da Elsa, são a alimentação e despesas com material escolar, roupa e saídas com amigos.

O orçamento pode sofrer variações de mês para mês, dependendo da situação financeira pessoal ou da família. Um aumento dos rendimentos pode permitir realizar mais despesas. E uma quebra dos rendimentos pode obrigar a reduzir os consumos, particularmente aqueles que dizem respeito a despesas supérfluas.



PENSA SOBRE ISTO.....

No exemplo, os rendimentos do mês de março da Elsa são ligeiramente superiores às despesas do mesmo mês.

1. Se fosses tu, o que farias com a diferença?
2. E se a diferença fosse ao contrário e tivesses mais 17 € de despesas do que de receitas num mês? Que medidas poderias tomar?

EXEMPLO

FAMÍLIA FRAZÃO



Na família Frazão, residente nos arredores de Aveiro, o rendimento total do mês que agora se inicia será de 1928 €. A mãe, no seu novo emprego como contabilista, recebe 950 € líquidos por mês.

O pai, operário de longa data numa fábrica de porcelana, aufero o valor líquido mensal de 888 €. Mensalmente, a fábrica atribui prémios de produtividade, esperando o pai receber neste mês um prémio no valor de 90 € líquidos.

Os rendimentos totais chegam para fazer face às despesas, que incluem encargos com a habitação, a educação do filho único de 15 anos, a saúde, a alimentação, os transportes, etc. E permitem ainda poupar mensalmente uma percentagem do que recebem. A família utiliza o orçamento como ferramenta para procurar garantir um adequado equilíbrio entre os seus rendimentos e as suas despesas.

Analisemos como construíram o orçamento para o mês que agora se inicia:

- 1 Primeiro, adicionaram os **rendimentos** mensais, divididos entre fixos e variáveis:

RENDIMENTOS FIXOS	VALOR
Ordenado líquido da mãe	950 €
Ordenado líquido do pai	888 €
Total	1838 €
RENDIMENTOS VARIÁVEIS	VALOR
Prémio de produtividade do pai	90 €
Total	90 €
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1928€

- 2 De seguida, adicionaram as **despesas** mensais, divididas entre fixas e variáveis:

DESPESAS FIXAS	VALOR
Prestação do crédito à habitação	390 €
Prestação do crédito automóvel	80 €
Serviço TV + Net + Voz	60 €
Seguros	70 €
Passe de transportes públicos	40 €
Mesada do filho	40 €
Total	680 €

DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR
Alimentação e supermercado	580 €
Combustíveis	60 €
Material escolar	10 €
Vestuário/calçado	50 €
Água, eletricidade, gás	120 €
Lazer (livros, espetáculos, ...)	30 €
Despesas pessoais do pai	50 €
Despesas pessoais da mãe	50 €
Total	950 €

TOTAL DAS DESPESAS	1630 €
---------------------------	---------------

ATENÇÃO!

Existem diversas ferramentas para fazeres e acompanhares o teu orçamento, desde as mais simples, como um pedaço de papel e um lápis, até outras mais sofisticadas, como o simulador do orçamento familiar que encontras no Portal “Todos Contam” (www.todoscontam.pt).

- 3 Após a listagem dos rendimentos e despesas, encontraram o **saldo**, que permite saber quanto sobra, quanto falta ou se há equilíbrio entre rendimentos e despesas do mês.

$$\text{SALDO} = \text{RENDIMENTOS} - \text{DESPESAS}$$

SALDO	RENDIMENTOS	DESPESAS
298 €	1928 €	1630 €

- 4 Tendo como objetivo constituir uma **poupança**, a família Frazão decidiu repartir o saldo mensal em duas parcelas:

- um fundo de emergência para atender a situações imprevistas que possam acarretar um aumento das despesas ou quebra dos rendimentos;
- um valor a depositar num produto de poupança de longo prazo.

OBJETIVOS DE POUPANÇA	
Fundo de emergência	68 €
Poupança para objetivos de longo prazo	230 €

SITUAÇÃO-PROBLEMA

GUILHERME

25 anos

O Guilherme tirou um curso profissional de turismo e trabalha como chefe de receção num hotel de luxo no Algarve. Para aceitar esta oferta de emprego, o Guilherme teve de deixar a casa onde habitava e arrendar um pequeno apartamento mobilado perto do novo local de trabalho. Como ordenado, o Guilherme recebe mensalmente 850 € líquidos. Este mês irá receber ainda 100 € líquidos por horas extraordinárias realizadas.



Pela renda de casa, o Guilherme paga mensalmente 450 €. As contas de gás, eletricidade e água ascendem mensalmente a 90 €. Com a alimentação gasta em média 250 € por mês. Desloca-se a pé para o local de trabalho, pelo que não tem custos com transportes. Cancelou a subscrição que tinha de um ginásio porque agora pode usar gratuitamente o ginásio do hotel onde trabalha. O custo do pacote de telemóvel e internet é de 43 € por mês.

O Guilherme pretende poupar todos os meses a quantia de 30 € para poder no próximo inverno fazer férias na neve em Andorra. Além disso, mensalmente o Guilherme gostaria de reservar 50 € para aplicar num produto de poupança.

Em despesas pessoais, o Guilherme gasta mensalmente 51 € e em atividades de lazer, como saídas com amigos e espetáculos, cerca de 28 €.

1. Cria o orçamento do Guilherme para o mês que agora se inicia, usando a informação disponibilizada (podes usar o orçamento da família Frazão como modelo).
2. Este mês, o Guilherme terá mais despesas ou rendimentos?
3. Com este orçamento, o Guilherme está a cumprir com os seus objetivos de poupança? Que medidas pode tomar para os cumprir?
4. Indica uma situação que obrigue o Guilherme a gastar mais dinheiro do que o planeado este mês.
5. Que medida adicional poderá o Guilherme tomar para fazer face a futuras situações imprevistas?

Os rendimentos a que nos temos referido até agora, em todos os exemplos, da Beatriz ao Guilherme, foram apresentados em valores líquidos. Mas no contrato de trabalho de cada um deles a remuneração que está estipulada é um **ordenado bruto**, ao qual é retirada uma certa quantia para pagar os impostos e a Segurança Social, de acordo com as percentagens estipuladas por lei. Assim, ordenado bruto e ordenado líquido diferem do seguinte modo:

- **Ordenado bruto:** valor que um colaborador recebe pelo seu trabalho antes de serem descontados todos os impostos e feitos os pagamentos à Segurança Social.
- **Ordenado líquido:** valor que um colaborador efetivamente recebe pelo seu trabalho, após serem descontados todos os impostos e feitos os pagamentos à Segurança Social.

EXEMPLO

HELENA

27 anos



Como empregada bancária, a Helena tem um ordenado mensal de 1060 €, mais subsídio de alimentação, no valor diário de 6,20 €, pago de acordo com o número de dias de trabalho do mês.

O ordenado está sujeito a uma tributação de 8,4%* de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), uma vez que a Helena é mãe solteira de uma menina de 5 anos, e a uma taxa contributiva para a Segurança Social de 11%. O subsídio de alimentação está isento de impostos, no caso da Helena, uma vez que é pago em cartão-refeição.

* As tabelas de IRS variam anualmente e podem ser consultadas no *site* da Autoridade Tributária. O valor usado neste exemplo é indicativo, aproximado do valor real.

Qual será o valor do ordenado bruto da Helena?

O ordenado bruto da Helena corresponde ao valor do seu ordenado mensal, acrescido do valor do subsídio de refeição vezes o número de dias úteis trabalhados no mês em questão.

Ordenado mensal: 1060,00 €

Subsídio de refeição (recebido através de cartão-refeição): 6,20 € por dia de trabalho. Tendo trabalhado 21 dias úteis, a Helena irá receber o valor de 130,20 €.

Então, o valor do ordenado bruto mensal da Helena é de:

$$1060,00 \text{ €} + 130,20 \text{ €} = 1190,20 \text{ €}$$

E qual será o valor do ordenado líquido da Helena?

Vejamos como calcular esse valor.

- Ordenado mensal: 1060,00 €
- Subsídio de refeição: 130,20 €
- Valor de retenção de IRS: $1060,00 \text{ €} \times 8,4\% = 89,04 \text{ €}$
- Valor contributivo para a segurança social: $1060,00 \text{ €} \times 11\% = 116,60 \text{ €}$

O valor total dos descontos é de 205,64 €.

Assim, o valor do ordenado líquido é igual a:

Ordenado mensal + subsídio de refeição (em cartão-refeição) – descontos:

$$1060,00 \text{ €} + 130,20 \text{ €} - 205,64 \text{ €} = 984,56 \text{ €}$$

Para calcular o valor do **ordenado bruto** a partir do valor dado do ordenado líquido, pode proceder-se do seguinte modo:

- Calculamos a percentagem total de descontos:
 $11\% + 8,4\% = 19,4\%$.
- Ao ordenado líquido descontamos o valor do subsídio de refeição, uma vez que este está isento de impostos: $984,56 \text{ €} - 130,20 \text{ €} = 854,36 \text{ €}$.

Usando uma regra de três simples, considera-se que o valor líquido de ordenado (854,36 €) corresponde a 80,6% (100% – 19,4%) do ordenado mensal.

$$\begin{array}{ccc} 854,36 \text{ €} & \text{———} & 80,6\% \\ \text{Ordenado mensal} & \text{———} & 100\% \end{array}$$

$$\text{Ordenado mensal} = 854,36 \text{ €} \times 100 / 80,6 = 1060,00 \text{ €}$$

Assim, o valor do ordenado bruto é igual a:

Ordenado mensal + subsídio de refeição:

$$1060,00 \text{ €} + 130,20 \text{ €} = 1190,20 \text{ €}$$



RISCO E INCERTEZA

Vimos anteriormente que podem ocorrer **situações imprevistas** que geram aumento inesperado de despesas.

Mas podem também ocorrer situações imprevisíveis nos rendimentos pessoais ou familiares. Alguns exemplos: uma situação de desemprego, a ausência de prémios em resultado de uma fase de pior desempenho individual ou da empresa, a redução de comissões sobre as vendas, ou ainda situações de doença ou de divórcio, que não só geram diminuição de rendimentos, mas também aumento de despesas.

A constituição de um **fundo de emergência** é fundamental para atender não apenas a alterações não planeadas no lado das despesas, como vimos, mas também para permitir enfrentar uma quebra imprevista no lado dos rendimentos, pois permite ter uma folga orçamental e atenuar o impacto financeiro de qualquer imprevisto. Também os **seguros** podem auxiliar em situações imprevistas em que exista quebra de rendimento e/ou aumento de despesas, como no caso de desemprego ou doença. Os seguros são assim instrumentos que permitem ajudar a fazer face a situações de risco e incerteza.

É aconselhável planear o orçamento de modo a obter uma determinada poupança. Um valor entre 10% e 20% do valor total do rendimento é considerado ajustado para efeito de poupança, mas os rendimentos mais baixos podem não permitir poupança dentro destes valores, enquanto os rendimentos mais altos podem permitir poupanças superiores. Uma estratégia possível é entender a poupança como uma despesa fixa no orçamento, que deve ser colocada de parte logo no início do mês, e não no final, no valor que sobrar.

Quando o fundo de emergência mensal não é consumido, esse valor pode ser redirecionado para um produto de poupança. Quando ocorrem alterações com impacto nos rendimentos ou nas despesas, é indispensável proceder ao **ajustamento do orçamento**, tendo em vista manter um adequado equilíbrio entre o que se recebe e o que se gasta.



PENSA SOBRE ISTO.....

O rendimento mensal de um casal com dois filhos gémeos de 2 anos é de 2200 € líquidos e encontra-se distribuído pelas seguintes categorias:

- Prestações da casa, do carro e seguros: 600 €
- Lazer e despesas pessoais: 100 €
- Alimentação e supermercado: 650 €
- Fundo de emergência: 50 €
- Mensalidade da creche: 500 €
- Produto de poupança: 200 €
- Saúde: 100 €

1. Imagina uma situação imprevista que origine quebra de rendimento e duas situações que originem aumento de despesas no orçamento de um mês deste casal, e respetivos valores.
2. Como poderá o casal acomodar no seu orçamento desse mês estas situações imprevistas no rendimento e nas despesas?

PLANEAMENTO

1

Como vimos, a elaboração do orçamento pessoal e familiar é importante para identificar o saldo entre rendimentos e despesas e controlar as despesas. Mas o orçamento é também uma ferramenta importante para planear o futuro e ajudar a alcançar objetivos a médio e a longo prazo. Ter um filho, comprar ou mudar de casa, comprar um carro, reformar-se são exemplos de eventos da vida possíveis de prever e que podem ser planeados ao longo de vários orçamentos através da constituição de uma poupança com esse objetivo.

EXEMPLO

ISMAR

24 anos



O Ismar tem 24 anos e iniciou o seu primeiro emprego há um ano. Apesar de não morar longe do local de trabalho, gasta diariamente três horas em transportes públicos para ir para a empresa e regressar.

O grau de satisfação do Ismar com o seu emprego de engenheiro informático é muito grande: os colegas são jovens como ele e o ambiente entre todos é muito amigável; as instalações são modernas e incluem uma boa cantina e um ginásio; os desafios profissionais que lhe são colocados são exigentes, mas têm-lhe permitido desenvolver conhecimentos e capacidades; a empresa proporciona-lhe seguro de saúde; o ordenado atual é satisfatório e o Ismar tem uma expectativa de aumento salarial já no próximo ano.

Por tudo isto, o Ismar não deseja mudar de emprego, apesar de o tempo gasto diariamente em transportes públicos afetar a sua qualidade de vida. Assim, pensou que a melhor solução será comprar um carro para diminuir o tempo de deslocação. Para o efeito, o Ismar elaborou um orçamento plurianual, isto é, que contempla mais do que um ano, tendo em vista alcançar o objetivo de comprar um carro em 3 anos.

Vejamos o **orçamento plurianual** do Ismar:

RENDIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO 3
Ordenado líquido	14 000 €	14 700 €	14 700 €
Subsídio de refeição	1452 €	1502 €	1524 €
Prémio de produtividade	1000 €	1050 €	1050 €
Prenda de aniversário dos pais e avós	200 €	200 €	200 €
Total	16 652 €	17 452 €	17 474 €



DESPESAS	ANO 1	ANO 2	ANO 3
Renda	6000 €	6120 €	6242 €
Água, eletricidade, gás	1080 €	1100 €	1120 €
Supermercado	3600 €	3600 €	3600 €
Transportes públicos	480 €	490 €	500 €
Pacote TV + net + voz	710 €	720 €	730 €
Vestuário e calçado	250 €	250 €	250 €
Lazer	300 €	300 €	300 €
Despesas pessoais	400 €	400 €	400 €
Total	12 820 €	12 980 €	13 142 €

OBJETIVOS DE POUPANÇA	ANO 1	ANO 2	ANO 3
Fundo de emergência	560 €	560 €	560 €
Poupança para a reforma	1465 €	1545 €	1547 €
Poupança para aquisição de carro	1807 €	2367 €	2225 €

Pelo orçamento plurianual acima, percebemos que em três anos o Ismar prevê conseguir poupar 6399 € para a aquisição de um carro, sem esquecer a constituição mensal de um fundo de emergência e o reforço da poupança para a reforma.

ATENÇÃO!

Recorrendo ao **simulador da poupança** do Portal "Todos Contam", é possível calcular quanto deves poupar mensalmente ou anualmente para atingires o teu objetivo. Também podes definir primeiro um objetivo e, depois de definires o valor que vais poupar todos os meses, calculares o tempo que vais demorar a atingi-lo (consulta www.todoscontam.pt).

PÕE EM PRÁTICA

Utiliza o orçamento para:

- **controlar se tens rendimentos suficientes** para cobrir as tuas despesas necessárias;
- **verificar se estás a gastar o teu dinheiro** no que realmente te faz falta;
- ficar a saber se **podes reduzir o valor gasto em despesas variáveis** ou em despesas supérfluas, alterando hábitos;
- **prever rendimentos e despesas variáveis e sazonais**, como aniversários, Natal ou férias;
- **definir a parcela destinada a poupança**, quer para fazer face a situações imprevistas quer para realizar projetos futuros;
- **planear a médio e a longo prazo**, com objetivos específicos;
- calcular e **vigiar o saldo**.

Não percas de vista o teu orçamento! Faz as adaptações que sejam necessárias, mas mantém o objetivo de o cumprir!



EXERCÍCIOS

1

1. Na lista seguinte identifica as despesas necessárias (DN) e as despesas supérfluas (DS):

16
pt

- a) Comprar senhas de almoço para a semana atual.
- b) Comprar uma versão mais atual do telemóvel.
- c) Comprar material escolar.
- d) Comprar umas botas impermeáveis para o outono e inverno para substituir as do ano passado que já não servem.
- e) Ir a festivais de verão.
- f) Passar uma semana com os amigos na costa alentejana.
- g) Comprar uma consola de jogos.
- h) Custos com entrada na universidade no próximo ano.

2. Imaginando que estamos no início do ano letivo, das despesas necessárias que identificaste na questão 1, indica quais as necessidades de curto prazo e quais as necessidades de longo prazo.

16
pt

3. Assinala com **V** (Verdadeira) ou **F** (Falsa) cada uma das afirmações seguintes:

25
pt

- a) Um casaco impermeável de inverno é um bem não duradouro porque só se usa durante parte do ano.
- b) «Viver de acordo com as nossas possibilidades» significa utilizar os nossos rendimentos de forma equilibrada, sem comprometer a satisfação das nossas necessidades.
- c) Fazer uma boa gestão do dinheiro significa que não podemos satisfazer os nossos desejos.
- d) Uma compra por impulso é planeada antes de ocorrer.
- e) Esperar pela época de promoção para adquirir um produto de que precisamos corresponde a um consumo planeado e consciente.

4. Observa a lista de despesas que se segue e distingue as despesas fixas das despesas variáveis:

26
pt

- | | |
|---|--|
| a) Prestação do empréstimo da casa | h) Lazer (viagens, livros, cinema) |
| b) Prémios de seguros | i) Bilhetes de transportes públicos ocasionais |
| c) Prestação do empréstimo do carro | j) Prestação do condomínio |
| d) Compras de supermercado | k) Despesas pessoais do pai |
| e) Mensalidade das atividades extracurriculares | l) Prendas de aniversário |
| f) Roupas e calçado | m) Troca de pneus do carro |
| g) Água, eletricidade e gás | |

5. A Joana, uma estudante de 11.º ano, pretende ir a um concerto. Observa a sua lista de rendimentos e despesas:

- no início do mês tem 26,5 € que poupou de meses anteriores;
- recebe 40 € de mesada no início do mês;
- o bilhete do concerto que pretende comprar custa 18 €;
- o bilhete de comboio para o local do concerto irá custar 13,75 €;
- no concerto estima gastar 10 € em alimentação;
- faz anos amanhã e conta receber dos avós 80 €;
- gostava de comprar uma peça de roupa no valor de 24,90 €;
- as senhas de refeição na cantina da escola para o presente mês vão custar-lhe 33 €.

- 5.1 Elabora o orçamento da Joana para o mês que agora se inicia.

15
pt

- 5.2 Conseguirá a Joana ir ao concerto?

5
pt

6. Lê as seguintes informações sobre o Kaio e a Luísa e a tabela relativa aos seus rendimentos e despesas no presente mês (de 21 dias de trabalho).

O Kaio e a Luísa são colegas de trabalho num ginásio em Braga. A Luísa é assistente administrativa, tem 25 anos e vive em casa dos pais. O Kaio é instrutor de *fitness* e consegue ainda dar aulas como *personal trainer* numa piscina. O número de aulas que dá por mês depende das solicitações dos seus alunos. Mora sozinho desde que se divorciou há cerca de dois anos, e tem um filho menor que vive com a mãe.

KAIO	LUÍSA
RENDIMENTOS	RENDIMENTOS
934 € líquidos de ordenado	750 € líquidos de ordenado
510 € líquidos em aulas particulares <i>personal trainer</i>	6,20 € subsídio de refeição por dia
6,20 € subsídio de refeição por dia	
DESPESAS	DESPESAS
400 € renda da casa	250 € comparticipação nas despesas da casa dos pais
230 € pensão de alimentos para o filho menor	150 € alimentação
160 € alimentação	112 € prestação do crédito automóvel
210 € supermercado	26 € seguro automóvel
45 € pacote TV + net + voz	15 € telemóvel
130 € água, eletricidade e gás	120 € roupa
20 € lavandaria	100 € lazer
15 € roupa	25 € estética e cabeleireiro
70 € jogos de futebol e espetáculos	40 € despesas pessoais
40 € saídas com amigos	
OBJETIVOS DE POUPANÇA	OBJETIVOS DE POUPANÇA
50 € fundo de emergência	100 € aplicação de poupança
200 € aplicação de poupança	

6.1 Identifica os rendimentos fixos e os rendimentos variáveis do Kaio e da Luísa.

10
pt

6.2 Calcula o saldo do orçamento do presente mês de cada um deles.

15
pt

6.3 Algum deles deve ajustar o orçamento? Caso sim, que medidas deve tomar?

15
pt

6.4 No caso de surgir uma despesa não planeada de natureza médica no valor de 42 €, qual dos dois conseguirá melhor fazer face a essa situação?

5
pt

7. Calcula o ordenado líquido com base nos seguintes pressupostos:

14
pt

- Ordenado mensal: 1500 €
- Subsídio de refeição: 4,77 €, recebido em cartão-refeição (22 dias de trabalho)
- Taxa contributiva para a segurança social: 11%
- Taxa de retenção de IRS: 17,8%

8. Calcula o ordenado bruto com base nos seguintes pressupostos:

14
pt

- Ordenado líquido: 746,2 €
- Subsídio de refeição: 4,9 €, recebido em cartão-refeição (21 dias de trabalho)
- Taxa contributiva para a segurança social: 11%
- Taxa de retenção de IRS: 7%

9. Completa o seguinte texto selecionando as palavras adequadas.

24
pt

despesas produto de poupança reforma casa
objetivo saldo planear plurianual rendimentos
fundo de emergência carro educação

Um orçamento pessoal ou familiar pode ser afetado por _____ imprevistas, como a inundação da residência, ou diminuição inesperada dos _____, como uma redução na parte variável do ordenado. Por essa razão, é fundamental a constituição de um _____ para atender a essas situações. Também é importante constituir um _____, destinado a projetos de médio ou longo prazo, como a compra de um _____ ou de uma _____, a reserva de um valor para apoio à _____ ou para a _____ dos filhos. A reserva de um valor de fundo de emergência e de um valor para uma conta-poupança deve ser encarada como um _____ no orçamento mensal. O orçamento é uma ferramenta importante para apurar o _____ entre rendimentos e despesas. Mas é também um instrumento que deve ser usado para _____ o futuro e ajudar a atingir objetivos de médio e de longo prazo, devendo por vezes ser _____, isto é, contemplar mais do que um ano.

Autoavaliação

Total



180 - 200 pt



150 - 180 pt



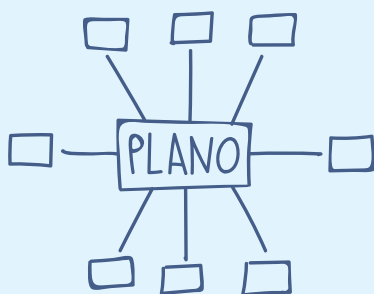
100 - 150 pt



0 - 100 pt

2

POUPANÇA



É IMPORTANTE PARA MIM POUPAR?

Ao longo do último ano, a Mónica tem feito algumas poupanças com o objetivo de juntar dinheiro para comprar uma máquina fotográfica. No seu mealheiro coloca os 15 € que a avó materna lhe dá mensalmente para a ajudar a realizar este desejo, e também moedas que, ocasionalmente, encontra nos bolsos da sua roupa ou no fundo da sua mochila.

Por vezes, retira pequenas quantias do mealheiro para ir lanchar com os amigos ou para outro gasto diário. Quando recentemente a avó lhe perguntou quanto tinha ela já poupado e quando previa conseguir comprar a máquina fotográfica, a Mónica não soube o que responder.

Pôr e tirar moedas do mealheiro sem calcular, de cada vez, o total com que fica, e não ter feito um plano de poupança deixam-na sem ideia clara de quando conseguirá acumular o suficiente para comprar a máquina fotográfica que pretende... seis meses, nove meses, um ano...?

Os objetivos que definimos ao longo da nossa vida requerem que façamos poupanças.

**NESTE CAPÍTULO VAMOS
EXPLORAR OBJETIVOS PARA
POUPAR DINHEIRO E OPÇÕES
DE APLICAÇÃO DAS NOSSAS
POUPANÇAS.**



OBJETIVOS DA POUPANÇA

2

Poupança é a quantidade de dinheiro colocada de lado no presente para usar no futuro.

Imagina que abrimos uma conta bancária com o valor das nossas poupanças nos últimos dois meses, por exemplo, 100 €. Se, mensalmente, conseguirmos adicionar a essa conta 50 €, esse é o valor que estamos a poupar a cada mês. Ao cabo de um ano, teremos conseguido poupar 600 €, que acrescem aos 100 € iniciais, ou seja, conseguimos uma poupança no valor total de 700 €.

ATENÇÃO!

Poupar dinheiro é acumular no presente para uso futuro. Mas também quer dizer evitar gastar, não desperdiçar.

É provável que o valor das nossas poupanças venha a ser gasto no futuro. Pode ser gasto nos próximos dias ou semanas após ter sido poupado, para satisfazer uma necessidade imediata; neste caso, a nossa poupança tem **objetivos de curto prazo**. Mas o valor pode ser gasto num futuro mais longínquo, se por exemplo estivermos a poupar tendo em vista a compra de um carro, de uma casa, a educação dos filhos ou a reforma; neste caso, a nossa poupança tem **objetivos de médio ou longo prazo**.

Quando poupamos com objetivos de longo prazo estamos a adiar para o futuro longínquo a satisfação que habitualmente é associada ao consumo mais imediato. Mas poupar mensalmente e ver o valor da poupança crescer também pode ser muito gratificante.

Os valores poupados e investidos podem aumentar a qualidade de vida de quem poupa. Para tal acontecer, é importante, no entanto, que os montantes poupados sejam gastos de forma refletida, pois as escolhas feitas podem ser irreversíveis.

São vários os objetivos para poupar:

- fazer face a **despesas inesperadas**, como uma despesa de saúde;
- alcançar um **objetivo específico**, como pagar as propinas da universidade ou realizar um sonho pessoal;
- **acumular riqueza** para o futuro, nomeadamente para a reforma.



PENSA SOBRE ISTO.....

1. Faz uma lista de objetivos para os quais gostarias de poupar:
 - a) este ano;
 - b) ao longo dos próximos cinco anos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

NÁDIA
17 anos
.....



A Nádía iniciou agora o 12.º ano e está a pensar subscrever entre setembro e junho do ano seguinte um canal *online* de exercícios de Matemática e respetivas resoluções, para se preparar para o exame da disciplina, pelo valor de 7 € por mês. Apercebeu-se de que poderia fazer uma subscrição para o ano letivo todo pelo valor de 45 €. Não querendo sobrecarregar os pais, dispõe apenas de 12 € que lhe sobram da sua mesada para realizar esta subscrição.

1. Quantos meses demorará a Nádía a poupar o valor necessário para realizar a subscrição anual?
2. Quanto poupará a Nádía se optar pela subscrição anual?
3. Por que tipo de subscrição deve a Nádía optar? Justifica, indicando vantagem(ns) e desvantagem(ns).

ÓSCAR
17 anos
.....



O Óscar, colega da Nádía, recebeu há dias a notícia de que os pais só conseguem suportar metade do custo da viagem de finalistas da sua turma. O valor total por aluno é de 525 €, estimando-se que cada aluno precisa de, no mínimo, 60 € para despesas com alimentação e pequenos gastos. No seu mealheiro, o Óscar tem 40 €, a sua mesada é de 30 € e só a receberá mais três vezes antes de ter de fazer o pagamento do valor total da viagem.

4. Que valor conseguirá o Óscar poupar até à data de pagamento da viagem se não efetuar nenhum gasto?
5. Que consequência pode ter para o Óscar não ter feito mais poupanças anteriormente?
6. Se o Óscar decidir reorientar as suas poupanças atuais e futuras para tirar a carta de condução, quando conseguirá pagar o valor inicial de 220 €, tendo planeado fazer uma poupança mensal de 18 €?

Para concretizarmos alguns dos nossos objetivos é necessário constituir poupanças:

- 1 Em primeiro lugar, os objetivos devem ser estabelecidos de forma bem clara;
- 2 Depois, devemos avaliar quanto é necessário pouparmos no total para os concretizar;
- 3 Por fim, devemos planear um valor necessário de poupança mensal e incluí-lo no orçamento pessoal ou familiar.



PÕE EM PRÁTICA

Poupar pode ser um desafio! Aqui ficam algumas dicas para reduzir as tuas despesas com o **objetivo de poupar**:



1. Compara preços diretamente em vários fornecedores ou lojas ou usando uma *app* de comparação de preços e descobre onde podes adquirir os teus produtos favoritos ao menor preço.



2. Usa vales de desconto que são oferecidos por algumas lojas. Podes encontrá-los *online*, em revistas e em lojas.



3. Segue as tuas lojas favoritas nas redes sociais e fica atento a promoções e descontos.



4. Faz uma limpeza às tuas despesas correntes: cancela mensalidades do ginásio se não tens lá ido e subscrições de que não usufruís e muda o teu contrato de telemóvel para um mais barato.



5. Usa bicicleta em vez de transportes: poupas no valor do passe e ainda fazes exercício físico!



6. Faz um orçamento das tuas despesas e receitas. Usa o teu caderno preferido, o simulador disponível no Portal "Todos Contam" ou uma *app*. O importante é que o faças!



7. Vende coisas que já não usas. Podem ter valor para os outros e são uma fonte de receita para ti!



Rever as tuas despesas e gastar dinheiro de forma mais informada fará aumentar a quantidade de dinheiro que consegues poupar!

SITUAÇÃO-PROBLEMA

FAMÍLIA PEREIRA

Na família Pereira, o pai e a mãe são ambos cozinheiros no mesmo hotel e cada um recebe mensalmente 890 € líquidos. As filhas, uma de 7 e outra de 8 anos, frequentam o 1.º ciclo numa escola pública perto de casa. Para poderem prestar um melhor acompanhamento às filhas, nenhum deles faz horas extraordinárias. Como despesas fixas têm o valor de 740 € e para o presente mês preveem o valor de 805 € de despesas variáveis. Desde há quatro anos, esta família deposita mensalmente o valor de 125 € num produto de poupança e põe de lado 100 € para um fundo de emergência, que transfere para o produto de poupança se não for usado.



FAMÍLIA QUEIRÓS



Na família Queirós, o pai é motorista e a mãe é contabilista. Em conjunto auferem 1850 €, a que se acrescentam os 205 € da pensão do avô, que vive com eles e contribui para o total dos rendimentos. O agregado familiar inclui ainda dois filhos gémeos de 18 anos. As despesas fixas desta família são no valor de 1170 € e a previsão de despesas variáveis para o presente mês é de 760 €. Nos últimos seis meses os pais conseguiram pela primeira vez poupar mensalmente 125 €.

A meio do mês, ambas as famílias se depararam com situações imprevistas.

- Na família Pereira, uma avaria no motor do carro obrigou a uma despesa não prevista no valor de 722 €.
 - Na família Queirós, o súbito agravamento da saúde do avô forçou os pais a contratar os serviços de uma residência para idosos que possa prestar os cuidados necessários. Na região em que vivem, a única residência com uma vaga cobra 600 € por mês.
1. Calcula o saldo do orçamento do presente mês para cada uma destas famílias.
 2. Qual das famílias está mais bem preparada para fazer face às despesas imprevistas que ocorreram? Porquê?
 3. Que medidas deve a família menos bem preparada tomar?

Uma das funções da poupança é a **precaução contra o risco**, permitindo fazer face a variações imprevistas nas despesas, como aconteceu à família Pereira com o pagamento do arranjo do carro ou à família Queirós com o pagamento da primeira mensalidade da residência do avô.

Mas a poupança também é importante para fazer face a **variações previstas nas despesas** sazonais, como alguns impostos, que são pagos uma vez ou três vezes por ano. E é ainda importante para fazer face a **quebras imprevistas ou previstas de rendimentos**, como a perda de emprego.

Quando temos poupanças, sabemos que podemos enfrentar melhor as oscilações nas despesas e nos rendimentos, e o nosso nível de preocupação diminui.

As poupanças permitem-nos não ter de recorrer a empréstimos e ao pagamento dos juros associados. Fazer poupanças ajuda-nos, também por este motivo, a ter um maior bem-estar!

ATENÇÃO!

Os seguros são uma outra forma de nos protegermos contra situações imprevistas e de risco.

APLICAÇÕES DA POUPANÇA

Por vezes guardamos as nossas poupanças em casa, por exemplo num mealheiro. Esta opção é prática quando se trata de pequenas quantias. Mas torna-se mais arriscada à medida que a quantia aumenta, pois é difícil mantermos o controlo exato do valor acumulado e sabermos se está em falta algum dinheiro; além disso, o dinheiro assim guardado não vai gerar qualquer rendimento. Por estas razões, muitas pessoas optam por guardar o dinheiro poupado numa aplicação financeira de poupança, com vista a tentar garantir a sua maior segurança e obter alguma remuneração, por exemplo juros, e assim ver o seu dinheiro crescer.

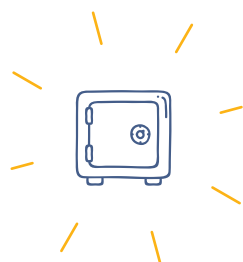
Algumas das aplicações de poupança mais comuns são as contas de **depósito a prazo** ou os **certificados de aforro** e os **certificados do tesouro**. Mas também podemos investir o nosso dinheiro noutras aplicações financeiras, como veremos mais à frente neste capítulo, por exemplo em **ações**, **obrigações**, **fundos de investimento**, **fundos de pensões**, **seguros de capitalização** e **planos de poupança**.

Existem também contas de **depósito à ordem**, destinadas à gestão do dinheiro no dia a dia (pagamentos e recebimentos, transferências, etc.). Por vezes, estas contas são utilizadas para guardar as poupanças de pequenas quantias, mas não são vantajosas quanto à remuneração.

O que é exatamente um depósito a prazo e como funciona?

Um depósito a prazo caracteriza-se pela entrega de dinheiro a um banco por um período de tempo determinado, segundo condições previamente acordadas quanto a **prazo**, **mobilização** e **remuneração**.

Como o nome indica, este é um depósito com **prazo**, o que quer dizer que a aplicação tem uma data de início e uma data de fim (vencimento), que define o prazo do depósito, isto é, o tempo durante o qual o dinheiro deve ser mantido no banco; este prazo é definido pelo banco, e pode ser mensal, trimestral, semestral, anual, a dez anos ou outro.



A **mobilização** é o levantamento de parte ou da totalidade do dinheiro aplicado. Se o dinheiro for mobilizado na data de fim do depósito, não existe qualquer tipo de penalização. Se o dinheiro for mobilizado antes da data de fim do depósito, trata-se de uma **mobilização antecipada**. Existem depósitos a prazo que não permitem a mobilização antecipada e outros que permitem a mobilização antecipada em condições previamente acordadas com o banco, e que geralmente implicam a penalização dos juros que ainda não foram pagos.

Ao longo do depósito, o banco paga ao cliente os juros acordados, que correspondem à **remuneração** recebida por o cliente ter emprestado o seu dinheiro àquela instituição. No final do prazo do depósito, o banco restitui o dinheiro depositado. Os depósitos a prazo têm capital garantido e estão protegidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos (até ao limite de 100 mil euros por depositante e por instituição de crédito).

A legislação portuguesa obriga ao **pagamento de impostos** sobre o montante de juros recebido pelo depósito a prazo.

Para constituirmos um depósito a prazo temos de ser detentores de uma conta à ordem. Depois, é preciso ter o montante mínimo inicial necessário para abrir a conta a prazo (montante que pode variar consoante o banco) e escolher o prazo que mais nos interessa. No caso dos menores de idade, é necessário um representante legal para abrir estas contas. Hoje em dia é possível constituir um depósito a prazo a partir de qualquer local, com uma ligação à internet.

ATENÇÃO!

A atual legislação nacional obriga a que seja efetuada retenção na fonte de 28% sobre o montante de juros pagos ao cliente.

E como podemos saber quanto dinheiro vamos ganhar com o depósito a prazo?

Há duas siglas que é muito importante conhecer:

- **TANB (Taxa Anual Nominal Bruta)** – é a **taxa de juro** que remunera os depósitos a prazo. A TANB indica quanto vamos receber, o que significa que quanto maior for a TANB, maior será o retorno do valor aplicado. Trata-se de uma taxa **anual** porque se refere ao período de um ano, independentemente do prazo do depósito. Mas atenção que esta taxa é bruta porque não considera impostos.
- **TANL (Taxa Anual Nominal Líquida)** – é equivalente à TANB líquida, ou seja, depois de pagos os impostos sobre os juros recebidos. Esta taxa permite calcular o valor que efetivamente recebemos.

Vejamos a fórmula geral de cálculo do juro e um exemplo:

$$\begin{array}{ccccccc} \text{J} & = & \text{C} & \times & \text{N} & \times & \text{I} \\ \text{juro} & & \text{capital} & & \text{período} & & \text{taxa de juro} \\ & & \text{inicial} & & \text{de tempo} & & \text{(em valor decimal)} \end{array}$$

EXEMPLO

RITA
16 anos



A Rita aplicou 1000 € que ganhou num prémio literário num depósito a prazo pelo período de um ano, com uma TANB de 1%.

Vejamos qual o valor da remuneração desta aplicação antes de cobrados os impostos.

Aplicando a fórmula do juro, obtemos:

$$\text{J} = 1000 \times 1 \times 0,01$$

Então, **J = 10 €**

Assim, o rendimento bruto, ao fim desse ano, será de 10 €.

Mas este não é o valor que a Rita vai efetivamente receber: a este valor é necessário descontar o imposto aplicável de 28%.

O valor que a Rita vai efetivamente receber, isto é, o juro líquido, calcula-se subtraindo ao valor do juro bruto a parcela de imposto aplicável:

$$\text{Juro líquido} = 10 - (10 \times 0,28) = 7,20 \text{ €}$$

Assim, a Rita receberá 7,20 € líquidos como remuneração pelo seu depósito a prazo de 1000 €, no final de um ano.



Se o depósito for feito por um período diferente do considerado na taxa de juro anual, a contagem dos dias do depósito deve ser feita na base *Actual/360*.

Por exemplo, para um depósito de 1000 € por seis meses (180 dias) a uma taxa anual bruta de 1%, teremos:

$$\text{J} = 1000 \times (180/360) \times 0,01$$

J = 5 €

SITUAÇÃO-PROBLEMA

SAMIR
16 anos



O Samir tem autorização dos pais para realizar o sonho de ter uma moto quando fizer 18 anos. Sabendo que os pais não o poderão ajudar, o Samir está a juntar dinheiro desde há algum tempo. A moto que gostaria de comprar, em segunda mão, custa cerca de 750 €. Até à data conseguiu pôr de lado no seu mealheiro 170 €. Mensalmente, o Samir prevê conseguir juntar 20 € que poupa da sua mesada e do que recebe de pequenas tarefas que faz na oficina do avô. O Samir sabe que este dinheiro que poupa com tanto esforço estaria melhor no banco do que guardado na mesa-de-cabeceira e por isso anda a pensar abrir uma conta bancária.

1. De entre as aplicações seguintes, qual é a mais adequada para o objetivo do Samir?

TELMA
18 anos



Daqui a quatro meses a Telma vai viajar para Londres para passar as férias de verão em casa da sua prima. A tia ofereceu-se para lhe pagar a viagem de avião e as duas primas têm grandes planos para ocupar o tempo. A Telma estima que, entre bilhetes para concertos e museus, algumas compras e pequenas despesas, precisará do valor de 500 €. Desde o verão passado que trabalha às quintas-feiras à noite como *babysitter* em casa de uma vizinha e recebe 20 € semanalmente. Com este trabalho já conseguiu poupar 200 €. Como a Telma sabe que, por vezes, tendo o dinheiro que poupou à mão, acaba por o gastar, está a procurar uma aplicação a prazo para guardar o seu dinheiro e obter um pequeno rendimento.

2. Qual é a aplicação adequada para o objetivo da Telma?

APLICAÇÃO A PRAZO X	APLICAÇÃO A PRAZO Y	APLICAÇÃO A PRAZO Z
Prazo: 92 dias (renovável por igual período)	Prazo: 360 dias (renovável por igual período)	Prazo: 720 dias
Possibilidade de reforços mensais de 25 €	Sem possibilidade de reforço	Possibilidade de reforços mensais
Mínimo de constituição: 200 €	Mínimo de constituição: 50 €	Mínimo de constituição: 200 €
TANB: 1%	TANB: 2%	TANB: 3%
Mobilização antecipada sujeita a penalização de juros	Mobilização antecipada sujeita a penalização de juros	Sem possibilidade de mobilização antecipada

3. Considerando que foram constituídas as três aplicações, com o valor inicial de 500 € em cada uma, calcula as remunerações líquidas obtidas no final do prazo de cada um dos depósitos.

A remuneração do depósito a prazo (recebimento dos juros) pode ser efetuada em duas modalidades: **com capitalização de juros** e **sem capitalização de juros**.

Quando é feita a capitalização de juros, estamos perante **juros compostos**, o que significa que é feita a adição (capitalização) dos juros recebidos ao capital inicial, gerando maiores juros no futuro.

Quando não é feita capitalização de juros, estamos perante **juros simples**, que são calculados somente com base no capital inicial, como fizemos até agora.

Capitalização significa o reinvestimento do juro no capital inicial, obtendo-se um novo capital maior do que o inicial, sobre o qual passarão a ser calculados os juros. Desta forma, num **depósito com juro composto** obtemos juros sobre juros e um capital que aumenta ao longo do tempo.

EXEMPLO

ULISSES

28 anos

O Ulisses aplicou 1000 € que poupou ao longo do último ano num depósito a prazo pelo período de 3 anos, com uma TANB de 2%.



Vamos calcular o valor de remuneração bruta ao cabo dos 3 anos com juros compostos e com juros simples.

Juro composto

Ano 1:

Juro bruto = $1000 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 20 \text{ €}$

Capital no final do Ano 1:

$1000 \text{ €} + 20 \text{ €} = 1020 \text{ €}$

Ano 2:

Juro bruto = $1020 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 20,4 \text{ €}$

Capital no final do Ano 2:

$1020 \text{ €} + 20,4 \text{ €} = 1040,4 \text{ €}$

Ano 3:

Juro bruto = $1040,4 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 20,8 \text{ €}$

Capital no final do Ano 3:

$1040,4 \text{ €} + 20,8 \text{ €} = 1061,2 \text{ €}$

Juro simples

Ano 1:

Juro bruto = $1000 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 20 \text{ €}$

Capital e juros no final do Ano 1:

$1000 \text{ €} + 20 \text{ €} = 1020 \text{ €}$

Ano 2:

Juro bruto = $1000 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 20 \text{ €}$

Capital e juros no final do Ano 2:

$1020 \text{ €} + 20 \text{ €} = 1040 \text{ €}$

Ano 3:

Juro bruto = $1000 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 20 \text{ €}$

Capital e juros no final do Ano 3:

$1040 \text{ €} + 20 \text{ €} = 1060 \text{ €}$

Como vemos, ao cabo de 3 anos, a remuneração é superior com capitalização de juros.

Não é uma grande diferença? Sim, isso é verdade para quantias pequenas, prazos curtos e TANB baixa, mas para quantias, prazos e TANB maiores, os juros compostos são mais vantajosos.

Para além dos depósitos a prazo, existem outras aplicações destinadas a poupança, como os **certificados de aforro** e os **certificados do tesouro**.

Ambos são produtos de dívida pública, o que significa que são formas de o Estado se financiar, ou seja, as pessoas emprestam dinheiro ao Estado, aplicando as suas poupanças nestes produtos e sendo depois remuneradas com uma determinada taxa de juro.

Trata-se de investimentos de baixo risco porque apenas em caso de falência do Estado é que poderá ocorrer a perda do capital ou dos juros.

No caso dos certificados de aforro, os juros capitalizam trimestralmente. Como vimos, isto quer dizer que, de três em três meses, os juros obtidos são incorporados no capital acumulado, tratando-se portanto de juros compostos.

No caso dos certificados do tesouro, não ocorre a capitalização dos juros, ou seja, todos os anos os juros são depositados numa conta à ordem, tratando-se de juros simples. O capital investido não pode ser mobilizado durante o primeiro ano, mas é aplicável uma taxa de juro crescente a partir do segundo ano.

Estes dois produtos diferenciam-se também quanto ao montante mínimo inicial, à duração máxima da aplicação e à taxa de remuneração.



PENSA SOBRE ISTO.....

Pensa em três objetivos que tenhas para quando fores adulto e cuja realização requeira fazeres poupanças. Lista-os.

1. Estima quanto dinheiro precisarás de poupar para realizar cada um desses objetivos.
2. Planeia de que forma poderias alcançar as poupanças necessárias para concretizar cada um dos objetivos.
3. Identifica três obstáculos que possam interferir com os teus planos. Como os poderias ultrapassar?
4. Como te sentes em relação aos objetivos que listaste inicialmente?

Em que outros produtos de aplicação de poupanças se pode investir?

Para além dos depósitos a prazo e dos certificados de aforro e certificados do tesouro, existem outros produtos de aplicação de poupanças, como **ações, obrigações, fundos de investimento, fundos de pensões, seguros de capitalização e planos de poupança**.

Vamos ficar a conhecer sumariamente cada um deles.

As **ações** representam pequenas parcelas do capital de uma empresa que são colocadas à venda pela própria empresa e que podem ser transacionadas no mercado de capitais. Para as empresas que as emitem, as ações representam uma forma de financiamento sem recorrer ao crédito bancário. Para os compradores, são um modo de investimento alternativo à aplicação das poupanças num depósito a prazo, esperando com isso obter uma maior remuneração. Cada detentor de ações (acionista) passa a ser dono de parte da empresa. Isto é vantajoso para a empresa porque passa a ter mais capital para investir e é vantajoso para o acionista porque este passa a receber dividendos (quantia a receber sobre os eventuais lucros da empresa).

O preço das ações depende das expectativas formadas pelos investidores quanto aos resultados (lucros) que podem vir a ser gerados pela empresa no futuro. Quanto mais elevadas são as expectativas dos investidores em relação aos lucros da empresa, mais aumenta a procura das ações e, consequentemente, o seu preço.

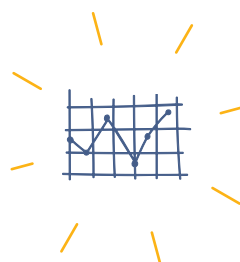
A remuneração obtida com um investimento em ações depende de vários fatores, entre os quais:

- as mais ou menos-valias (ganhos ou perdas) associadas a variações de preços das ações (cotações), no momento da sua venda;
- os dividendos pagos (isto é, a parcela do lucro da empresa paga aos acionistas);
- os impostos associados.

O capital aplicado em ações não é garantido, em resultado da variação de preço das ações, e pode ter como resultado a perda de parte ou da totalidade do capital investido.

Alguns dos aspetos a ter em consideração antes de adquirir ações são os seguintes:

- o horizonte temporal recomendável de investimento em ações pode ser longo;
- o investimento em ações comporta um risco elevado;
- é importante que o investimento em ações seja diversificado.



As **obrigações** representam um empréstimo contraído junto dos investidores pela entidade que as emite (empresas, Estados ou outras entidades públicas ou privadas). O investidor torna-se credor dessa entidade quando adquire uma obrigação. As obrigações conferem ao seu titular o direito ao recebimento periódico de juros durante o período do empréstimo e ao reembolso do capital na data do vencimento (maturidade).

A remuneração obtida com um investimento em obrigações depende de vários fatores, entre os quais:

- os juros a receber durante o período de detenção da obrigação;
- as mais ou menos-valias associadas a variações de preços no caso de venda antes da maturidade;
- os impostos associados.

O capital aplicado em obrigações não é garantido. O devedor pode não conseguir honrar os seus compromissos para com os credores, originando uma reestruturação de pagamentos que resulte em piores condições para o credor do que as inicialmente oferecidas; nestes casos, poderá existir uma perda do capital inicialmente investido.

Os **fundos de investimento** são organismos de investimento coletivo cujas aplicações financeiras resultam da captação de poupanças junto de vários investidores. Um fundo de investimento é assim um conjunto de poupanças que constitui um património único, autónomo e é gerido por especialistas, que se encarregam da sua aplicação em diversos ativos (por exemplo, ações, obrigações, imóveis, etc.), de acordo com a estratégia definida para o fundo.

Cada investidor é proprietário de uma parte do fundo de investimento, proporcional ao dinheiro investido. O dinheiro aplicado num fundo de investimento é convertido em unidades de participação (pequenas parcelas, com características iguais), de que os investidores passam a ser detentores.

A remuneração desta aplicação de poupança depende das mais ou menos-valias decorrentes da flutuação do valor das unidades de participação e da eventual distribuição de rendimentos pelo fundo. Quando não há distribuição de rendimentos, o investidor obtém a sua remuneração apenas no momento de resgate das suas unidades de participação.



Os fundos de investimento não têm o capital investido garantido; as desvalorizações dos ativos dos fundos de investimento podem gerar desvalorizações e perda parcial ou total do capital investido no fundo.

Duas características relevantes dos fundos de investimento são as seguintes:

- permitem a diversificação do investimento, uma vez que este princípio faz parte da estratégia dos fundos, o que é uma boa prática, pois diminui o risco;
- permitem aos pequenos investidores aceder a mercados e produtos a que de outra forma não conseguiriam.

Um **fundo de pensões** é um património autónomo, ou seja, um conjunto de ativos exclusivamente destinado ao financiamento de um plano de pensões. Assim, os fundos de pensões constituem um conjunto de ativos cujo único objetivo é proporcionar o pagamento futuro dos benefícios previstos no respetivo plano. Os ativos que constituem o património dos fundos de pensões são geridos tendo em vista a capitalização dos rendimentos produzidos.

Nem todos os fundos de pensões têm o capital garantido, existindo também os que têm risco de perda de capital.

As principais vantagens em participar num fundo de pensões são a acumulação antecipada dos meios necessários para procurar manter o mesmo nível de vida após a reforma e os benefícios fiscais (redução do pagamento de impostos) associados a este tipo de poupança.

Os **planos de poupança** são produtos destinados a poupança de médio ou longo prazo, que podem contribuir para complementar a reforma ou ser usados para financiar a educação do participante ou de algum membro da família.



Existem três tipos de planos de poupança: os planos de poupança reforma (PPR), os planos de poupança educação (PPE) e os planos de poupança reforma/educação (PPR/E).

Os planos de poupança apresentam vantagens fiscais, sendo possível abater nos impostos uma parcela do valor investido nestes produtos. No entanto, em algumas circunstâncias, se o valor aplicado for levantado antes da data prevista contratualmente, terão de se devolver ao Estado os benefícios fiscais obtidos com o investimento.

O reembolso antecipado e sem penalizações apenas é possível em condições específicas, entre as quais a idade da reforma (não se aplica aos PPE), a partir dos 60 anos de idade (não se aplica aos PPE), desemprego de longa duração, doença grave, frequência de curso superior ou profissional (não se aplica aos PPR), incapacidade permanente para o trabalho e pagamento de prestação do crédito à habitação.

Alguns planos de poupança garantem o capital aplicado. Noutros existe o risco de perda de parte ou mesmo da totalidade desse capital.

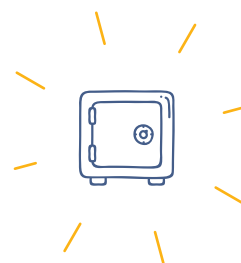
Existem planos de poupança que garantem uma remuneração pré-definida, fixa ao longo do período de duração do contrato. Outros não têm essa garantia, podendo a remuneração ser inferior ao esperado.

Os **seguros de capitalização** são produtos destinados a poupança de médio prazo. São produtos muito flexíveis, através dos quais se fixa o valor a pagar (prémios), de forma a constituir a poupança desejada. Permitem, em regra, entregas únicas ou periódicas de valor relativamente reduzido.

Em muitos casos estes produtos oferecem garantias de capital, o que limita o risco de aplicação da poupança nos produtos que apresentam estas características. Tal como os planos poupança apresentam vantagens fiscais superiores às de outros produtos.

Como vimos, a oferta de produtos de aplicação das poupanças é variada. A opção por um ou mais destes produtos deve ser bem informada e ponderada, e ter em conta dois aspetos essenciais:

- **retorno esperado** do produto em que se vai investir;
- **risco associado** a esse produto, no que diz respeito à manutenção do capital investido e à remuneração do investimento.



A relação que existe entre estes dois aspetos, retorno e risco, é a seguinte: **quanto maior é o risco associado a um produto de aplicação da poupança, maior deverá ser o retorno esperado.**

O risco pode classificar-se de diferentes modos:

- **risco de liquidez:** é o risco de precisar do dinheiro que foi aplicado antes do fim do prazo contratado e não lhe poder aceder (é o caso dos depósitos a prazo sem mobilização antecipada) ou de incorrer em custos para o fazer (é o caso dos PPR);
- **risco de remuneração:** é o risco de a remuneração do dinheiro aplicado não ser a esperada ou ser nula (por exemplo, ações, obrigações, fundos de investimento...);
- **risco de mercado:** é o risco de perda de valor de um produto financeiro negociado no mercado, devido a alterações nos preços (ou taxas de juro) do mercado (por exemplo, a quebra de valor das ações de determinada empresa);
- **risco de capital:** é o risco de perder parte ou toda a poupança aplicada no produto financeiro; há produtos que não têm este risco porque têm garantia de capital (é o caso dos depósitos a prazo);
- **risco de crédito:** é o risco de falência ou insolvência da entidade junto da qual a poupança foi aplicada (por exemplo, obrigações de uma entidade emiteente que possa vir a declarar insolvência). No caso dos depósitos a prazo, este risco é coberto pelo Fundo de Garantia de Depósitos, até um determinado montante;
- **risco cambial:** é o risco de perder dinheiro no final do prazo de uma aplicação em moeda estrangeira, pela conversão para a moeda nacional.

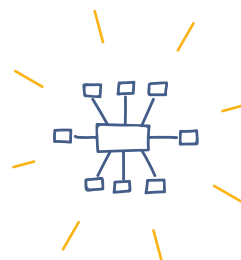
Ao investirmos as poupanças em produtos financeiros, devemos estar bem informados sobre os riscos associados a cada um dos produtos que estamos a ponderar adquirir. Devemos estar também bem informados sobre o retorno previsto para cada um deles.

Devemos ainda ter presente o **princípio da diversificação de produtos**, que nos ensina que um conjunto de produtos diversificado (carteira diversificada) pode equilibrar e minimizar o risco dos investimentos, por apresentar produtos com graus de risco e de retorno variáveis e prazos diferentes.



Antes de aplicar as poupanças num produto de investimento, cada investidor deve conhecer o seu perfil de risco. O **perfil de risco do investidor** deve ser definido pela entidade comercializadora, atendendo a aspetos particulares de cada investidor:

- a sua situação financeira (o capital de que dispõe);
- os seus conhecimentos de produtos financeiros (compreensão das características e riscos dos produtos disponíveis);
- os seus objetivos de investimento (rentabilização rápida de capital, preservação de capital acumulado);
- o horizonte temporal do seu investimento (o prazo no qual pretende obter retorno ou pode mobilizar o capital investido);
- a sua tolerância ao risco (a forma como encara a possibilidade de perder algum património).



Nem todas as aplicações de poupança são adequadas a qualquer investidor. Se for tido em conta o perfil de cada investidor, a escolha da sua carteira de investimentos será mais adequada à sua situação particular e às suas necessidades específicas.



PENSA SOBRE ISTO.....

Que produto de aplicação de poupança escolherias nos seguintes casos?

1. Vanda, 56 anos, médica, com uma situação financeira confortável baseada num rendimento mensal líquido de 4000 €. Pretende investir 25 000 €. Não prevê precisar do valor destas poupanças a curto prazo. Não está disponível para correr muitos riscos com este investimento e pretende que ele sirva para complementar a sua reforma.
2. Xavier, 35 anos, gestor bancário, sem filhos, sem encargos de crédito. Dispõe de 10 000 €, quer aplicar estas poupanças e espera obter um bom retorno num espaço de 5 anos. Está disponível para correr riscos, uma vez que consegue cobrir todas as suas despesas fixas com o seu ordenado e ainda poupar mensalmente 1000 €.
3. Yuri e Zélia, 22 e 23 anos, namorados, vivem juntos numa casa arrendada. Têm poupanças em conjunto no valor de 6000 €. Pretendem aplicar as poupanças que possuem para as rentabilizar e irão reforçá-las mensalmente com o valor de 500 €. Esperam assim conseguir, no prazo de 5 anos, ter reunido o montante necessário para dar como sinal na compra de uma casa própria. Não estão disponíveis para correr riscos.

EXERCÍCIOS

1. Refere três vantagens de guardar as tuas poupanças num banco em vez de as guardares em casa.

15
pt

2. A tua subscrição de música por *streaming* custa-te 8 € por mês, que pagas com o valor da tua mesada. Mas tens a possibilidade de fazer uma subscrição anual pelo valor de 72 €.

2.1 Se optares pelo pagamento da subscrição por um ano, quanto é que pagas a menos no final de um ano?

15
pt

2.2 Durante quantos meses tens de poupar o valor da subscrição mensal para pagar a subscrição de um ano?

15
pt

2.3 Indica uma vantagem e uma desvantagem de optar pela subscrição de um ano.

10
pt

3. Observa na tabela as condições praticadas por diferentes bancos para três depósitos a prazo.

BANCO	MONTANTE MÍNIMO	PRAZO	TANB
A	100 €	3 meses (renovável; sem mobilização antecipada)	0,6%
B	250 €	6 meses (renovável; sem mobilização antecipada)	0,8%
C	500 €	1 ano (sem mobilização antecipada)	1,0%

3.1 Imagina que tens 110 € para iniciar a tua poupança. Qual é o banco que podes escolher? Porquê?

10
pt

3.2 Para um capital inicial de 500 euros, calcula os juros brutos de cada depósito, ao cabo de um ano. Assume que não existe capitalização de juros.

15
pt

3.3 Se tivesses receio de vir a precisar do teu dinheiro a qualquer momento, que depósito escolherias?

10
pt

3.4 Reparaste que as taxas de juro são tanto maiores quanto mais longo é o prazo do depósito? Por que razão será?

10
pt

4. A Ana, uma estudante do 11.º ano, tem uma conta a prazo aberta pelos pais pelo seu primeiro aniversário, onde são depositadas as quantias que recebe dos familiares no seu aniversário e pelo Natal. Nessa conta tem o valor de 2200 €.

4.1 Calcula o valor do juro bruto que vencerá nos próximos 6 meses, a uma taxa anual de 1,5%.

5
pt

4.2 Calcula o valor do juro líquido que a Ana irá receber no final dos 6 meses, sabendo que os juros dos depósitos a prazo estão sujeitos a uma taxa de 28%.

10
pt

5. O Bernardo e o Carlos são irmãos e têm o mesmo montante de 5000 € para aplicar num depósito a prazo com TANB de 2%. O Bernardo quer usar os juros desta aplicação para ajudar a pagar a sua despesa mensal do condomínio. O Carlos não prevê precisar do valor que ganhar com os juros e quer rentabilizar ao máximo o valor investido.

5.1 Indica qual dos irmãos deve optar por um depósito com juros compostos.

10
pt

5.2 Compara o valor recebido pelos dois irmãos em juro bruto no final de 3 anos.

20
pt

6. Assinala com **V** (verdadeira) ou **F** (Falsa) cada uma das afirmações seguintes:

25
pt

- a) Ações são títulos de dívidas emitidos por uma entidade, empresa ou pelo Estado e representam um empréstimo à entidade que as emite.
- b) Nos depósitos a prazo há a devolução do dinheiro investido acrescida do pagamento de juros.
- c) Um fundo de investimento é o conjunto de um património autónomo formado exclusivamente por uma carteira de ações.
- d) O capital aplicado em obrigações não é garantido.
- e) Os planos de poupança reforma/educação são destinados a poupança de médio ou longo prazo que podem ser usados para financiar a educação do subscritor.

7. Há riscos associados a todas as aplicações de poupança. Faz corresponder a cada situação o risco associado.

10
pt

risco de mercado risco de remuneração

risco de liquidez risco de crédito risco de capital

- A. Ao investir em ações e fundos de investimento há possibilidade de perda de parte ou da totalidade do valor investido.
- B. Alguns depósitos a prazo não têm possibilidade de mobilizações antecipadas.
- C. Ao investir em fundos de investimento, o retorno pode ser inferior ao esperado ou mesmo nulo.
- D. Os investimentos em obrigações estão sujeitos à falência da entidade emissora.
- E. A divulgação de indicadores económicos com implicações no futuro próximo da indústria automóvel afetou o preço das ações do fabricante de carros General Motors.

8. Lê os diferentes perfis de investidor e associa a cada situação a melhor opção de aplicação da poupança.

20
pt

Situação 1:

“Não me importo de ter um rendimento baixo, mas quero aplicar o meu dinheiro num produto de médio prazo e onde não tenha risco de perder o montante inicial.”

Situação 2:

“O mais importante para mim é conseguir uma rentabilidade elevada. Estou disposto a assumir riscos e a esperar pelo melhor momento do mercado para vender a um bom preço.”

Situação 3:

“Quero investir em ações e obrigações e acho importante a diversificação de riscos, mas não sou especialista na análise destes mercados.”

Situação 4:

“Quero fazer um investimento a longo prazo e estou disposto a aplicar num produto sem mobilização antecipada.”

- A. Ações
- B. Fundos de pensões
- C. Depósito a prazo
- D. Fundos de investimento

Autoavaliação

Total



180 - 200 pt



150 - 180 pt



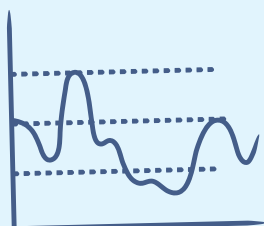
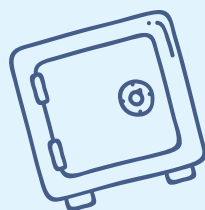
100 - 150 pt



0 - 100 pt

3

CRÉDITO



COMO PODEMOS FAZER AS MELHORES OPÇÕES DE CRÉDITO?

A Deolinda é mãe de duas meninas gêmeas de 6 anos e tem poupado mensalmente ao longo dos últimos anos com o objetivo de comprar uma casa mais perto do seu local de trabalho e da escola das filhas. Desta maneira, poderá realizar o seu sonho de ter uma casa maior e ainda alcançar uma melhoria na sua vida familiar ao reduzir as deslocações que faz atualmente, poupando assim tempo e dinheiro.

Para comprar a casa que tem em vista, a Deolinda terá de recorrer a um crédito e informou-se sobre várias opções disponíveis para perceber o impacto que terão no seu orçamento mensal e assim tomar a melhor opção. Ela tem de ter a certeza de que poderá pagar as prestações mensais do crédito de que precisa não apenas nos primeiros meses mas ao longo da duração do empréstimo.

Uma vez que a sua única fonte de rendimento é o seu ordenado, a Deolinda tem de ter em conta a possibilidade de algum imprevisto, como ficar doente ou sem emprego e, nesse caso, não conseguir suportar o pagamento do empréstimo, o que trará consequências graves à sua vida familiar.

Alguns dos objetivos que temos para a nossa vida implicam recurso ao crédito, por isso, conhecer bem as nossas opções e as suas consequências é essencial.

NESTE CAPÍTULO VAMOS EXPLORAR TIPOS DE CRÉDITO E FICAR A CONHECER OS CUSTOS E RESPONSABILIDADES QUE LHE ESTÃO ASSOCIADOS.



NECESSIDADES E CAPACIDADES FINANCEIRAS

Por vezes precisamos de fazer uma despesa para a qual não temos dinheiro disponível. Uma opção para obtermos o dinheiro de que necessitamos é pedir um empréstimo. Para tal, podemos recorrer a amigos ou a familiares ou pedir um **crédito** a uma instituição bancária.

Ao recorrer ao crédito estamos a pedir dinheiro emprestado para antecipar o consumo de bens ou serviços que de outra forma não poderíamos obter e assumimos o compromisso de devolver o dinheiro mais tarde. Em geral, teremos de devolver um valor superior ao que pedimos emprestado, isto é, teremos de pagar **juros** e **outros encargos** pelo empréstimo do dinheiro. Assim, na maior parte das vezes, pagamos mais caro pelo produto ou serviço, por causa do pagamento dos juros.



ATENÇÃO!

Para contrair um crédito é necessário ter pelo menos 18 anos.

Para comprar uma casa, ou um carro, por exemplo, é habitual recorrer ao crédito, uma vez que envolvem valores elevados, que frequentemente não temos disponíveis. Contudo, para comprar uma viagem ou um telemóvel, a opção de recorrer ao crédito poderá não ser recomendável.

Há vantagens e desvantagens em contrair um crédito:

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Permite a compra de bens ou serviços de elevado valor	Pagamento de juros e outros encargos
Permite antecipar o consumo	Limitação da capacidade de consumo no futuro
	Risco de sobre-endividamento

Antes de recorrer ao crédito devemos ponderar:

- se a compra corresponde efetivamente a uma **necessidade**;
- se temos **capacidade financeira** para o pagar, isto é, se temos rendimentos que nos permitam pagar o que devemos no tempo previsto (o dinheiro que pedimos, mais os juros e outros encargos).

Para compreender a importância destes dois aspetos, pensemos na compra de um bem que corresponde a uma necessidade, por exemplo a compra de uma casa.

Neste caso, recorrer ao crédito tem um impacto significativo no orçamento individual ou familiar durante muitos anos, pelo que é importante ter presente que não basta sermos capazes de pagar a prestação do empréstimo hoje e nos próximos meses; temos de ter alguma segurança relativamente ao nosso rendimento futuro e à nossa capacidade de continuar a pagar ao longo do tempo previsto o dinheiro que devemos.



Assim, antes de recorrer ao crédito temos de pensar sobre a responsabilidade que estamos a assumir até ao final do prazo acordado para o seu pagamento. Como vimos no Capítulo 1, o nosso orçamento deve prever uma margem adequada de **rendimento disponível** depois de pagar a prestação do empréstimo, para acomodar todas as despesas fixas, as despesas variáveis e ainda para constituir poupança.

Na verdade, ao contrair um crédito, o pagamento da prestação passa a ser mais uma despesa fixa no nosso orçamento durante o tempo do empréstimo.

Um indicador útil para perceber se podemos contrair um crédito é a **taxa de esforço**. A taxa de esforço mede o peso dos empréstimos nos rendimentos do agregado familiar. Expressa-se em percentagem.

$$\text{Taxa de Esforço} = \frac{\text{Encargos financeiros mensais com empréstimos}}{\text{Rendimento mensal líquido}} \times 100$$

SITUAÇÃO-PROBLEMA

3

FAMÍLIA FAMILICÃO

A família Fimalicão tem dois filhos, um no 2.º ciclo e outro no infântário. O pai e a mãe trabalham e, em conjunto, têm um rendimento total líquido mensal de 2000 €. A avó paterna mora com a família e tem uma reforma de 500 € que também é contabilizada para o orçamento familiar.

A família Fimalicão quer comprar uma casa maior. Após análise do orçamento familiar, concluíram que não podiam ter uma prestação mensal superior a 600 € por mês de crédito à habitação.



FAMÍLIA GUIMARÃES

Na família Guimarães, o ordenado líquido da mãe é 1300 € e o do pai é 1200 €. Esta família tem uma filha de 9 anos que estuda na escola pública do bairro onde vivem.

A família Guimarães mora numa casa arrendada e quer comprar uma casa própria no mesmo bairro. Utilizou um simulador de crédito e percebeu que pela casa que pretende comprar terá de pagar o valor de 600 € mensais de prestação de crédito à habitação.

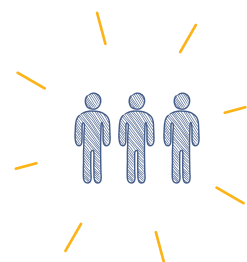


1. Calcula para cada família:
 - a) A taxa de esforço.
 - b) O rendimento disponível após o pagamento da prestação do crédito à habitação.
 - c) O rendimento disponível por cada elemento do agregado familiar.
2. Será suficiente conhecer a taxa de esforço para decidir se uma família tem capacidade para assumir um crédito à habitação? Justifica.

Pela situação anterior conclui-se que **não existe uma taxa de esforço única que seja adequada a todas as famílias**, uma vez que a taxa de esforço adequada depende não só do rendimento mas também da composição do agregado familiar, ou seja, depende do número de pessoas que constituem o agregado. Afinal, as despesas a suportar pela família com alimentação, educação, transportes, etc. serão muito diferentes se esta tiver três (como no caso da família Guimarães), cinco (como no caso da família Famalicão) ou mais elementos!

Podemos então concluir que:

- famílias com maiores rendimentos têm capacidade para suportar uma taxa de esforço maior do que famílias com menos rendimentos, porque o rendimento disponível após o pagamento dos empréstimos é maior;
- quanto maior for o número de pessoas do agregado familiar que depende do rendimento disponível após o pagamento das prestações com empréstimos, menor deverá ser a taxa de esforço.



PENSA SOBRE ISTO.....

A Hélia é estudante universitária e pratica *surf* nos tempos livres. A sua prancha está a ficar velha e a Hélia anda a poupar para comprar uma nova. Por mês, a Hélia consegue poupar 50 € para a compra da prancha. Já conseguiu juntar 350 € mas a prancha que gostaria de comprar custa 600 €. Quando conseguir comprar a prancha, está a pensar começar a dar aulas como instrutora da modalidade, o que lhe permitirá receber algum dinheiro e, ao fim de pouco tempo, recuperar o valor que investiu na prancha.

Para obter o valor em falta, a Hélia está a ponderar as seguintes opções:

- A. Poupar até ter 600 € para comprar a prancha.
 - B. Pedir o dinheiro emprestado a familiares.
 - C. Recorrer a um crédito bancário.
1. Ajuda a Hélia a tomar uma decisão, fazendo uma lista das vantagens e desvantagens de cada opção.

TIPOS DE CRÉDITO

3

Vamos agora conhecer os produtos de crédito mais comuns e as suas características.

Crédito à habitação

É um **empréstimo a longo prazo** para a aquisição de um imóvel, por isso, é um compromisso financeiro que vai ter **impacto no orçamento familiar durante vários anos**. Pode ser contratado para comprar ou construir uma habitação própria permanente, secundária ou destinada ao arrendamento, ou para adquirir terrenos para construção de habitação.

Crédito aos consumidores

É um crédito destinado à **aquisição de bens e serviços de consumo** tais como: automóveis, computadores, mobiliário e equipamentos para o lar, serviços de educação ou saúde. É normalmente um crédito de **montante mais reduzido e prazo mais curto** do que o crédito à habitação.

Existem diversas modalidades de crédito aos consumidores, com diferentes finalidades:

- **Crédito pessoal** – é uma modalidade de crédito para finalidades pessoais (educação, saúde, lar, obras...);
- **Crédito automóvel** – é um crédito que se destina à aquisição de veículos, novos ou usados;
- **Cartão de crédito** – é um crédito para ser usado no dia a dia através de um cartão que tem associado um limite máximo de crédito (*plafond*). Os pagamentos realizados com este cartão são refletidos numa conta (conta-cartão) e, ao fim de um certo período, é apurado o valor total em dívida. Para pagar esta dívida, o cliente pode escolher o pagamento integral ao fim do mês (sem juros) ou o pagamento de uma fração da dívida durante vários meses (com juros).
- **Facilidade de descoberto** – é um crédito associado à conta de depósito à ordem que permite ao cliente utilizar fundos para além do saldo dessa conta, até um limite máximo (*plafond*) definido pelo banco.

Quando recorremos ao crédito, o banco pode exigir-nos que prestemos **garantias** para assegurar que o dinheiro emprestado é reembolsado.

No caso do crédito aos consumidores, é habitual os bancos exigirem menos garantias do que no caso do crédito à habitação, em que solicitam normalmente que o cliente dê como garantia o próprio imóvel (hipoteca). Além desta garantia, o banco pode exigir também um seguro de vida ou fiadores.

Vamos distinguir estes tipos de garantias.

A **hipoteca** é uma garantia que recai sobre um bem. No caso do crédito à habitação ou automóvel, esta incide sobre a habitação ou o veículo adquiridos através do crédito. Caso o devedor falte com o pagamento das prestações do crédito, o banco pode instaurar uma ação em tribunal para que o bem (a casa ou o automóvel) seja penhorado e depois vendido. O dinheiro que resulta desta venda irá servir para pagar ao banco o valor do empréstimo em falta.

Se o montante da venda do bem não for suficiente para pagar o montante em dívida, incluindo o capital e os juros, o restante património do cliente pode também ser usado como pagamento da dívida em falta.

No crédito à habitação, para reforço das garantias, o banco pode exigir também a contratação de um **seguro de vida** pelo cliente para cobrir o valor em dívida à instituição de crédito em caso, por exemplo, de morte ou de incapacidade permanente para o trabalho.

O **fiador** é uma pessoa diferente do cliente que se compromete a pagar a dívida caso o cliente não o faça. É importante que o fiador tenha confiança de que o devedor vai cumprir o contrato e pagar as prestações todos os meses. Geralmente, o cliente pede a familiares ou amigos que sejam seus fiadores.

ATENÇÃO!

O fiador deve saber que está a assumir um compromisso que envolve um risco elevado para si. Caso o devedor deixe de pagar as prestações ao banco, o fiador terá de responder por essa dívida com o seu próprio património.



PENSA SOBRE ISTO.....

O Luís tem 21 anos e quer comprar uma casa. O banco impôs como condição para conceder o crédito a existência de um fiador.

1. Poderá o irmão mais novo do Manuel, que é estudante do ensino secundário, ser fiador? Ou um amigo que está desempregado e não tem rendimentos? Aceitará o banco qualquer pessoa como fiador?

CUSTOS DO CRÉDITO

3

Recorrer a um crédito bancário pode ter uma série de **custos associados**, o que significa que o valor total a pagar ao banco será superior àquele que se pediu emprestado.

EXEMPLO

ÍRIS

26 anos



A Íris estuda Música no Conservatório e está a ponderar pedir um empréstimo pessoal de 10 000€ a 48 meses, com um juro anual de 10,7%, para formar uma banda.

Não considerando outras despesas em que a Íris poderá incorrer com o empréstimo, para saber o **valor total de juros** que ela terá de pagar ao final dos 48 meses, podemos recorrer a um simulador de crédito, como o que está disponível no Portal "Todos Contam", e obtemos:

$$J = 2435,71 \text{ €}$$

Então, o valor total a pagar pela Íris pelo empréstimo de 10 000 €, durante os 48 meses, será igual a:

$$\text{Valor total a pagar} = 10\,000 \text{ €} + 2435,71 \text{ €} = 12\,435,71 \text{ €}$$

A taxa de juro que o banco cobra pela cedência de crédito designa-se por **Taxa Anual Nominal (TAN)**. No exemplo da Íris, a taxa de juro era a mesma ao longo do prazo do empréstimo, ou seja, era uma **taxa de juro fixa**, mas nem sempre é assim!

A maioria dos empréstimos de montante elevado, cujo pagamento se prolonga durante longos períodos de tempo, como o crédito à habitação, tem uma taxa de juro variável. A opção entre uma taxa de juro fixa ou uma **taxa de juro variável** é, na verdade, uma das decisões mais importantes na contratação de um crédito à habitação.

Nos **créditos à habitação** com **taxa de juro variável**, a taxa

de juro do empréstimo resulta da soma de duas componentes:

$$\text{TAN} = \text{INDEXANTE} + \text{SPREAD}$$

- O **indexante**, ou taxa de referência, é a **Euribor** e tem vários prazos, sendo as Euribor a 3, 6 e 12 meses as mais usadas em contratos de crédito à habitação. O valor da Euribor a utilizar no empréstimo é revisto após o prazo a que se refere. Por exemplo, a Euribor a 3 meses é revista trimestralmente, a Euribor a 6 meses, semestralmente, e a Euribor a 12 meses, anualmente. Quando o valor da Euribor é revisto, a taxa de juro do empréstimo pode subir ou descer; o montante da prestação pode, assim, aumentar ou diminuir, respetivamente. Só raramente o valor da Euribor não se altera.
- O **spread** é livremente definido pelo banco para cada contrato de crédito, tendo em conta o risco associado, a razão entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel e as garantias dadas pelo cliente (por exemplo, hipoteca ou fiança). Alguns bancos concedem uma redução do **spread** no crédito à habitação aos clientes que também adquirem outros produtos ou serviços financeiros.



Nos empréstimos contraídos a **taxa de juro fixa**, a taxa de juro do empréstimo é sempre a mesma e a prestação não se altera durante o prazo do contrato. Isto significa que se entretanto a taxa Euribor subir ou descer, a prestação do empréstimo mantém-se: o cliente fica protegido da subida da Euribor, mas não beneficia da sua descida.

Esta taxa de juro é livremente estabelecida pelo banco em cada contrato e tem em consideração o risco de fixação da taxa de juro por um período relativamente longo. É por isso que, em condições normais de mercado, a prestação de um empréstimo a taxa de juro fixa, no início do empréstimo, é mais elevada do que a prestação indexada à Euribor. Neste tipo de taxa, o cliente paga um preço mais alto pela segurança de não vir a ter a sua prestação aumentada.



Há ainda alguns empréstimos com **taxa de juro mista**, o que significa que existem períodos em que a taxa é fixa e outros em que a taxa é variável. Por exemplo, um empréstimo à habitação a 30 anos pode ter uma taxa fixa durante os primeiros 5 anos e uma taxa variável, indexada à Euribor, nos restantes 25 anos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

3

JOÃO E KIRA

O João e a Kira são um jovem casal e querem comprar casa própria. Viram um apartamento de que gostaram e que serve as suas necessidades, que custa 190 000 €. Ao longo dos últimos anos conseguiram poupar para este objetivo 19 000 €, que vão usar para a compra do apartamento. Para pagar o valor remanescente, terão de recorrer a um empréstimo bancário.



Depois de consultarem vários bancos e analisarem diferentes propostas, ficaram na dúvida entre o tipo de taxa de juro a escolher:

TAXA DE JURO FIXA	TAXA DE JURO VARIÁVEL	TAXA DE JURO MISTA
Montante do empréstimo: 171 000 €	Montante do empréstimo: 171 000 €	Montante do empréstimo: 171 000 €
Duração do empréstimo: 30 anos	Duração do empréstimo: 30 anos	Duração do empréstimo: 30 anos
TAN = 3,4%	Taxa variável indexada à Euribor a 12 meses, com TAN = 2,2%	Taxa de juro fixa nos primeiros 5 anos, com TAN = 2,7% Taxa de juro variável nos 25 anos seguintes, indexada à Euribor a 12 meses.
Prestação mensal de 758 €	Prestação mensal nos primeiros 12 meses de 649 €	Prestação mensal de 694 € nos primeiros 5 anos Prestação mensal dependente da Euribor a 12 meses nos 25 anos seguintes – o que, à taxa atual, corresponderia a 656 €

1. Indica uma vantagem da taxa de juro fixa e uma vantagem da taxa de juro variável.
2. Considera que a Euribor permanece constante durante os 30 anos de prazo do empréstimo e calcula qual é o valor total que o João e a Kira pagarão pelo empréstimo em cada um dos casos.
3. Baseando-te na resposta à questão 2, qual será o melhor tipo de taxa de juro para o João e a Kira?
4. Na realidade, o melhor tipo de taxa de juro poderá não ser o escolhido na questão 2. Explica porquê.

Além da taxa de juro há outros **encargos** associados aos contratos de crédito, nomeadamente **comissões**, **despesas** ou **seguros**.

- As **comissões** são valores cobrados pelo banco como forma de retribuição pelo serviço prestado (avaliação do imóvel, formalização do contrato, etc.).
- As **despesas** são valores cobrados pelo banco para pagar a terceiros por conta do cliente, como pagamentos a conservatórias ou impostos (imposto do selo, IVA...).
- O banco pode ainda exigir que o cliente contrate determinados **seguros** ao contrair o crédito, nomeadamente um seguro de vida.

Sempre que pensamos em contratar um crédito, devemos analisar as várias opções das instituições e perceber as principais diferenças entre elas. Para isso, há duas siglas que é muito importante conhecer:

- **Taxa Anual de Encargos Efetiva Global (TAEG)** – representa o **custo total do crédito**, englobando os custos com juros (TAN) e outros encargos cobrados pelo banco. É expressa em percentagem anual do montante total do crédito.
- **Montante Total Imputado ao Consumidor (MTIC)** – corresponde ao **valor global que o cliente paga pelo empréstimo**, ou seja, é a soma do montante do empréstimo com o total de custos.

MTIC

=

MONTANTE DO
EMPRÉSTIMO

+

CUSTO TOTAL DO CRÉDITO
(juros + comissões + despesas + seguros)

A TAEG e o MTIC devem ser utilizados para comparar propostas de crédito que tenham características idênticas (valor pedido, prazo, forma de reembolso) mas custos distintos.

EXEMPLO

MANUEL

37 anos

O Manuel viu a família ser alargada com a chegada de um filho e precisa de um automóvel maior. Consultou várias simulações de crédito automóvel para um empréstimo de 15 000 € a 5 anos e optou pela seguinte:



Valor da prestação fixa	288,04 €
Valor total dos juros (com imposto do selo)	2282,59 €
TAN	5,5%
TAEG	9,4%
Comissão de formalização	450 €
Comissão de dossiê	36,58 €
Imposto do selo sobre utilização do crédito (capital em dívida × imposto do selo)	396 €
Seguro de vida	5 € / mês

Qual será o montante total imputado ao consumidor no final do contrato (MTIC)?

- 1 Vamos começar por calcular o valor total dos encargos associados a este crédito:
O valor desta parcela é igual à soma das comissões (acrescido do imposto do selo de 4%), despesas e seguros. Assim:

Comissões = 450 € + 36,58 € = 486,58 €

Imposto do selo sobre comissões (4%) = 486,58 € × 0,04 = 19,46 €

Imposto do selo sobre utilização do crédito = 396 €

Seguro = 5 € × 60 = 300 €

Assim, o **valor total dos encargos** é igual a:

486,58 € + 19,46 € + 396 € + 300 € = 1202,04 €

- 2 Calculemos agora o custo total do crédito:

Custo total do crédito = Juros + Encargos

Custo total do crédito = 2282,59 € + 1202,04 € = 3484,63 €

- 3 Podemos calcular agora o valor do MTIC:

MTIC = Montante do empréstimo + Custo total do crédito

MTIC = 15 000 € + 3484,63 € = 18 484,63 €

Portanto, o Manuel pagará 18 484,63 € por este empréstimo, no final dos 5 anos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA**NOÉMIA**

31 anos



A Noémia trabalha há 7 anos como farmacêutica num hospital. Há algum tempo que anda à procura de um pequeno apartamento para comprar e usar o valor da renda que paga pela casa onde mora na prestação do crédito à habitação. Depois de consultar vários bancos, está a considerar as duas propostas seguintes para um empréstimo de 150 000 € a 30 anos:

- **Proposta 1:** TAN 2,8%, comissões iniciais de 500 € e seguros mensais de 50 €.
- **Proposta 2:** TAN 3%, comissões iniciais de 300 € e seguros mensais de 25 €.

PROPOSTAS	PRESTAÇÃO MENSAL	ENCARGO MENSAL TOTAL (PRESTAÇÃO E SEGUROS)	TAEG	MTIC
Proposta 1	616,34 €	666,34 €	3,5%	241 303 €
Proposta 2	632,41 €	657,41 €	3,4%	237 878 €

1. Qual das propostas de crédito te parece mais vantajosa para a Noémia? Porquê?

RESPONSABILIDADES DO CRÉDITO

Como vimos, quando recorremos a um crédito temos a obrigação de devolver o dinheiro emprestado, acrescido dos juros e restantes encargos.

O banco, por sua vez, tem a responsabilidade de comunicar os créditos superiores a 50 € ao Banco de Portugal. Para tal, tem de registar informação sobre o crédito concedido, nomeadamente o nome do cliente e o valor do empréstimo, numa base de dados chamada **Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)**.

Caso o cliente entre em incumprimento, esta situação é registada na CRC e pode limitar o acesso desse cliente a novos créditos. Assim, a CRC permite às instituições de crédito consultar informação sobre um cliente (saber todos os créditos que possui e se estão em situação regular ou não), de modo a avaliar o risco de concessão de novos créditos a esse cliente.

A informação de um cliente bancário constitui o seu **mapa de responsabilidade de crédito** e pode ser consultado no *site* do Banco de Portugal pelo próprio cliente.

O não pagamento de prestações de contratos de crédito tem graves consequências para o cliente e para o seu agregado familiar. Quando o cliente não paga a prestação do empréstimo na data acordada, entra em incumprimento. Nesse caso, além das prestações em atraso, terá de suportar o pagamento de outros custos que o banco vai exigir:

- juros de mora;
- comissões por cada prestação não paga;
- despesas que o banco tenha suportado perante terceiros, por conta do cliente.

No caso de existir um fiador do crédito, o banco pode exigir o pagamento da dívida ao fiador e no caso de existir hipoteca sobre um imóvel, o banco pode exigir a venda judicial do imóvel para reembolsar o crédito. O banco pode também iniciar uma ação judicial, que poderá terminar com a penhora dos rendimentos ou bens do cliente.

Se o cliente **antecipa que não vai conseguir pagar** as prestações do seu crédito, deve alertar de imediato o banco. O banco avaliará a situação do cliente e apresentará, sempre que tal seja viável, soluções de pagamento adequadas à sua atual capacidade financeira, objetivos e necessidades.

EXERCÍCIOS

- 1.** A Ester terminou o mestrado e começou a trabalhar como enfermeira. Para facilitar as deslocações nos dias de turno, está a pensar comprar um carro. Qual das seguintes opções consideras mais indicada para a Ester comprar o carro? Porquê? 20 pt
- A.** Definir um plano de poupança mensal para daqui a um ano comprar um carro em 2.ª mão.
 - B.** Pedir dinheiro emprestado a familiares para comprar um carro em 2.ª mão.
 - C.** Contrair um crédito para comprar um carro em 2.ª mão.
 - D.** Contrair um crédito para comprar um carro novo.
- 2.** O rendimento mensal de uma família de três elementos é de 2000 € e os seus encargos com empréstimos totalizam 450 € por mês.
- 2.1** Qual é a taxa de esforço desta família? 20 pt
- A.** 20,5% **B.** 25,5% **C.** 22,5% **D.** 25,2%
- 2.2** Qual o rendimento disponível por cada elemento do agregado familiar após o pagamento dos empréstimos? 20 pt
- A.** 816,7 € **B.** 516,7 € **C.** 1550 € **D.** 650 €
- 3.** Quanto maior a taxa de esforço... 10 pt
- A.** maior o número de comissões cobradas no contrato de crédito.
 - B.** menor a taxa de juro prevista no contrato de crédito.
 - C.** maior a disponibilidade financeira para reagir a um aumento súbito de despesas.
 - D.** menor a capacidade de acomodar imprevistos financeiros.
- 4.** O que é o *spread*? 10 pt
- A.** Taxa de juro total cobrada num empréstimo.
 - B.** Taxa de juro definida pela instituição de crédito em função do montante do empréstimo.
 - C.** Acréscimo estabelecido pelo banco, face a uma taxa de juro de referência (indexante), que pode variar de cliente para cliente.
 - D.** Acréscimo estabelecido pelo banco, face a uma taxa de juro de referência (indexante), que é igual para todos os clientes.

5. A família Oliveira pretende comprar um computador e uma impressora que custam 1000 € para apoiar os trabalhos da escola do filho. Para pagar este material informático precisa de recorrer ao crédito e está a pensar utilizar o cartão de crédito. O cartão de crédito tem uma TAN de 10% e permite escolher entre várias modalidades de reembolso.

OPÇÃO	MODALIDADE DE REEMBOLSO	PRAZO ATÉ LIQUIDAR A DÍVIDA	PRESTAÇÃO	TOTAL DE JUROS E IMPOSTO DO SELO
1	Integral (100% do valor da dívida)	1 mês	Prestação única de 1000 €	0 €
2	25% do valor da dívida	16 meses	1.ª prestação de 250 €	31,70 €
3	10% do valor da dívida	32 meses	1.ª prestação de 100 €	92,19 €
4	50 € por mês	23 meses	Prestações de 50 €	118,84 €

- 5.1** Analisa as informações sobre as modalidades de reembolso do cartão de crédito e identifica a que tem maior e menor custo associado.

10 pt
- 5.2** Quais as vantagens e desvantagens de cada modalidade de reembolso?

20 pt
- 5.3** Sabendo que a família Oliveira apenas tem disponíveis 200 € por mês para pagar esta dívida, que modalidades pode escolher?

20 pt
- 5.4** Na loja, em alternativa ao cartão de crédito, foi-lhes proposto um crédito pessoal a 12 meses, com TAN de 6% e comissões iniciais de 10 €, a que corresponde uma prestação mensal de 86,18 € e um MTIC de 1070,92 €. Que opção de crédito aconselharias à família Oliveira?

30 pt
- 6.** Num empréstimo à habitação de 100 000 €, a 30 anos, com taxa fixa de 2%, são cobradas no início do contrato as seguintes comissões:

 - Comissão de avaliação: 250,00 €
 - Comissão de abertura: 300,00 €
 - Comissão de conversão de registo provisório em definitivo: 50,00 €

6.1 Sabendo que a taxa de imposto do selo sobre as comissões é de 4%, calcula o valor do imposto em relação a estas comissões.

20 pt
- 6.2** Calcula o MTIC neste empréstimo, sabendo que durante o contrato vão ser também suportados os seguintes custos:

 - Juros: 33 063,01 €
 - Seguros: 50,00 € / ano
 - Imposto do selo sobre o montante de crédito: 600,00 €

20 pt

Autoavaliação

Total

180 - 200 pt

150 - 180 pt

100 - 150 pt

0 - 100 pt

4

SEGUROS



QUE RISCOS POSSO ACAUTELAR?

O Pedro tem andado a poupar para comprar uma bicicleta TT. Depois de escolher o modelo que gostaria de comprar, comparou preços e encontrou uma pelo valor de 299 €.

Ao longo do último ano, poupou uma parte da sua mesada e o dinheiro que os avós lhe ofereceram no Natal e no aniversário e tem agora no seu mealheiro o valor de 340 €, pelo que vai finalmente poder substituir a sua velha bicicleta.

Na loja, o vendedor perguntou-lhe se queria fazer um seguro para proteger a bicicleta nova em caso de furto ou roubo ou de danos acidentais, válido por 2 anos, no valor de 35 €.

O Pedro ficou com muitas dúvidas... Por um lado, custou-lhe tanto poupar o dinheiro para poder comprar a bicicleta que considera prudente proteger-se da possibilidade de ela ser furtada ou roubada. Por outro lado, se for cuidadoso reduzirá o risco de acidente e de furto ou roubo, embora esse risco não desapareça.

Podemos proteger-nos das perdas financeiras decorrentes de situações imprevistas no dia a dia contratando seguros.

**NESTE CAPÍTULO VAMOS
PERCEBER MELHOR O QUE É UM
SEGURO E COMO FUNCIONA
E FICAR A CONHECER DIFERENTES
TIPOS DE SEGUROS.**



CONTRATO DE SEGURO

Ao longo da nossa vida alguns acontecimentos são esperados, mas há também **riscos e imprevistos** – um acidente de automóvel, uma avaria num eletrodoméstico, uma doença... Para nos prevenirmos relativamente à possibilidade de ocorrência futura de um imprevisto, e ter capacidade para fazer face a despesas inesperadas, já vimos que devemos, sempre que possível, poupar. Podemos também contratar um ou mais seguros, pois com o pagamento de uma quantia relativamente pequena podemos acautelar prejuízos muito superiores, em relação aos quais a poupança nem sempre seria opção.

Contrariamente à poupança, que pode ser mobilizada para qualquer fim, os **seguros** são contratados para fins específicos – por exemplo, podemos contratar um seguro para cobrir despesas inesperadas com o nosso automóvel mas o mesmo seguro não cobrirá despesas inesperadas de outra natureza (com a nossa habitação, por exemplo).

Os seguros podem cobrir riscos relativos a **bens materiais** (como uma casa ou uma obra de arte), **imateriais**, **créditos** e riscos relativos à vida e saúde de uma pessoa.

São vários os motivos para contratar um seguro, entre eles obter tranquilidade, evitar despesas maiores do que o nosso orçamento possa suportar e preservar as nossas poupanças.

O seguro é um contrato através do qual alguém transfere para uma empresa de seguros o risco de perdas financeiras que podem resultar de situações imprevistas. Em troca, a pessoa paga à empresa de seguros uma determinada quantia (o prémio do seguro).

A empresa de seguros assume a cobertura de determinados riscos, comprometendo-se a pagar os prejuízos que possam resultar dessa situação, nos termos acordados.



PENSA SOBRE ISTO

1. A língua portuguesa tem vários provérbios e expressões idiomáticas que referem cuidados a ter perante o risco. Um exemplo é o provérbio «O seguro morreu de velho». O que te parece que significa?
2. Em grupo, lista outros exemplos e discute com os teus colegas o seu significado.

Antes de contratar um seguro é importante conhecer os seguintes termos:

- **tomador do seguro** – pessoa que contrata o seguro, sendo responsável pelo pagamento do seu custo;
- **segurado** – pessoa no interesse de quem é feito o seguro;
- **empresa de seguros** – instituição que suporta o risco e se compromete a pagar as indemnizações ou as prestações previstas no contrato até ao limite do capital seguro;
- **risco** – incerteza associada a um acontecimento futuro, seja quanto à sua realização, ao momento em que ocorre ou aos danos dele decorrentes;
- **coberturas** – conjunto de situações garantidas no contrato;
- **sinistro** – evento ou série de eventos que resultam de uma mesma causa e acionam a cobertura do risco prevista no contrato;
- **capital seguro** – é o valor máximo pago pela empresa de seguros em caso de sinistro, mesmo quando o prejuízo ocorrido é superior a este valor;
- **exclusões** – situações não cobertas pelo contrato;
- **prémio** – é o custo do seguro;
- **indemnização** – valor a pagar pelos prejuízos decorrentes de um sinistro coberto pelo contrato;
- **período de carência** – período entre a celebração do contrato e uma determinada data a partir da qual as coberturas passam a estar ativas, isto é, podem ser utilizadas;
- **franquia** – nem sempre os danos causados num sinistro ficam totalmente cobertos pelas empresas de seguros; a franquia é o valor que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado.

Os seguros podem ser **obrigatórios** – quando a sua contratação é exigida por lei, como é o caso do seguro de responsabilidade civil automóvel, do seguro de incêndio ou do seguro de acidentes de trabalho –, ou **facultativos**.

PÕE EM PRÁTICA

- **Toma consciência dos riscos** a que estás exposto e adota medidas preventivas sempre que possível.
- Nem sempre podes evitar um acidente ou imprevistos, mas **podes proteger-te das perdas financeiras ao contratar um seguro.**



Antes de contratar um seguro, o que devemos saber?

1 Compreender os conceitos básicos

O primeiro passo é conhecer bem o significado dos termos que acabámos de apresentar.

2 Estar bem informado

Para que o seguro vá ao encontro das nossas necessidades, é importante estarmos bem informados acerca do risco a cobrir bem como da extensão da cobertura pretendida.

3 Prestar informações rigorosas

Devemos cumprir rigorosamente os deveres de informação. Só é possível à empresa de seguros apreciar devidamente o risco a cobrir, e decidir se o aceita ou não, se conhecer todas as informações necessárias para o efeito. Por essa razão, não devem ser prestadas falsas declarações nem omitida informação relevante. Estas situações podem ter consequências graves, como a anulação do contrato e a não cobertura de um sinistro.



4 Fazer simulações e comparar preços

Qualquer que seja o risco que pretendemos transferir, devemos comparar preços e fazer simulações nas diferentes empresas de seguros autorizadas e verificar qual é o produto que mais se adequa às nossas necessidades. Ao efetuar esta comparação, é muito importante prestar atenção à extensão das coberturas pretendidas, pois geralmente um nível de cobertura superior implica que o seguro seja mais caro.

5 Verificar se a empresa de seguros está autorizada

Para prevenir situações de fraude, devemos verificar se a empresa de seguros que escolhemos está autorizada a explorar o tipo de seguro pretendido. Esta verificação pode ser feita com recurso à ferramenta “Entidades Autorizadas” disponível no *site* da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

RAQUEL E SALVADOR

A Raquel e o Salvador são pais de três rapazes com 3, 7 e 12 anos. Há dois anos tiveram muitas despesas de saúde e, preocupados com os riscos a que os filhos estão expostos nesta fase de crescimento, decidiram estender o seu seguro de saúde de modo a incluir os três filhos.

O seguro cobre despesas de hospitalização até um limite de 15 000 €, assistência ambulatoria até um limite de 2500 € e estomatologia até um limite de 500 €. O período de carência para hospitalização é de 90 dias e para estomatologia é de 60 dias.



A opção contratada é igual para os três filhos:

Prémio anual	234 €
Assistência ambulatoria:	
- Franquia	50 €
- Consulta médica	15 €
- Urgência médica	35 €
Estomatologia:	
- Consulta médica	15 €
- Próteses e ortóteses	50%
Exames de diagnóstico e tratamentos	Consultar valores no <i>site</i> da empresa de seguros

No último ano, o filho mais novo foi a três consultas de pediatria. O filho do meio foi apenas a uma consulta de pediatria e a uma urgência médica. O filho mais velho caiu a jogar futebol com os amigos e precisou de uma urgência médica e de 20 sessões de fisioterapia, além de duas consultas médicas. Além disso, todos os filhos foram a uma consulta de estomatologia.

No passado, a Raquel e o Salvador pagavam 80 € por cada consulta de pediatria ou de especialidade e 90 € por cada consulta no dentista. Para as urgências recorriam ao Serviço Nacional de Saúde, deslocando-se ao hospital público da zona de residência. Neste caso, as crianças estão isentas de pagamento de taxa moderadora.

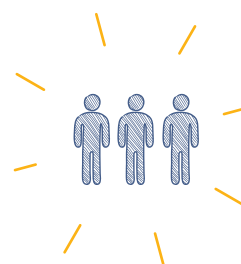
1. Sabendo que o seguro foi contratado a 01.03 daquele ano, em que data puderam os filhos da Raquel e do Salvador utilizar a cobertura de estomatologia?
2. Quanto gastou o casal no último ano em despesas de saúde com cada um dos filhos? Considera que por cada sessão de fisioterapia pagaram 3,05 €.
3. Quanto teriam gasto com cada um dos filhos se não tivessem contratado o seguro de saúde? Considera que por cada sessão de fisioterapia teriam de pagar 25 €.
4. Compara os valores que obtiveste nas duas questões anteriores.
5. Na consulta de estomatologia foi prescrito ao filho mais velho o uso de um aparelho dentário dentro do período de 1 ano. Dada a prescrição, a Raquel e o Salvador estão a considerar essa despesa no seu orçamento dos próximos meses. O orçamento para o aparelho é de 1500 € e inclui as consultas de rotina. Quanto pagarão a Raquel e o Salvador pelo aparelho, dadas as coberturas de estomatologia que contrataram?
6. Consideras que foi uma boa decisão a contratação de seguros para os filhos da Raquel e do Salvador?

Como vimos, a contratação de um seguro constrói uma rede de proteção para as pessoas e os seus bens pois permite que com o pagamento de uma quantia relativamente pequena (prémio do seguro) se acautelem prejuízos financeiros bastante superiores. Foi o que acabámos de verificar no caso da Raquel e do Salvador.

Os seguros funcionam desta forma assentes no **princípio do mutualismo**, que consiste na divisão das perdas financeiras por um número elevado de pessoas, de modo que cada pessoa assuma apenas uma pequena parte desse custo.

Como funciona este princípio na prática?

Através da contribuição de várias pessoas para o mesmo risco (soma dos prémios pagos por todos os tomadores do seguro à empresa de seguros) procede-se à formação de um fundo comum e, em caso de ocorrência de sinistro, será este fundo comum e mútuo que suportará as perdas (indemnizações). Ou seja, é devido ao pagamento de um valor relativamente baixo efetuado por muitas pessoas que é possível que uma pessoa que tenha um prejuízo seja compensada por isso.



TIPOS DE SEGUROS

Vamos conhecer melhor diferentes tipos de seguros.

- **Seguro habitação** – ao contratar um seguro habitação só é obrigatório que este cubra o **risco de incêndio**, e apenas em edifícios em regime de propriedade horizontal, como é o caso dos apartamentos. As empresas de seguros disponibilizam várias modalidades de seguros, com diferentes coberturas relativas à habitação – por exemplo danos por água, riscos elétricos, inundações, tempestades, sismos, roubo do recheio da casa, etc.
- **Seguro de saúde** – este seguro cobre riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde conforme as coberturas previstas nas condições do contrato e com os limites nelas fixados. Podem funcionar através do reembolso ao tomador do seguro de despesas relacionadas com cuidados de saúde, do pagamento direto aos prestadores dos serviços de saúde ou da combinação das duas modalidades. O prémio a pagar varia com diversos fatores, nomeadamente a idade da pessoa segura (sendo mais alto para pessoas mais velhas), as coberturas contratadas e o estado de saúde da pessoa segura.
- **Seguro de acidentes pessoais** – contrato através do qual a empresa de seguros garante a reparação dos danos corporais que resultem de um acidente. Um seguro de acidentes pessoais inclui, por norma, as seguintes **coberturas**: morte, invalidez permanente, despesas de funeral, despesas de repatriamento, despesas de tratamento. Este seguro pode ser contratado por qualquer pessoa. Pode ainda ser contratado por entidades coletivas, sendo obrigatório, por exemplo, para entidades organizadoras de campos de férias, para cobrir eventuais acidentes com os jovens que os vão frequentar.
- **Seguros de acidentes de trabalho** – seguro de carácter obrigatório que cobre a responsabilidade da entidade patronal por acidentes sofridos pelos trabalhadores no âmbito da sua atividade profissional (no horário e local de trabalho e nas deslocações de casa para o trabalho e vice versa). No caso dos trabalhadores independentes, é obrigatória a sua contratação pelo próprio trabalhador; no caso dos trabalhadores por conta de outrem, a contratação é feita pela entidade patronal.



- **Seguro automóvel** – as empresas de seguros disponibilizam um vasto leque de produtos de seguro automóvel, mas apenas o **seguro de responsabilidade civil automóvel** (que cobre prejuízos causados a outras pessoas) é obrigatório. É comum que as pessoas contratem conjuntamente com a cobertura obrigatória outras que são facultativas, como por exemplo assistência em viagem, quebra de vidros, choque, colisão ou capotamento, atos de vandalismo ou furto. O prémio a pagar depende do tipo de veículo, da cilindrada e do capital seguro, assim como dos dados do condutor (idade, há quanto tempo tem carta de condução, se tem antecedentes de acidentes, zona de residência).
- **Seguro de equipamentos eletrónicos** – este seguro é contratado para proteger equipamentos eletrónicos de avarias, roubos ou danos acidentais. É geralmente contratado por empresas para proteger todos os seus computadores e demais equipamentos eletrónicos.
- **Seguro de vida** – contrato através do qual a empresa de seguros se compromete a pagar o capital seguro em caso de morte da pessoa segura (seguro em caso de morte) ou uma prestação prevista no contrato em caso de sobrevivência (seguro em caso de vida), ou ambos. Há modalidades complementares que cobrem ainda o risco de invalidez ou desemprego. O prémio a pagar é influenciado pela idade e pelo estado de saúde da pessoa segura.



Os seguros de vida não são obrigatórios mas são um requisito usual das instituições para fazer um **crédito à habitação**, como já vimos no Capítulo 3. Assim, em caso de morte ou invalidez de quem contrai o empréstimo, o banco tem a garantia de receber o valor em dívida através do contrato do seguro de vida.



PENSA SOBRE ISTO.....

Em 2009 o *El Mundo* noticiou que o Real Madrid seguiu as pernas do Cristiano Ronaldo por 100 milhões de euros. Em caso de lesão grave, que impedisse o jogador de continuar a jogar, o clube teria a receber uma indemnização correspondente ao valor segurado.

1. Que tipo de seguro contratou o Real Madrid?
2. Que razões terão levado o Real Madrid à contratação do seguro?

SITUAÇÃO-PROBLEMA

TIAGO

27 anos



O Tiago é um entusiasta das novas tecnologias e gosta de ter os *gadgets* mais recentes em sua casa. Além de um *smartphone* topo de gama, tem os últimos modelos de televisão e sistema de som. Instalou em casa um sistema de vigilância a que pode aceder através do seu *smartphone* para receber informações em caso de intrusão. Para suportar estes gastos, prescindiu de comprar um carro e vai comprar uma bicicleta para se deslocar na cidade (do último modelo, claro!).

VÂNIA

32 anos

A Vânia mora sozinha num pequeno apartamento no centro da cidade do Porto e é praticante de desportos ao ar livre. Nos seus tempos livres pratica escalada e *rafting* com o seu grupo de amigos. Trabalha como fotógrafa profissional (como trabalhadora independente) e viaja bastante pelo mundo, ficando o seu apartamento desocupado nesses períodos. Ela pede a um dos amigos que passe pelo apartamento para ver se está tudo bem, pois fica sempre preocupada que algum problema possa ocorrer.



1. Aconselharias algum seguro ao Tiago e à Vânia? Se sim, qual ou quais?

EXERCÍCIOS

- 1.** De entre as alternativas seguintes, qual não é considerada uma medida de prevenção de riscos? 10 pt
- A.** Ter um estilo de vida saudável (não fumar, fazer exercício físico...).
 - B.** Utilizar um cadeado sempre que se estaciona a bicicleta.
 - C.** Confiar que nenhum acidente vai acontecer.
 - D.** Contratar um seguro habitação.
- 2.** Todos os tópicos da lista seguinte referem cuidados que devemos ter na contratação de um seguro, exceto um. Indica-o. 10 pt
- A.** Ler atentamente o contrato, prestando particular atenção às cláusulas de riscos excluídos da cobertura do seguro.
 - B.** Não fazer comparação de preços.
 - C.** Comparar produtos com as mesmas características (coberturas, exclusões...).
 - D.** Verificar se as coberturas contratadas e as exclusões existentes vão ao encontro das nossas necessidades.
- 3.** Lê as situações seguintes.
- 3.1** Identifica as situações que devem estar cobertas por um seguro obrigatório. 15 pt
- A.** Incêndio na cozinha de um apartamento.
 - B.** Uma criança partiu um candeeiro de uma loja ao fazer compras com a mãe.
 - C.** Uma empregada doméstica caiu e torceu um tornozelo durante o trabalho.
 - D.** Quebra de um vidro no decurso de um assalto a um automóvel.
 - E.** Acidente automóvel em que se causam danos noutra viatura.
- 3.2** Para as situações que não identificaste na questão 3.1, indica o tipo de seguro e cobertura que poderiam ser contratados. 20 pt

4. Completa o seguinte texto, selecionando as palavras adequadas.

35 pt

franquia tomador do seguro menor empresa de seguros
risco prémio cobertura

Quando fazemos um contrato de seguro o risco de perdas financeiras passa a ser assumido pela _____. Em troca, o _____ paga uma determinada quantia: o _____. Essa quantia depende sempre do _____ envolvido e da _____, ou seja, do conjunto de situações que se encontram garantidas no contrato.

Quanto maior for a _____, isto é, o valor que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, _____ será o valor do prémio.

5. Na *Black Friday*, o Wender comprou um telemóvel. O telemóvel custou 229,98 € mais 12 mensalidades de 20 € que irá pagar durante um ano. Na compra, propuseram-lhe a contratação de um seguro de danos e roubo pelo valor mensal de 9,99 €, que ele optou por não contratar.

Uma semana depois, o Wender deixou cair o telefone, que ficou irremediavelmente estragado. A garantia do equipamento não cobre este tipo de danos, pelo que ele terá de comprar um telefone novo.

- 5.1 Quanto terá pago o Wender pelo telemóvel ao fim de 12 meses?

10 pt

- 5.2 Quanto gastaria o Wender ao fim de 12 meses se além do telemóvel tivesse contratado o seguro de equipamentos eletrónicos?

20 pt

- 5.3 O Wender vai comprar um novo telemóvel pelo valor de 150 €, uma vez que optou por um modelo mais barato. Poderia esta despesa ter sido evitada?

20 pt

- 5.4 Na tua opinião, o Wender deverá contratar um seguro para o segundo telemóvel?

20 pt

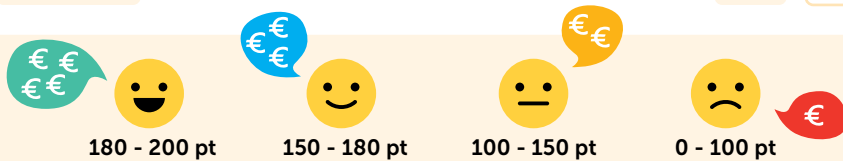
6. Dá exemplos de situações imprevistas que possam ser cobertas pelos seguintes seguros:

40 pt

- A. Seguro de saúde
- B. Seguro de responsabilidade civil automóvel
- C. Seguro habitação
- D. Seguro de saúde de animal doméstico

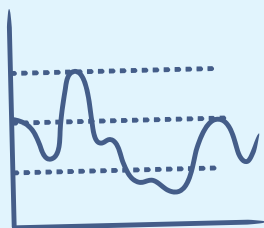
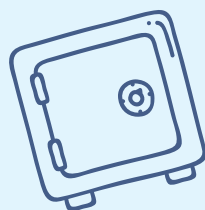
Autoavaliação

Total



5

SISTEMA E PRODUTOS FINANCEIROS BÁSICOS



QUAIS SÃO AS MELHORES OPÇÕES DE PAGAMENTO?

Nas férias do próximo verão, a Alice vai com os seus pais e irmão visitar os tios paternos a Toronto, no Canadá. Os tios da Alice emigraram há uns anos e costumam regressar a Portugal todos os verões para visitar os familiares e amigos. Este verão será a família da Alice a deslocar-se a Toronto. Para o conseguir, todos fizeram um esforço para economizar o dinheiro necessário para a viagem e estadia.

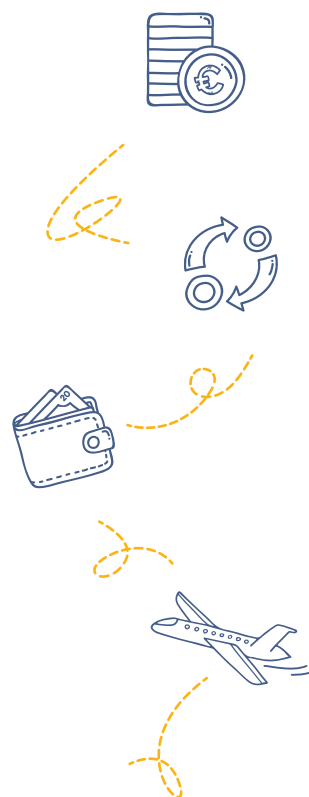
Para tirar o melhor partido da estadia, a Alice informou-se sobre os principais pontos de interesse que a família pode visitar e os custos que lhes estão associados e ainda sobre a moeda oficial do Canadá, o dólar canadiano.

Os pais estão a analisar as diversas formas possíveis de efetuar o pagamento das despesas diárias durante a estadia e das despesas com a viagem, seguros e alojamento. Se optarem por comprar dólares canadianos para as despesas correntes, têm de trocar, antes da viagem, todo o montante que preveem gastar. Por outro lado, se optarem por pagar com cartões, evitam transportar dinheiro consigo...

Quase todos os dias fazemos pagamentos:

- qual é a melhor opção para efetuar um pagamento?
- quais são os custos que lhe estão associados?

NESTE CAPÍTULO VAMOS EXPLORAR AS FUNÇÕES DA MOEDA E FICAR A CONHECER DIFERENTES FORMAS DE FAZER PAGAMENTOS E AS VANTAGENS ASSOCIADAS A CADA UMA DELAS.



HISTÓRIA E FUNÇÕES DA MOEDA

5

A história da moeda está ligada às trocas comerciais. As primeiras trocas realizadas eram trocas diretas, ou seja, trocava-se o que se tinha por outros produtos que faziam falta. Cereais, animais, tecidos, ferramentas eram trocados por outras coisas. Mas a troca direta tinha obstáculos que dificultavam as trocas: por um lado, era preciso encontrar quem estivesse interessado na troca de determinados produtos e, por outro lado, as pessoas atribuíam valores diferentes aos produtos.

Estes obstáculos foram ultrapassados com a utilização progressiva de um bem, com a aceitação generalizada enquanto meio de pagamento, que passou a funcionar como moeda. Esse bem começou por ser uma mercadoria relativamente escassa e duradoura: em diferentes locais e épocas, sal, peles, trigo, rum, carne-seca, ferro, cobre e conchas foram usados como moeda. Foi a época da **moeda-mercadoria**.

A moeda-mercadoria também apresentava desvantagens, pois existia dificuldade no transporte de grandes quantidades do bem usado como moeda, que em alguns casos era também perecível. Estas desvantagens conduziram ao uso crescente do metal como moeda. O metal possuía resistência, valor elevado, divisibilidade e era facilmente transportável. Iniciou-se a época da **moeda metálica**.

As primeiras moedas metálicas foram de ferro, de cobre e de bronze, e mais tarde começou a utilizar-se a prata e o ouro. O metal precioso usado nas moedas garantia o seu valor. E assim as pessoas passaram a trocar os seus produtos por moedas, utilizando-as depois para comprar os produtos de que necessitavam.

O aumento da atividade comercial originou a necessidade de transportar grandes valores em moeda, o que se veio a revelar difícil e perigoso. Ourives e artesãos começaram a assumir a função de guardar moedas nos seus cofres em troca da emissão de um certificado de depósito com a indicação do valor das moedas recebidas. Quando tinham de fazer um pagamento, em vez de levantar as moedas depositadas em cofres, as pessoas endossavam¹ o certificado de depósito à pessoa a quem tinham de fazer o pagamento e que se tornava dessa forma a nova dona das moedas depositadas em cofre. Os certificados de depósito podiam assim ser reconvertidos em moedas de ouro e prata.



¹ inscrever o nome da pessoa a quem deve ser entregue o valor.

Com o desenvolvimento da atividade bancária, o valor dos certificados de depósito em circulação passou a ser superior ao valor de ouro e prata guardado nos cofres do banco. Ao ser eliminada a possibilidade de conversão em ouro e prata, surgiram as notas atuais, designadas por **papel-moeda**. Esta é uma moeda fiduciária, caracterizada por não ser convertível em metais preciosos e por ser de aceitação generalizada.

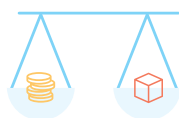
Independentemente da sua forma ao longo dos tempos, a moeda apresenta as seguintes funções:

- **meio de pagamento** – é uma forma de pagamento de qualquer bem ou serviço, deixando de ser necessário realizar trocas diretas;
- **unidade de conta ou medida de valor** – conta e expressa o valor de bens e serviços (preço);
- **reserva de valor** – pode ser guardada para utilização posterior.

FUNÇÕES DA MOEDA



Meio de pagamento
para compras



Unidade de conta
para fixação de preços



Reserva de valor
para poupança

Portugal adotou o **euro (€)** como moeda oficial a 1 de janeiro de 1999, mas só em 2002 é que deixou de circular a anterior moeda portuguesa, o **escudo (\$)**.

O euro é a moeda oficial dos 19 países da União Europeia (UE) que formam a zona euro. É usado por milhões de pessoas todos os dias, sendo uma das moedas mais utilizadas em todo o mundo. As suas vantagens são óbvias para qualquer pessoa que viaje ou faça compras nos países da zona euro.

As notas de euro são iguais em todos os países. Já as moedas do euro têm uma face comum, que apresenta o valor da moeda, e uma face nacional, que identifica o país emissor. Independentemente do país onde foram emitidas, todas as moedas são aceites como meio de pagamento.

O Banco Central Europeu (o banco oficial dos 19 países da zona euro) define o volume de notas e moedas a emitir, em articulação com os bancos centrais dos países da zona euro. O Banco de Portugal produz notas de euro, de acordo com o definido a nível europeu e a Imprensa Nacional-Casa da Moeda produz as moedas. No *site* do Banco Central Europeu podes ficar a conhecer as diferentes moedas emitidas pelos países da zona euro.

Estes são os países da UE que mantêm as suas moedas nacionais:

PAÍS	MOEDA
Bulgária	Lev búlgaro (BGN)
Chéquia	Coroa checa (CZK)
Croácia	Kuna croata (HRK)
Dinamarca	Coroa dinamarquesa (DKK)
Hungria	Forint húngaro (HUF)
Polónia	Złóti polaco (PLN)
Roménia	Leu romeno (RON)
Suécia	Coroa sueca (SEK)

ATENÇÃO!

Os pequenos estados de Andorra, Mónaco, São Marino e da Cidade do Vaticano, bem como os países Kosovo e Montenegro, também usam o euro.

EXEMPLO

BRUNO

19 anos



O Bruno, estudante de Psicologia na Universidade de Coimbra, candidatou-se ao programa Erasmus, um programa de intercâmbio de estudantes universitários de diferentes países. Os estudantes cuja candidatura é aceite recebem uma bolsa para apoio aos custos da estadia no estrangeiro.

Os pais do Bruno acordaram com ele que suportarão o custo dos bilhetes de avião e continuarão a dar-lhe a mesada. O Bruno sabe que o valor da bolsa e da mesada dos pais não serão suficientes para cobrir todas as suas despesas, que incluirão a renda de um quarto numa residência universitária, o custo da alimentação e supermercado, passe para transportes, e algum dinheiro para saídas com colegas. Terá por isso de recorrer ao valor de 235 € que poupou nos últimos dois anos, e continuar a poupar nos próximos meses.

No dia em que o Bruno soube que foi aceite como aluno de Erasmus pelo Instituto de Psicologia, em Cracóvia, na Polónia, os pais desafiaram-no a calcular o valor atual das suas poupanças em złóti (PLN), a moeda que irá usar na Polónia.

Para dar resposta ao desafio, o Bruno terá de converter o valor das suas poupanças em zlóti.

Para isso, tem de saber quantos zlóti consegue comprar com um euro, ou seja, precisa de conhecer a **taxa de câmbio**, que nos dá o valor de uma moeda em unidades monetárias de outra moeda.

Normalmente, a taxa de câmbio é representada pelo símbolo da moeda base seguido do símbolo da segunda moeda. Por exemplo, EUR/PLN representa o valor de um euro em zlóti.

A taxa de câmbio é atualizada regularmente. No *síte* do Banco de Portugal é possível encontrar a taxa de câmbio de referência, atualizada, de diferentes moedas em relação ao euro. Por exemplo, no dia em que o Bruno fez as contas, um euro era igual a 4,29680 zlóti, ou seja, comprava 4,29680 zlóti.

Vamos então calcular quantos zlóti (zł) o Bruno conseguia comprar nesse dia com as suas poupanças, usando a seguinte fórmula:

$$\text{VALOR NA MOEDA BASE} \times \text{TAXA DE CÂMBIO DA MOEDA A COMPRAR} = \text{VALOR NA MOEDA A COMPRAR}$$

O Bruno tinha na sua conta-poupança 235 €. Então:

$$235 \text{ €} \times 4,29680 \text{ PLN} = 1009,75 \text{ zł}$$

Se por hipótese o Bruno tivesse 1009,75 zł e desejasse convertê-los para euros, daria os mesmos passos, ou seja, procuraria a taxa de câmbio de zlóti para euros e aplicava a fórmula acima apresentada:

$$1009,75 \text{ zł} \times 0,23273 \text{ EUR} = 235 \text{ €}$$



As trocas de moeda podem ser feitas nos bancos comerciais e nas agências de câmbio, que têm liberdade na fixação das taxas de câmbio e das comissões a cobrar.

INFLAÇÃO

Voltemos ao exemplo do Bruno. Muito entusiasmado com a viagem para Cracóvia, que terá lugar dentro de 11 meses, o Bruno decidiu elaborar um orçamento para a sua estadia na Polónia. Calculou as receitas que espera vir a ter, provenientes essencialmente da bolsa, da mesada dos pais e das suas poupanças. Para estimar as despesas em que vai incorrer, informou-se sobre o custo da renda na residência para estudantes, o valor mensal do passe para transportes, o preço das refeições na cantina do Instituto de Psicologia e quanto lhe custará um bilhete de cinema, um café, um refrigerante...

Entretanto, lembrou-se de um dado importante. Ele leu que em Portugal, nos últimos anos, a inflação tem sido baixa, não se verificando aumentos significativos nos preços. Mas e qual será o valor da inflação na Polónia?

A questão do Bruno é pertinente. Vejamos porquê.

Numa economia de mercado os preços dos bens e serviços estão sempre a mudar. No nosso dia a dia, observamos que alguns preços sobem, outros descem. Quando se verifica um aumento dos preços em geral estamos perante o fenómeno da **inflação**.

A inflação é assim o **aumento generalizado dos preços de quase todos os bens de consumo**. É o que acontece quando aumentam os preços da energia, dos alimentos, dos transportes, das rendas das casas, etc. O resultado desta situação é que com o mesmo dinheiro compramos menos bens de consumo, isto é, o nosso **poder de compra** diminui. Por exemplo, se a inflação num ano foi de 2%, o que se comprava no supermercado por 100 € há um ano é expectável que agora custe 102 €.

A questão do Bruno é pertinente, pois se a inflação na Polónia for elevada, os preços em zlóti aumentam até à data em que o Bruno vai viajar e ele terá de corrigir o seu orçamento inicial.

A inflação é observável na variação de preços dos bens de consumo. Mas é também um fator a ter em conta na avaliação das taxas de juro.

A taxa de juro pode ser nominal ou real. A **taxa de juro nominal** é a taxa de juro acordada e paga. Por exemplo, a taxa de juro de um crédito à habitação ou a taxa de juro de remuneração de uma aplicação de poupança. Contudo, à taxa de juro nominal é preciso subtrair a inflação, para perceber a taxa de juro real que está a ser praticada. Assim, a **taxa de juro real** representa a taxa de juro nominal corrigida pela inflação.

ATENÇÃO!

Um dos objetivos principais do Banco Central Europeu é manter a estabilidade de preços na área do euro e, desse modo, preservar o poder de compra da moeda única. Para garantir esse objetivo, a taxa de inflação deve manter-se num nível próximo de 2%.

Se a taxa de inflação for maior do que a taxa de juro nominal de um depósito, isso significa que o preço dos bens está a aumentar mais do que os juros a receber. Desta forma, o poder de compra está a diminuir. Por exemplo, se um depósito render 1% em juro nominal e a taxa de inflação no mesmo prazo for de 1,5%, então isso significa que apesar de se ganhar 1% no depósito, perde-se 1,5% com a inflação e o poder de compra diminui cerca de 0,5%.

ATENÇÃO!

Devemos sempre comparar a taxa de juro nominal de um produto financeiro com o valor da inflação!



PENSA SOBRE ISTO.....

Pelo aniversário do Bruno, os pais depositaram na sua conta a prazo 1000 € com uma taxa de juro nominal de 0,8% ao ano.

1. Caso a taxa de inflação ao longo desse ano tenha sido de 1,1%, a rentabilidade deste depósito foi, em termos reais, positiva ou negativa?
2. De quanto dinheiro precisará o Bruno para, no final deste ano, poder comprar os mesmos bens e serviços que podia adquirir na altura em que os pais realizaram o depósito?

Matematicamente, a taxa de juro real é calculada da seguinte forma:

$$\text{TAXA DE JURO REAL} = \frac{(1 + \text{TAXA DE JURO NOMINAL})}{(1 + \text{TAXA DE INFLAÇÃO})} - 1$$

Vejamos um exemplo:

EXEMPLO

CARLOTA

35 anos



A Carlota aplicou parte dos lucros obtidos na sua mercearia num produto de poupança com prazo de 2 anos e taxa de juro anual nominal de 3%. No final do primeiro ano, a taxa de inflação anual foi de 2,2%.

Qual terá sido a taxa de juro real deste produto de poupança ao final de um ano?

Começamos por aplicar a fórmula de cálculo anterior:

$$\text{Taxa de juro real} = \frac{1 + 0,03}{1 + 0,022} - 1 = 0,0078$$

Então, a taxa de juro real é igual a 0,78%

Isto significa que apesar de o rendimento nominal desta aplicação de poupança ser de 3%, a Carlota perde 2,2% devido à inflação. Ou seja, devido ao valor da inflação, o rendimento real obtido com este produto de poupança foi de apenas 0,78%.

CONTAS BANCÁRIAS E MEIOS DE PAGAMENTO

Dário, 30 anos

Eu tenho o meu dinheiro no banco por uma questão de segurança. Se tiver o dinheiro em casa, receio que possa ser roubado ou destruído em algum acidente, como um incêndio.



Edna, 38 anos

Prefiro não ter moedas e notas comigo, ter uma conta bancária permite-me fazer pagamentos e transferências sem ter de andar com dinheiro. E se precisar de levantar dinheiro da minha conta, facilmente faço um levantamento numa máquina multi-banco, a qualquer hora.



Francisca, 27 anos

Recebo o meu ordenado por transferência bancária e pago as minhas despesas mensais por débito direto, o que me poupa imenso tempo. Para além disto, tenho acesso ao registo de todos os movimentos que efetuei na minha conta e nunca perco o rasto de quanto gastei e em quê.



Gonçalo, 18 anos

Abri recentemente uma conta para ver se conseguia poupar algum dinheiro da minha mesada. Quando guardava o dinheiro em casa, gastava-o com mais facilidade porque estava mais à mão. Agora, ando com menos dinheiro na carteira e gasto menos dinheiro em coisas desnecessárias.



Hoje em dia, a generalidade das pessoas tem o seu dinheiro numa **conta bancária de depósito à ordem** por razões de segurança, por facilidade de pagamento de contas e de recebimento de ordenado, para controlo do dinheiro gasto e recebido, e para ajudar a poupar. Para além destas vantagens, as contas à ordem permitem ainda fazer depósitos e levantamentos de dinheiro.

Uma conta de depósito à ordem acaba por ser a base para aceder a diversos serviços bancários, como a contratação de um crédito ou a constituição de um depósito a prazo.

Para sabermos o **saldo** e os movimentos da nossa conta podemos consultar o **extrato bancário**, que é disponibilizado mensalmente pelo banco, ou aceder a um extrato atualizado através do caixa automático, do serviço de *homebanking* ou da *app* do banco.

Ao consultar os movimentos da conta, as despesas efetuadas surgem com sinal negativo – são os **movimentos a débito** – e o saldo da conta diminui. Os depósitos de dinheiro na conta, por exemplo de uma mesada, surgem com sinal positivo – são **movimentos a crédito** – e o saldo da conta aumenta.

Para os menores de idade só é possível ser titular de uma conta se esta for aberta pelos pais ou tutores. Só a partir dos 18 anos é possível abrir uma conta sozinho.

Uma conta de depósito à ordem tem um número de conta e é identificada por uma versão mais alargada desse número, designada **IBAN** (*International Bank Account Number*), composto por 25 carateres.

É frequente as instituições cobrarem comissões associadas à conta de depósito à ordem. São as **comissões de manutenção**. Como já vimos, às comissões é adicionado o imposto de selo no valor de 4%.

Por exemplo, para uma conta de depósito à ordem cuja comissão de manutenção seja de 6 € mensais, o valor do imposto de selo é 0,24 €, sendo o valor mensal cobrado de 6,24 €, representando um custo anual de 74,88 €.



ATENÇÃO!

Existem contas de serviços mínimos bancários que têm comissões reduzidas e limitadas por lei. Podes consultar um comparador de comissões no Portal do Cliente Bancário.

Quais são os meios de pagamento mais usados?

1 Numerário

O numerário corresponde às **notas** ou **moedas** e é um meio de pagamento universal e de aceitação obrigatória. Os comerciantes não podem recusar pagamentos em numerário, ao contrário do que acontece com outros meios de pagamento.

2 Cartões de débito

Os cartões de débito permitem realizar diversas operações, incluindo o levantamento de numerário, o pagamento de bens e serviços em estabelecimentos comerciais e em caixas automáticos e a realização de transferências bancárias. Ao utilizar um cartão de débito para fazer um pagamento, por exemplo, o dinheiro sai imediatamente da conta bancária, refletindo-se no seu saldo.

Ter um cartão implica normalmente custos para o seu titular, pois as instituições cobram normalmente uma comissão anual pela disponibilização do cartão.

Atualmente muitos cartões têm tecnologia **contactless**, permitindo efetuar pagamentos de baixo valor sem necessidade de introduzir o *pin*, o que acelera as transações. O símbolo  indica que o cartão tem essa opção de pagamento.



3 Cartões pré-pagos

Os cartões pré-pagos permitem efetuar as mesmas operações que os cartões de débito mas não estão associados a uma conta de depósito à ordem.

O titular do cartão pré-pago tem de transferir antecipadamente para esse cartão o montante que pretende utilizar. Cada vez que o cartão é utilizado, o valor correspondente à operação é subtraído ao montante disponível no cartão.



4 Cartões de crédito

Um cartão de crédito permite fazer as mesmas operações que um cartão de débito, mas a sua utilização pode ter custos acrescidos – como por exemplo o levantamento de numerário num caixa automático. É simultaneamente um meio de pagamento e um contrato de crédito, pelo qual podem ser cobrados juros e outros encargos pela utilização do cartão, como já vimos no Capítulo 3.

Ao utilizar o cartão de crédito para um pagamento, o dinheiro não sai de imediato da conta de depósito à ordem. O cartão de crédito é muitas vezes utilizado para compras *online*. Esta utilização requer cuidados especiais, de que falaremos no Capítulo 6.



PENSA SOBRE ISTO.....

1. A Joana tinha 100 € na sua conta à ordem e fez uma compra no valor de 20 €. Indica qual seria o saldo da sua conta após a compra, se tivesse efetuado o pagamento com:
 - a) um cartão de débito;
 - b) um cartão de crédito.

PÕE EM PRÁTICA

Há cuidados que é muito importante ter ao usar um cartão de crédito:



- É essencial **prestar atenção aos juros e comissões** cobrados quando se utiliza o cartão.



- O uso do cartão altera a perceção do dinheiro gasto, pois o montante **não sai imediatamente da conta de depósito à ordem**, e por isso não vemos o nosso saldo a diminuir.



- Há a possibilidade de efetuar pagamentos faseados, mas sobre o valor que não for pago incidem **juros**, o que aumenta o valor a pagar.



- O uso descontrolado e excessivo do cartão pode levar ao **sobre-endividamento**.

5 Transferências bancárias

Uma transferência bancária permite movimentar dinheiro de uma conta para outra, seja ela nossa ou de outra pessoa por nós indicada. As transferências bancárias podem ser realizadas num caixa automático, e nesse caso são gratuitas, ou por telefone, *homebanking* ou no balcão do banco, casos em que podem ser cobradas comissões.

6 Débitos diretos

É possível realizar pagamentos periódicos ou pontuais por débito direto da conta de depósito à ordem, mediante uma única autorização dada pelo cliente. Normalmente, usa-se este meio para o pagamento de despesas regulares, como é o caso da água, da eletricidade e do gás.

7 Cheques

Um cheque é uma ordem de pagamento dada ao banco para que ele pague à pessoa ou entidade indicada no cheque o valor referido.

Nos últimos anos, com o desenvolvimento da tecnologia, os **pagamentos digitais** têm ganho cada vez mais importância, como o PayPal e o MB Way e as *apps* disponibilizadas pelos bancos.

Estas soluções têm várias vantagens, entre as quais:

- são uma forma cómoda de efetuar pagamentos e a sua utilização é geralmente intuitiva;
- permitem a transferência instantânea de dinheiro;
- disponibilizam métodos mais seguros de efetuar pagamentos *online*.



PENSA SOBRE ISTO.....

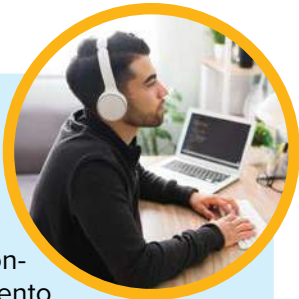
Indica para cada situação qual(is) o(s) meio(s) de pagamento que te parece(m) mais adequado(s).

- a) Pagamento mensal da internet
- b) Compra de uma mala *online*
- c) Pagamento de salários
- d) Compra de pão na padaria
- e) Pagamento de um jantar num restaurante

SITUAÇÃO-PROBLEMA

HÉLDER

26 anos



O Hélder trabalha como programador há dois anos e contraiu um empréstimo para comprar um pequeno apartamento. Os pais ajudam-no a pagar esse empréstimo, transferindo mensalmente um valor fixo para a sua conta. O Hélder paga algumas despesas da casa por débito direto na sua conta à ordem e utiliza o cartão de crédito para pagar um serviço de *streaming*. No início de cada mês elabora um orçamento e no final do mês confronta-o com o seu extrato bancário, para assim controlar os seus gastos.

Observa o extrato da conta do Hélder relativo ao mês de maio de 2021.

Conta à ordem N.º 12345678901		Moeda: EUR	Extrato de 01/05/2021 a 31/05/2021		
Facilidade de descoberto disponível: 500 € (TAN 10,0%)					
DATA LANÇ.	DATA VALOR	DESCRIPTIVO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
		SALDO INICIAL			800,01
02.05	02.05	Débito direto PT67106686 Água	28,09		771,92
04.05	04.05	TRF Ginásio	20,00		751,92
04.05	04.05	Levantamento numerário	80,00		671,92
05.05	05.05	Débito direto PT10100825 Net + TV	46,88		625,04
06.05	05.05	TRF de Manuel Oliveira		250,00	875,04
07.05	07.05	Débito direto PT37100921 Luz + Gás	48,47		826,57
09.05	09.05	Compra Contactless Supermercado	12,61		813,96
12.05	12.05	TRF Condomínio	21,00		792,96
13.05	13.05	Compra Supermercado	129,51		663,45
20.05	20.05	Cobrança empréstimo 12345678901	348,00		315,45
20.05	20.05	Levantamento numerário	100,00		215,45
25.05	25.05	TRF Ordenado		900,00	1115,45
26.05	26.05	Comissão de gestão (com imposto de selo)	3,33		1112,12
31.05	31.05	Pagamento cartão crédito	10,99		1101,13
		SALDO FINAL			1101,13
		SALDO DISPONIVEL			1101,13

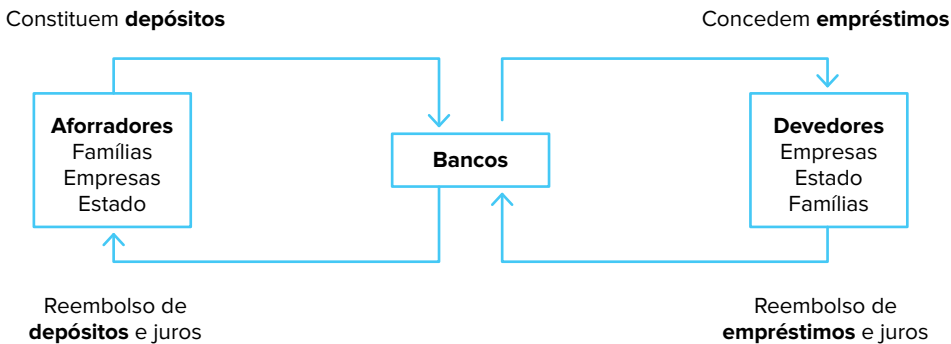
1. As despesas do Hélder correspondem a movimentos de débito ou de crédito?
2. Identifica as despesas que o Hélder paga por débito direto.
3. Escolherias algum meio de pagamento diferente dos utilizados pelo Hélder para pagar as suas despesas mensais? Justifica.
4. Durante o mês de maio, o Hélder teve de fazer obras imprevistas em casa no valor de 1250 € e terá de as pagar antes de receber o seu próximo ordenado. A conta do Hélder permite que ele faça este pagamento?

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

5

A invenção da moeda e o desenvolvimento da atividade financeira ao longo do tempo levaram ao surgimento de diversas instituições que integram o mercado financeiro e que vamos ficar a conhecer melhor.

A principal função dos **bancos** é a **intermediação financeira**: receber fundos dos agentes económicos que possuem liquidez (depósitos) e emprestar esses fundos aos agentes económicos que necessitam de financiamento (crédito).



Outras funções dos bancos, além da captação de depósitos e da concessão de crédito, incluem a disponibilização de meios de pagamento (como cartões, cheques, transferências, débitos diretos), a realização de operações de câmbio e a intermediação financeira de transações relacionadas com seguros (como a subscrição de seguros) ou com o mercado de capitais (como a compra e venda de ações, obrigações ou fundos de investimento).

Além dos bancos há **outras instituições financeiras**, mas que apenas podem realizar alguns tipos de operações:

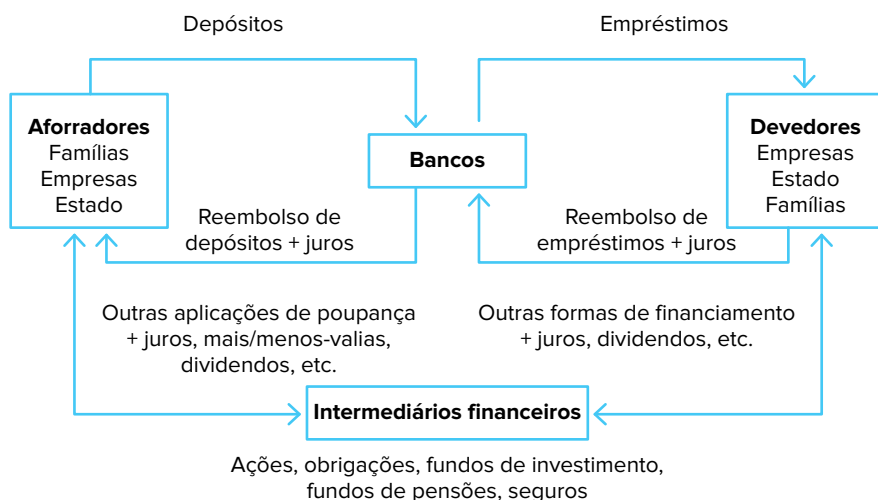
- as agências de câmbio apenas podem realizar operações de câmbio de moeda;
- as instituições de pagamento e as instituições de moeda eletrónica apenas podem prestar serviços de pagamento;
- as instituições financeiras de crédito e algumas sociedades financeiras têm como atividade específica a concessão de crédito.

ATENÇÃO !

As caixas económicas e as caixas de crédito agrícola mútuo têm as mesmas funções dos bancos. Apenas os bancos e estas instituições estão autorizados a receber depósitos do público.

A atividade dos bancos é supervisionada pelo **Eurosistema**, que é constituído pelo **Banco Central Europeu** (BCE) e pelos **bancos centrais nacionais** dos países que adotaram o euro (Banco de Portugal no caso português). A salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro é, assim, uma das missões do Eurosistema, a par da emissão das notas de euro e da manutenção da estabilidade de preços na zona euro, como já vimos anteriormente.

O sistema financeiro tem outros intervenientes que, à semelhança dos bancos, fazem intermediação entre as poupanças dos aforradores e o crédito concedido aos devedores, pelo que o esquema apresentado anteriormente pode ser completado da seguinte forma:



Os **intermediários financeiros** atuam no **mercado de capitais** para canalizar a poupança diretamente dos aforradores para os devedores. Estes, que podem ser as empresas e os Estados (**entidades emitentes**) obtêm financiamento diretamente junto dos investidores emitindo **valores mobiliários**, como ações e obrigações. O recurso ao mercado de capitais é, assim, uma alternativa à banca para as empresas e os Estados obterem financiamento e para os investidores aplicarem a sua poupança.

Ao contrário dos produtos de aplicação de poupança mais tradicionais, como depósitos a prazo e certificados de aforro e do tesouro, o investimento na generalidade dos valores mobiliários pode envolver maior risco, resultante da incerteza quanto à evolução futura dos preços e dos rendimentos gerados. Todavia, o retorno esperado também é superior ao dos investimentos mais tradicionais.

O mercado de capitais compreende dois segmentos: o **mercado primário** e o **mercado secundário**. O mercado primário é onde os títulos são negociados pela primeira vez quando são emitidos. É aqui que as empresas se financiam. No **mercado secundário**, os investidores podem comprar e vender os valores mobiliários emitidos no mercado primário.

Nas **bolsas de valores**, as operações são realizadas através de **intermediários financeiros**, que recebem as ordens de compra e de venda dos investidores com vista à sua execução. Podem ser intermediários financeiros os bancos, as sociedades financeiras de corretagem, as sociedades corretoras, as sociedades gestoras de patrimónios e as sociedades de consultoria para investimento.

Para comprar e vender valores mobiliários é necessário ter uma conta de títulos, associada a uma conta de depósitos à ordem, e celebrar um contrato de intermediação financeira.

Uma **conta de títulos** (ou de valores mobiliários) é uma conta aberta, na maioria dos casos, junto de um banco, onde são registadas todas as operações e movimentos realizados, como compras, vendas, transferências, recebimento de juros e dividendos e pagamento de comissões.

O **contrato de intermediação financeira** é celebrado entre o investidor e o intermediário financeiro e estabelece as condições, os direitos e os deveres de ambas as partes na prestação dos serviços em causa. Os intermediários financeiros devem definir o perfil de risco dos investidores e a adequação de cada investimento concreto em determinado valor mobiliário a esse perfil, como já vimos no Capítulo 2.

É importante que quem investe no mercado de capitais conheça o emitente do valor mobiliário que adquire, e que acompanhe a informação que por este venha a ser divulgada, dado que esta pode ter impacto no preço do valor mobiliário.

Também as **empresas de seguros** são instituições financeiras que captam, gerem e rentabilizam a poupança dos aforradores, além de exercerem as funções indicadas no Capítulo 4 relativas à proteção de pessoas e bens, através da cobertura dos riscos previstos nos contratos de seguros.

Em Portugal há três supervisores do sistema financeiro:

- o **Banco de Portugal** autoriza a atividade dos bancos, caixas económicas, caixas de crédito agrícola mútuo, agências de câmbio, instituições de pagamento e de moeda eletrónica, instituições financeiras de crédito e sociedades financeiras;
- a **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários** (CMVM) autoriza a atividade dos intermediários financeiros, da gestão de organismos de investimento coletivo, dos auditores, dos peritos avaliadores de imóveis, das estruturas de mercado e sistemas e as ofertas públicas de valores mobiliários;
- a **Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões** (ASF) autoriza a atividade seguradora, resseguradora, de mediação de seguros e de fundos de pensões, bem como as atividades conexas ou complementares daquelas.

Estas entidades têm por missão regular e supervisionar o funcionamento dos respetivos setores. Todas as instituições financeiras têm de ser autorizadas por um supervisor financeiro.

ATENÇÃO!

Com o avanço da tecnologia, existem cada vez mais plataformas digitais para negociar valores mobiliários, acessíveis através de *smartphone* ou computador. No entanto, devemos confirmar a sua autenticidade e acautelar os riscos do investimento online.

5

ATENÇÃO!

Para prevenir situações de fraude, os supervisores financeiros divulgam nos seus **sites alertas sobre atividade não autorizada** quando identificam entidades que estão a exercer indevidamente funções reservadas às instituições financeiras e também a lista de todas as instituições autorizadas em Portugal.

EXERCÍCIOS

1. Que problemas estariam associados ao uso de vacas ou de conchas como forma de pagamento? 5 pt
2. Identifica as principais funções da moeda. 10 pt
 - A. Intermediária de troca, padrão de referência de valor e reserva de câmbio.
 - B. Meio de troca, unidade de valor e reserva de câmbio.
 - C. Meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor.
 - D. Instrumento de troca, unidade de referência e reserva de Estado.
3. Em Portugal, durante quase um século, a unidade monetária foi o escudo. Quando Portugal adotou o euro, a taxa de conversão foi de 200,482 PTE (escudos portugueses). Se no final de 2001 os teus pais tivessem na carteira 5000 escudos, a quantos euros corresponderia essa quantia no dia 1 de janeiro de 2002? 15 pt
4. No *site* do Banco de Portugal, consulta a taxa de câmbio atual do euro em relação às moedas do Reino Unido e da Suíça. Se tiveres 2000 €, que valor terás em libras esterlinas (GBP) e em francos suíços (CHF)? 30 pt
5. Comenta a seguinte afirmação: "Num contexto de inflação é suficiente dar atenção à taxa de juro nominal de um depósito a prazo." 10 pt
6. A inflação em Portugal tem variado ao longo do tempo: por exemplo, em 2012 foi de 2,8%, em 2016 0,6%, em 2020 0,0%.
Considera que se aplicaram 2000 € num depósito a prazo com uma taxa de juro anual nominal de 0,75%.
 - 6.1 Qual seria a taxa de juro real para este depósito em 2012, em 2016 e em 2020? 15 pt
 - 6.2 Em qual ou quais destes anos seria a rentabilidade do depósito, em termos reais, positiva? 10 pt
7. O Ivo guarda as suas poupanças no mealheiro e verificou que tem um total de 136 €. Este mês poupou 46 € e assim já tem dinheiro suficiente para comprar uns *headphones* novos.
 - 7.1 Parece-te que guardar o dinheiro no mealheiro é a melhor opção? Porquê? Sugere uma forma alternativa de o fazer. 10 pt
 - 7.2 A conta deste mês do cartão de crédito do Ivo é de 40 €. O Ivo deve pagar a conta ou usar esse dinheiro para comprar os *headphones*? 10 pt

8. Na segunda semana do mês, a Júlia dispõe de 140 € na sua conta à ordem. Tendo em conta as seguintes transações, calcula o valor que ela terá na conta depois de realizar as operações descritas:

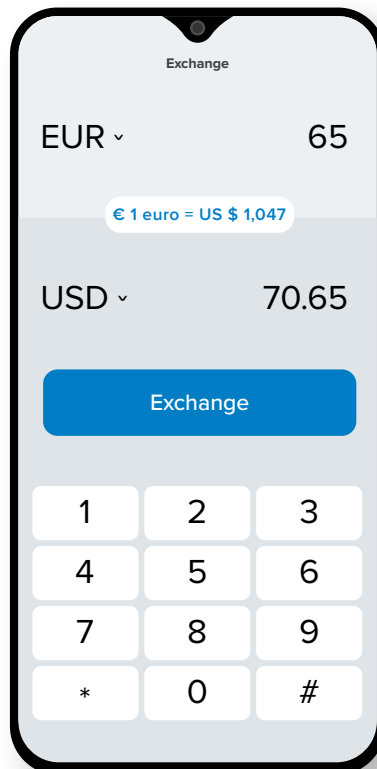
15 pt

- compra de 1 livro de leitura obrigatória para a escola: 20 €
- transferência bancária: 20 €
- levantamento em numerário: 40 €
- assinatura da revista National Geographic (débito direto mensal): 10 €
- pagamento de uma compra na internet, com o cartão de crédito: 20 €

A. 30 € B. 40 € C. 50 € D. 60 €

9. O Kevin é assistente de bordo e viaja com regularidade entre os Estados Unidos e Portugal. Na sua última estadia em Lisboa comprou uma mochila de cortiça e pagou 65 €, usando um cartão. Ao consultar a aplicação associada ao seu cartão, obteve a seguinte informação:

15 pt



Considerando a taxa de câmbio indicada na aplicação (1 € = 1,047 \$), terá a transação implicado o pagamento de alguma comissão adicional?

- 10.** Faz a correspondência correta entre as duas colunas e dá exemplos de bens ou serviços que podem ser pagos com recurso a cada um dos meios de pagamento referidos.

25 pt

- | | |
|--|----------------------------------|
| a) Movimentação de dinheiro de uma conta para outra | 1. Débito direto |
| b) Notas ou moedas | 2. Cartão de débito |
| c) Pagamento periódico previamente autorizado em que o valor sai automaticamente da conta à ordem | 3. Transferência bancária |
| d) Meio de pagamento que permite adquirir um bem e só o pagar posteriormente | 4. Numerário |
| e) Meio de pagamento que permite fazer uma compra numa loja, com redução imediata do saldo bancário | 5. Cartão de crédito |

- 11.** O que são intermediários financeiros e quais as suas funções?

10 pt

- 12.** Quais as funções do mercado de capitais?

10 pt

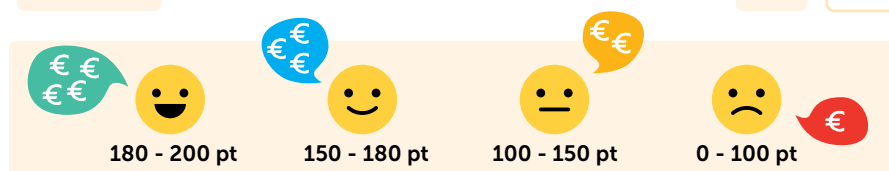
- 13.** O Banco de Portugal, a CMVM e a ASF são os supervisores financeiros, respetivamente, de:

10 pt

- A.** Caixas económicas; empresas de seguros; bolsa de valores.
- B.** Bolsa de valores; bancos; empresas de seguros.
- C.** Bancos; bolsa de valores; empresas de seguros.
- D.** Bancos; agências de câmbio; empresas de seguros.

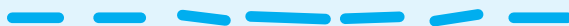
Autoavaliação

Total



6

CANAIS DIGITAIS



PORQUE DEVO MANTER A MINHA INFORMAÇÃO PESSOAL SEGURA?

A Lúcia tem dois cães de grande porte, a Sasha e o Cohen, e costuma comprar a comida e os acessórios para os seus cães *online*, geralmente no *site* da clínica veterinária onde os leva.

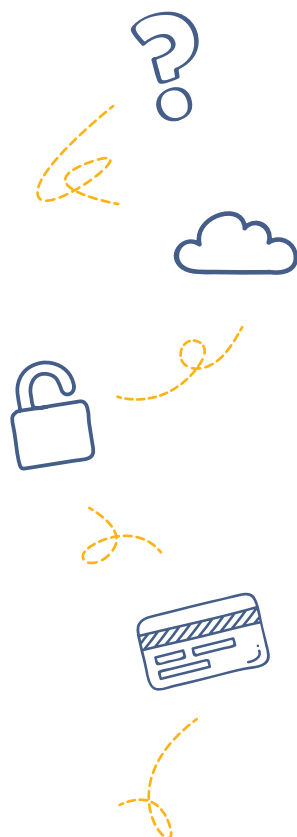
A Lúcia gosta de acompanhar nas redes sociais publicações dedicadas a animais e faz frequentemente pesquisas em *sites* especializados em cães da mesma raça dos seus. Além disso, gosta de publicar fotografias suas e dos seus cães nas redes sociais. Nas últimas semanas, começou a receber vários anúncios a publicitar a venda de comida, acessórios e tratamentos diversos para cães a preços atrativos.

Reconhecendo que as condições referidas nos anúncios são vantajosas, o que lhe permitiria poupar uma quantia significativa por mês, a Lúcia pondera experimentar realizar compras num dos *sites* anunciados. Contudo, sabendo ela que há situações de fraude associadas a vendas *online*, hesita em ceder informação pessoal, como o seu nome e morada, para receber as encomendas, e dados do seu cartão de crédito, para efetuar os pagamentos, a uma entidade que não conhece.

A que aspetos deverá a Lúcia prestar atenção antes de tomar essa decisão?

Cada vez mais pessoas realizam compras e utilizam serviços *online* no seu dia a dia. Contudo, é essencial ter cuidados acrescidos sempre que usamos canais digitais.

NESTE CAPÍTULO VAMOS CONHECER DIFERENTES TIPOS DE FRAUDE E OS CUIDADOS QUE DEVEMOS TER PARA OS TENTAR EVITAR.



RISCOS E FRAUDE

Ao longo do tempo sempre houve situações de fraude, em que alguém engana ou burla uma ou mais pessoas com o objetivo de ganhar algo, geralmente dinheiro. Nos últimos anos, a crescente utilização dos canais digitais foi acompanhada por um aumento de situações de fraude *online* e pelo surgimento de novas formas de fraude.

As situações de **fraude financeira** podem ter lugar através dos **canais digitais** mas também por **telefone** ou **presencialmente**. Em qualquer um destes casos, a consequência é uma perda de dinheiro.

Hoje em dia, quase todos os produtos e serviços financeiros podem ser acedidos e/ou contratados *online*. Nestes casos, há que ter cuidados redobrados, para termos a certeza a quem estamos a disponibilizar os dados.

Nos contactos telefónicos ou presenciais também é necessária atenção, pois é preciso ter a certeza de que a pessoa ou entidade que presta o serviço financeiro está autorizada a fazê-lo. Já vimos que as entidades autorizadas a prestar serviços financeiros em Portugal, no mercado bancário, no mercado de capitais ou no setor segurador, estão obrigatoriamente registadas junto dos supervisores financeiros – Banco de Portugal, CMVM e ASF.

As fraudes financeiras podem assumir diversas formas, como por exemplo:

- **apropriação indevida de dados pessoais** (nome, morada, data de nascimento, números de cartão de cidadão e de segurança social, telefone, *e-mail*, *passwords*, números de cartões de débito e crédito...) com o objetivo de aceder, por exemplo, a contas bancárias. A apropriação de dados pode ocorrer através de um telefonema, *e-mail*, furto da carteira ou clonagem de cartões de débito, crédito ou de telemóvel (cartão SIM);
- **falsas propostas de aplicação de dinheiro** com remunerações elevadas através de contactos telefónicos, por *e-mail* ou outros meios;
- **ofertas de concessão de crédito** por parte de particulares ou outras entidades não autorizadas a fazê-lo;
- **falsificação de notas**;
- **falsas promessas de recebimento** de quantias avultadas de dinheiro, em troca de um pequeno pagamento prévio.



Como podemos proteger os nossos dados pessoais?

Aqui ficam algumas regras que podemos pôr em prática:

- **Proteger os nossos códigos pessoais**, incluindo os códigos dos cartões bancários e de acesso ao *homebanking* ou às *apps* dos bancos, não partilhando esta informação com ninguém nem a guardando próximo dos cartões ou no telemóvel.
- **Confirmar os extratos bancários regularmente** para verificar se não há movimentos estranhos.
- **Utilizar apenas ligações à internet seguras**, evitando aceder ao *homebanking* ou realizar transações financeiras a partir de redes de *wi-fi* públicas, por exemplo em cafés, restaurantes, hotéis...
- **Não partilhar dados pessoais** em fóruns públicos ou nas redes sociais.



Para saber se estamos num *site* seguro, devemos sempre verificar se o url foi alterado para **https** (o «s» indica que a ligação é segura) ou se ao lado do endereço do *site* aparece um cadeado, como no exemplo seguinte:

 bancos.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx

A melhor forma de nos precavermos quanto à fraude financeira é protegendo os nossos dados e documentos pessoais. Se não o fizermos corretamente, corremos o risco de alguém se apropriar deles indevidamente.

Atualmente, muitas empresas acautelam os riscos de ataques cibernéticos a dados pessoais dos seus clientes através de seguros que garantem o pagamento de eventuais indemnizações.

Quando as situações de fraude se dão através de canais digitais, como o computador, *tablet* ou *smartphone*, estamos perante situações de **fraude digital**. Vamos ficar a conhecer alguns tipos de fraude digital.

O **phishing** ocorre quando um desconhecido (*hacker*) se faz passar, por exemplo, por uma instituição financeira enviando **e-mails falsos** com o objetivo de obter informação pessoal e confidencial de clientes bancários, como palavras-passe, códigos de acesso aos serviços de *homebanking* ou números de contas bancárias.

Estes *e-mails* têm uma aparência semelhante aos das instituições de crédito para assim induzirem o cliente em erro, levando-o a clicar num *link* que o dirige, na maioria das vezes, para uma **página falsa na internet** também ela idêntica à página da instituição (página espelho). Nesta página é solicitado o preenchimento de dados pessoais alegando, por exemplo, que estes precisam de ser atualizados, sob pena de a conta bancária ser bloqueada.



PENSA SOBRE ISTO.....

6

1. Lê o e-mail seguinte e identifica sinais suspeitos que possam indicar tratar-se de fraude.

De: Banco XYZ <support@emrusalci.com.xr>

Assunto: Início de sessão invulgar na conta Banco XYZ

Olá,

Sua conta foi temporariamente suspensa. Bloqueamos sua conta porque alguém tentou entrar recentemente de um local desconhecido.

Ajude nos rapidamente a confirmar que foi você quem tentou fazer login.

[Verifique aqui a sua conta](#)

A equipa de segurança do Banco XYZ,

Banco XYZ

O seu banco de confiança

Banco XYZ, S.A. – Sucursal em Portugal. Av. da República, Lisboa, Portugal.
NIPC 560 880 300. CRC de Lisboa. Banco XYZ, S.A. inscr. junto da Conservatória
do Registo Comercial de Lisboa

PÕE EM PRÁTICA

Dicas para reconhecer e-mails falsos e duvidosos:

- **Remetente desconhecido** e identificado de forma insuficiente.
- **Destinatário genérico**, que não indica especificamente o nome da pessoa.
- Existência de **erros ortográficos e gramaticais**.
- **Mensagens cujo conteúdo pareça bom demais** para ser verdade, por exemplo relativas a prémios, bónus ou possibilidades de ganhar muito dinheiro sem esforço.
- **E-mail** que embora aparente ser de uma instituição credível **leva o utilizador a clicar num link** que o direciona para uma página falsa, onde lhe é solicitado o preenchimento de informações pessoais ou confidenciais (como códigos de acesso a contas bancárias).
- **Contactos repetidos** para pressionar a adquirir o produto.
- **Pedido de decisão urgente**, com o argumento que se trata de uma oferta com prazo limitado e bónus em caso de subscrição imediata do produto.



Quando o *phishing* é efetuado a partir de uma *sms*, solicitando que se abra um *link*, tem o nome de **smishing** (ou *sms phishing*). A *sms* enviada tem frequentemente um caráter de urgência, apresentando falsas promessas de dinheiro ou alegando que se a pessoa não abrir o *link* ser-lhe-á cobrada uma determinada quantia.

Quando o *phishing* é efetuado a partir de uma chamada de voz, tem o nome de **vishing** (ou *voice phishing*). Este pode assumir várias formas: uma chamada telefónica alegadamente feita por alguém de um banco ou entidade financeira, pedindo-lhe os seus dados pessoais e financeiros (por exemplo dizendo que necessita de verificar a sua identidade, ou atualizar os seus dados); uma chamada telefónica a dizer que ganhou um prémio e que precisa dos seus dados pessoais para o poder receber, por exemplo.



As instituições de crédito nunca solicitam dados pessoais e códigos de acesso completos através de páginas de internet, mensagens de correio eletrónico, *sms* ou chamadas telefónicas.

O **pharming** é outro tipo de fraude digital em que um **vírus informático** é instalado no computador sem o conhecimento do utilizador. Este vírus redireciona os endereços de internet gravados pelo utilizador (no seu computador, telemóvel ou *tablet*) para **páginas falsas**, sem que este se aperceba. Mesmo que o utilizador insira endereços de internet corretos, o vírus encaminha-o para páginas fictícias, nalguns casos idênticas às páginas oficiais de instituições de crédito. A informação confidencial inserida pelo cliente fica registada pelo programa malicioso. Este programa pode ficar instalado no computador através do *download* de um ficheiro da internet aparentemente inofensivo.



Uma forma de evitar o *pharming* é instalar um **antivírus** poderoso capaz de encontrar e remover qualquer tipo de vírus do computador.



Pode ser difícil para o utilizador **reconhecer que foi direcionado para um site falso**. Contudo, há aspetos a que podemos estar atentos:

- verificar se o url do *site* está escrito corretamente;
- verificar se o url foi alterado para «https».

O **spyware** é um **programa malicioso** que se instala no computador sem que o utilizador se aperceba. Uma vez instalado, o programa deteta se o utilizador está a aceder a uma página de internet protegida, como as páginas de *homebanking*, e regista os dados inseridos pelo utilizador. O autor do programa de *spyware* obtém dados pessoais do utilizador que pode usar para aceder ilicitamente, por exemplo, às suas contas bancárias.

O **SIM card swap**, ou **SIM swapping**, é um tipo de fraude que se caracteriza pela cópia do cartão SIM do telemóvel, com o objetivo de aceder a informações do utilizador. Muitas vezes acontece depois do roubo de dados da conta bancária por *phishing*, uma vez que para realizar pagamentos *online* muitos bancos enviam mensagens para o telemóvel do cliente para confirmar a sua identidade, tornando-se necessário o *hacker* ter na sua posse uma cópia do cartão SIM do telemóvel para receber essas mensagens.

A utilização crescente de aplicações em telemóveis pode colocar em risco a segurança dos nossos dados pessoais: ao instalar novas *apps* é importante ler o descritivo e as permissões pedidas (por exemplo, à câmara fotográfica, aos ficheiros gravados no telemóvel, etc.), pois podemos estar a instalar *apps* fraudulentas e a alojar *software* malicioso.

Também a utilização de **redes sociais** requer especiais cuidados: não devemos ter perfis públicos nem aceitar nos nossos contactos pessoas que não conhecemos. Mesmo com esses cuidados, devemos limitar a quantidade de informação pessoal que partilhamos: afinal os nossos amigos já sabem onde moramos e qual é a data do nosso aniversário! Partilhar fotografias da nossa carta de condução, do nosso carro, da nossa casa ou do local onde estamos de férias permite obter uma série de informações a nosso respeito que podem ser usadas para cometer fraudes diversas.

Para além disso, as redes sociais são também utilizadas por pessoas e entidades não autorizadas a fazer propostas ou recomendações de aquisição de produtos financeiros, nomeadamente de aplicação de poupança e investimento e de concessão de crédito. As decisões sobre aquisição de produtos financeiros não devem ser tomadas apenas com base em informação que circula em redes sociais ou em fóruns *online*.



É muito importante verificar e tirar o melhor partido das **definições de privacidade** das redes sociais e *apps*.

CUIDADOS A TER NA UTILIZAÇÃO DOS CANAIS DIGITAIS

Já vimos que há um conjunto de cuidados que podemos (e devemos) ter para prevenir situações de fraude. Relativamente aos canais digitais em particular há cuidados específicos que devem ser tidos em conta.

PÕE EM PRÁTICA

Cuidados a ter na utilização de canais digitais:

- **Escolher *passwords* fortes**, que incluam letras maiúsculas e minúsculas e caracteres especiais.
- **Não partilhar *passwords* nem *pins***, nem usar a mesma *password* ou *pin* em várias contas.
- **Proteger o computador com programas antivírus** e anti-spyware e ter sempre uma *firewall* ativa.
- **Não abrir e-mails de conteúdo duvidoso** ou remetente desconhecido.
- **Não divulgar dados pessoais ou códigos de acesso** completos através da internet, e-mail ou telefone.
- **Escrever o endereço** em vez de clicar em *links* quando se pretende consultar páginas de internet de instituições financeiras.
- Verificar se a entidade que presta o serviço financeiro está **autorizada e registada em Portugal**.
- **Instalar apenas apps através de lojas oficiais**, procurando previamente informação para verificar se as mesmas são seguras.
- **Limitar a quantidade de informação pessoal** disponibilizada nas redes sociais.
- **Não fazer transferências de dinheiro** sem primeiro verificar a credibilidade da informação fornecida.
- Ao recorrer a um *site* de comparação de preços, verificar com atenção as condições dos produtos apresentados e **não apenas o preço**, evitando tomar decisões precipitadas.



Ao utilizar o **homebanking**, devemos ainda ter em conta os seguintes procedimentos:

- verificar a data e hora do último acesso;
- terminar sempre a sessão, clicando em 'sair';
- verificar sempre os dados de uma operação antes de a validar.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

6

MARTIM

24 anos



O Martim viu no Facebook anúncios de venda de bilhetes para festivais de verão. A partir de um deles chegou a um *site* de vendas e, sem verificar se era oficial, comprou bilhetes para si e para a sua namorada Olga. Pagou os bilhetes com o cartão de débito e recebeu-os pouco depois, por *e-mail*.

Três meses depois, o Martim e a Olga dirigiram-se, entusiasmadíssimos, para o festival. À entrada, foi-lhes dito que os seus bilhetes eram falsos e que não podiam entrar.

O Martim e a Olga não puderam assistir ao concerto e não conseguiram reaver o dinheiro gasto nos bilhetes.

1. Como poderia esta situação ter sido evitada?

Ao utilizar canais digitais para fazer **compras** é essencial procurar primeiro informação sobre o vendedor e verificar a segurança do *site* onde se pretende fazer a compra. Além disso, devem ser utilizadas formas de pagamento seguras, como referências multibanco, PayPal, MB Way ou cartões virtuais, e os comprovativos de pagamento devem ser guardados, para o caso de haver problemas com a entrega ou com o produto recebido.

No mercado de capitais, a negociação de valores mobiliários através de plataformas digitais exige cuidados especiais. Assim, é importante verificar se estas plataformas estão autorizadas em Portugal e estar atento aos riscos dos produtos que nos são apresentados, pois alguns podem provocar perdas de capital superiores ao montante inicialmente aplicado.

ATENÇÃO!

Devemos ser particularmente cautelosos se encontrarmos pouca ou nenhuma informação sobre o vendedor, nomeadamente se não houver comentários de compradores anteriores.

Caso, apesar dos cuidados tidos, ocorra fraude, ou tenhamos a suspeita que possa ter ocorrido alguma situação irregular, devemos contactar de imediato a entidade financeira. Podemos também contactar uma das seguintes entidades:

- o órgão de polícia mais próximo (PSP, GNR ou Polícia Judiciária);
- o Ministério Público;
- a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

No site do CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança podemos consultar informação sobre boas práticas e dicas úteis para um cidadão ciberinformado: <https://www.cncs.gov.pt/recursos/boas-praticas/>

EXERCÍCIOS

1. Dá exemplos de três atividades financeiras que se podem fazer a partir de canais digitais. 15 pt
2. Como podemos saber se uma entidade está autorizada a prestar serviços financeiros em Portugal? 15 pt
3. A Patrícia viu um anúncio no Instagram e acedeu a um *site* de venda de relógios. Verificou o endereço do *site*, que terminava em .pt, e que o texto estava escrito de modo cuidado. Assumiu então que estava perante um *site* fidedigno e encomendou um relógio, que pagou com cartão de crédito. O prazo de entrega era de 7 dias. Contudo, a Patrícia nunca chegou a receber o relógio. Que outros cuidados poderia a Patrícia ter tido para prevenir esta fraude? 20 pt
4. O Rogério recebeu a seguinte *sms*:

Cliente, p.f. contacte-nos imediatamente usando o link abaixo. Pensamos que a sua conta pode ter sido acessada por terceiros.
Departamento de Informática
www.bancox.seguranca.pt

Assustado, o Rogério clicou imediatamente no *link* e inseriu os seus dados de acesso à sua conta bancária. Recebeu então a seguinte *sms*:

Obrigada pelos seus dados. Você será contactado em breve.
Departamento de Informática

Só então o Rogério suspeitou que podia ter sido vítima de fraude. Voltou a ler as mensagens recebidas, interrogando-se se seriam genuínas. Entrou então na sua conta, através da *app*, e verificou que foi retirado dinheiro indevidamente.

- 4.1 De que tipo de fraude foi o Rogério vítima? 10 pt
- 4.2 Identifica aspetos da primeira *sms* que deveriam ter levantado dúvidas ao Rogério. 20 pt
- 4.3 O que devia o Rogério ter feito após a receção da primeira *sms*? 20 pt

Autoavaliação

Total



90 - 100 pt



70 - 90 pt



50 - 70 pt



0 - 50 pt

SOLUÇÕES

CAPÍTULO 1

PENSA SOBRE ISTO... | P. 5

1. Resposta pessoal.
2. **Razões para considerar o telemóvel como despesa necessária:** é essencial para estarmos em contacto com outras pessoas e integrados socialmente; é uma forma de armazenar e organizar a informação pessoal.
Razões para considerar o telemóvel como despesa supérflua: não é necessário usar um telemóvel para comunicar com os outros, podendo ser usados outros meios alternativos; o seu uso acarreta outras despesas associadas.
3. A resposta pode variar se os alunos considerarem que o telemóvel se destina, por exemplo, a crianças em idade não escolar.

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 6

1. A Beatriz deve atender com prioridade às seguintes necessidades: reparar a torneira, substituir o frigorífico, comprar uma máquina de lavar roupa, comprar uma cama e um colchão. As restantes necessidades podem ser atendidas mais tarde.
2. Consumos que correspondem a bens que não se esgotam: bicicleta, máquina de café, fato. Consumos que correspondem a bens que se esgotam: oferecer um jantar aos amigos, bilhete de avião.

PENSA SOBRE ISTO... | P. 7

1. Televisão: o preço de cada prestação. Camisolas: o preço a partir do qual se pode comprar uma camisola.
2. Sim, a atenção centra-se no primeiro algarismo, dando a ilusão de que o preço é menor do que na realidade.
3. Sim, a informação é dada embora o ênfase esteja no preço 39,90 €.
4. Sim, embora essa informação seja apresentada com letras mais pequenas.

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 9

1. Corresponde a uma necessidade porque o Dinis precisa efetivamente de um computador para os seus estudos, se não quiser prejudicar os treinos de futebol.
2. Necessidade de curto prazo porque precisa de ser satisfeita no imediato.
3. Corresponde a um bem duradouro porque se utiliza por mais do que uma vez.
4. Pode solicitar a sua reparação ou troca sem encargos para si.
5. **Por exemplo:** comparar preços em lojas diferentes e aproveitar promoções.
6. **Opção A:**
Vantagens: não tem de dispor da totalidade do valor no momento da compra; recebe o computador de imediato.

Desvantagem: gasta mais 40,4 € do que na opção B.

Opção B:

Vantagem: gasta menos dinheiro (poupando 40,4 €).

Desvantagem: terá de esperar no mínimo 1 mês pela entrega do computador.

PENSA SOBRE ISTO... | P. 11

1. **Sugestão de resposta:** poupar o valor que sobrou (17 €) ou usá-lo para comprar algum bem.
2. **Sugestão de resposta:** prescindir de algumas despesas supérfluas (saídas com amigos e roupa) e reduzir algumas despesas variáveis (procurar opções mais económicas para os gastos com a alimentação).

SOLUÇÕES

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 13

1.

RENDIMENTOS	VALOR
Ordenado líquido	850 €
Horas extraordinárias	100 €
Total	950 €

DESPESAS	
Renda	450 €
Gás, eletricidade e água	90 €
Alimentação	250 €
Pacote telemóvel + internet	43 €
Despesas pessoais	51 €
Lazer	28 €
Total	912 €

OBJETIVOS DE POUPANÇA	
Poupança para férias	30 €
Produto de poupança	50 €
Total	80 €

O saldo do orçamento do Guilherme é de 950 € - 912 € = 38 €.

- Terá mais rendimentos, mais 38 € do que as suas despesas.
- O Guilherme não está a cumprir com os seus objetivos de poupança e pode tentar reduzir em 42 € as suas despesas supérfluas, como as despesas pessoais (51 €) e de lazer (28 €).
- Por exemplo:** consulta médica, de urgência, avaria no frigorífico, etc...
- Redução de despesas pessoais e de lazer, para constituir um fundo de emergência e, eventualmente, contratar seguros para as situações a que se apliquem.

PENSA SOBRE ISTO... | P. 16

- Por exemplo:** ausência de 4 dias no trabalho por motivo de doença (redução de cerca de 180 € no ordenado líquido), roubo do telemóvel (cerca de 80 €), rotura de um cano (cerca de 150 €, porque não foi contratada cobertura para aquele risco).

- Sugestão de resposta:** reduzir as despesas de lazer e pessoais, as despesas de alimentação e supermercado e, se necessário, recorrer ao fundo de emergência ou reduzir o valor a poupar no mês em questão. Futuramente, estudar a possibilidade de alargar a cobertura dos seguros.

EXERCÍCIOS | P. 19

- DN:** a), c), d), h) **DS:** b), e), f), g)
- Necessidades de curto prazo: a), c), d) Necessidades de longo prazo: h)
- a) F.** Embora o casaco seja usado apenas um parte do ano, pode ser utilizado ao longo de vários anos.
b) V.
c) F. Fazer uma boa gestão do dinheiro não significa que não podemos satisfazer de todo os nossos desejos. Significa que podemos atender aos nossos desejos, mas na medida do possível, isto é, não pondo em causa a satisfação das necessidades.
d) F. Uma compra por impulso não é planeada, sendo muitas vezes decidida imediatamente antes da compra.
e) V.
- Despesas fixas:**
a), b), c), e), j)
Despesas variáveis:
d), f), g), h), i), k), l), m)

5.1

Saldo anterior 26,5 €

RENDIMENTOS	VALOR
Mesada	40 €
Presente de aniversário	80 €
Total	120 €

DESPESAS	VALOR
Bilhete de concerto	18 €
Bilhete de comboio	13,75 €
Alimentação no concerto	10 €
Roupa	24,90 €
Senhas de refeição	33 €
Total	99,65 €

5.2 Sim, uma vez que o saldo no final do mês é positivo (46,85 €).

6.1 Kaio:

Rendimentos fixos: ordenado e subsídio de refeição.

Rendimentos variáveis: valor recebido pelas aulas privadas.

Luísa:

Rendimentos fixos: ordenado e subsídio de refeição.

Não tem rendimentos variáveis.

6.2 Kaio:

Saldo = $934 + 510 + 130,2 - 1320 = 254,2$ €

Luísa:

Saldo = $750 + 130,2 - 838 = 42,2$ €

6.3 Sim, a Luísa. Embora o seu saldo não seja negativo, não lhe permite atingir o objetivo de poupança. Para aumentar o saldo pode reduzir o valor gasto em uma ou várias das seguintes despesas: roupa, lazer, estética e cabeleireiro ou despesas pessoais.

6.4 O Kaio, uma vez que prevê no seu orçamento um valor mensal para um fundo de emergência para situações de risco.

7. Cálculo do valor contributivo para a

Segurança Social:

$1500,00 \text{ €} \times 11\% = 165,00 \text{ €}$

Cálculo do valor de retenção de IRS:

$1500,00 \text{ €} \times 17,8\% = 267,00 \text{ €}$

Cálculo do valor do subsídio de alimentação:

$4,77 \text{ €} \times 22 = 104,94 \text{ €}$

Assim, o ordenado líquido será:

$1500,00 \text{ €} - 165,00 \text{ €} - 267,00 \text{ €} + 104,94 \text{ €} = 1172,94 \text{ €}$

8. Cálculo do valor total de descontos e impostos:

$11\% + 7\% = 18\%$

Cálculo do valor do subsídio de alimentação (isento de impostos):

$4,9 \text{ €} \times 21 = 102,9 \text{ €}$

Cálculo do ordenado líquido – subsídio de refeição:

$746,2 \text{ €} - 102,9 \text{ €} = 643,3 \text{ €}$

O valor líquido corresponde a 82% do ordenado mensal (100% – 18% de descontos):

$643,3 \text{ ——— } 82\%$

$x \text{ ——— } 100\%$

$x = 643,3 \times 100 / 82 = 784,5$

Assim, o ordenado bruto será:

$784,5 \text{ €} + 102,9 \text{ €} = 887,4 \text{ €}$

9. despesas, rendimentos, fundo de emergência, produto de poupança, carro, casa, reforma, educação, objetivo, saldo, planejar, plurianual.

CAPÍTULO 2

PENSA SOBRE ISTO... | P. 25

1. Resposta pessoal.

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 26

- 1.** A Nádia demorará 4 meses a poupar o valor necessário.
- 2.** Poupará 25 € (70 € – 45 €) com a subscrição anual.
- 3.** Resposta pessoal. A subscrição anual tem a vantagem de a Nádia poupar 25 € e a desvantagem de só lhe permitir o acesso aos exercícios e resoluções a partir de janeiro. A subscrição mensal tem a vantagem de a Nádia ter acesso aos conteúdos desde o início do ano e a desvantagem de ser mais cara.
- 4.** Conseguirá poupar o valor de 130 € ($3 \times 30 \text{ €} + 40 \text{ €}$).
- 5.** Não poder ir à viagem.
- 6.** Conseguirá pagar o valor inicial ao fim de 10 meses: ($220 \text{ €} - 40 \text{ €}$) / $18 \text{ €} = 10$

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 28

1. Saldo da família Pereira:

$890 \text{ €} \times 2 - (740 \text{ €} + 805 \text{ €}) = 235 \text{ €}$

Saldo da família Queirós:

$1850 \text{ €} + 205 \text{ €} - (1170 \text{ €} + 760 \text{ €}) = 125 \text{ €}$

SOLUÇÕES

2. A família Pereira. Embora o valor do fundo de emergência deste mês não chegue para pagar a despesa imprevista, podem recorrer ao valor acumulado no produto de poupança.
3. No presente mês, a família Queirós poderá recorrer ao valor da poupança para pagar a mensalidade da residência. Daí em diante, terá de reduzir as suas despesas variáveis, e se possível também as fixas, de forma a conseguir pagar o valor da mensalidade da residência não coberto pelo valor da pensão do avô (395 €).

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 33

1. A aplicação Z será a mais adequada porque é a que tem a TANB mais alta e o prazo de dois anos, coerente com o objetivo do Samir. Esta conta não permite mobilizações antecipadas, mas isso não constitui um problema uma vez que o Samir só precisará do dinheiro dentro de dois anos. O Samir só conseguirá, no entanto, abrir esta conta dentro de dois meses devido ao montante inicial requerido.
2. A aplicação Z encontra-se excluída para a Telma por apresentar um prazo superior àquele de que ela dispõe para juntar o dinheiro para a viagem e por não permitir mobilizações antecipadas. A aplicação Y encontra-se também excluída por apresentar um prazo superior e por não ter possibilidade de reforço, o que não lhe interessa. A aplicação X é a adequada para a Telma.

3. **Aplicação a prazo X:**
 $J = 500 \times (92/360) \times 0,01 = 1,28 \text{ €}$
 $\text{Juro líquido} = 1,28 - (1,28 \times 0,28) = 0,92 \text{ €}$

Aplicação a prazo Y:
 $J = 500 \times 1 \times 0,02 = 10 \text{ €}$
 $\text{Juro líquido} = 10 - (10 \times 0,28) = 7,20 \text{ €}$

Aplicação a prazo Z:
 $J = 500 \times 2 \times 0,03 = 30 \text{ €}$
 $\text{Juro líquido} = 30 - (30 \times 0,28) = 21,60 \text{ €}$

PENSA SOBRE ISTO... | P. 35

1. Resposta pessoal.

2. Resposta pessoal. É esperado que sejam identificados aspetos como realização de poupanças mensais ou anuais, aplicação desses montantes em produtos de poupança, redução de despesas, etc.
3. Resposta pessoal. É esperado que sejam identificados aspetos como situações imprevistas, mudança de objetivos pessoais, aumento do custo associado aos objetivos, etc.
4. Resposta pessoal. É possível sentir que os valores de poupança necessários são muito altos e inatingíveis, ou que os objetivos podem precisar de ser redefinidos, ou que é necessário começar a poupar desde muito cedo para alcançar objetivos de longo prazo.

PENSA SOBRE ISTO... | P. 41

1. **Resposta esperada:** PPR, fundos de pensões com risco baixo.
2. **Resposta esperada:** ações, obrigações, fundos de investimento.
3. **Resposta esperada:** depósito a prazo, certificados de aforro, certificados do tesouro, seguros de capitalização.

EXERCÍCIOS | P. 42

1. O dinheiro fica mais seguro contra perdas ou roubos, é mais fácil controlar o valor acumulado e pode obter-se uma remuneração pelo dinheiro aplicado.
- 2.1 24 €, o equivalente a uma poupança de três mensalidades.
- 2.2 Durante 9 meses ($72 \text{ €} / 8 \text{ €} = 9$).
- 2.3 **Vantagem:** poupar 24 € ao longo de um ano.

Desvantagem: ter de esperar nove meses para começar a usufruir da subscrição, caso não tenhas poupado previamente o valor necessário.

- 3.1 Apenas o banco A, pois é o único cujo montante mínimo é inferior ao valor disponível de 110 €.

3.2 Banco A:

Juro bruto = $500 \text{ €} \times 1 \times 0,006 = 3 \text{ €}$

Banco B:

Juro bruto = $500 \text{ €} \times 1 \times 0,008 = 4 \text{ €}$

Banco C:

Juro bruto = $500 \text{ €} \times 1 \times 0,01 = 5 \text{ €}$

3.3 O depósito do banco A uma vez que é o que tem o prazo mais curto. E se tivessem decorrido mais de 3 meses após o início do depósito ainda teria recebido juros sobre o montante inicial.

3.4 O banco tem interesse em poder dispor do nosso dinheiro pelo maior período de tempo possível, pelo que oferecerá taxas de juro mais elevadas para prazos de depósito mais longos.

4.1 Juro bruto = $2200 \text{ €} \times 0,5 \times 0,015 = 16,5 \text{ €}$

4.2 Juro líquido = $16,5 - (16,5 \times 0,28) = 11,88 \text{ €}$

5.1 O Carlos.

5.2 Bernardo

Ao final de 3 anos:

Juro bruto = $5000 \text{ €} \times 3 \times 0,02 = 300 \text{ €}$
(100 € por ano)

Carlos

Ano 1:

Juro bruto = $5000 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 100 \text{ €}$
Capital no final do Ano 1 = 5100 €

Ano 2:

Juro bruto = $5100 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 102 \text{ €}$
Capital no final do Ano 2 = 5202 €

Ano 3:

Juro bruto = $5202 \text{ €} \times 1 \times 0,02 = 104,04 \text{ €}$

Ao final de 3 anos:

Juro bruto = $100 \text{ €} + 102 \text{ €} + 104,04 \text{ €} = 306,04 \text{ €}$

O Carlos recebeu mais 6 € do que o Bernardo.

6. a) F. Os títulos de dívida que correspondem a empréstimos às entidades que os emitem são as obrigações.

b) V.

c) F. Um fundo de investimento é o conjunto de um património único aplicado numa variedade de ativos (ações, obrigações, imóveis, etc.).

d) V.

e) V.

- 7. A.** risco de capital
B. risco de liquidez
C. risco de remuneração
D. risco de crédito
E. risco de mercado

8. Situação 1: depósito a prazo

Situação 2: ações

Situação 3: fundos de investimento

Situação 4: fundos de pensões

CAPÍTULO 3

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 49

1. Família Farnalhão:

a) Taxa de esforço =

$= 600 / 2500 \times 100 = 24\%$

b) Rendimento disponível =

$= 2500 \text{ €} - 600 \text{ €} = 1900 \text{ €}$

c) Rendimento disponível por elemento =

$= 1900 \text{ €} / 5 = 380 \text{ €}$

Família Guimarães:

a) Taxa de esforço =

$= 600 / 2500 \times 100 = 24\%$

b) Rendimento disponível =

$= 2500 \text{ €} - 600 \text{ €} = 1900 \text{ €}$

c) Rendimento disponível por elemento

$= 1900 \text{ €} / 3 = 633 \text{ €}$

2. Não, uma vez que a taxa de esforço não tem em consideração a composição do agregado familiar.

SOLUÇÕES

PENSA SOBRE ISTO... | P. 50

1. Resposta pessoal.

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
A. Poupar até ter 600 € para comprar a prancha.	Satisfação por ter poupado e não depender de outras pessoas. Não assumir dívidas. Não ter de pagar um valor superior pela prancha (por não ter recorrido a crédito).	Ter de esperar 5 meses $((600 - 350) / 50 = 5)$ para conseguir comprar a prancha.
B. Pedir o dinheiro emprestado a familiares.	Poder comprar já a prancha. Pode começar a dar aulas, e assim recuperar rapidamente o dinheiro que pediu emprestado e pagar o que deve.	Precisar que os familiares tenham o dinheiro disponível e vontade de o emprestar. Assumir uma dívida.
C. Recorrer a um crédito bancário.	Poder comprar já a prancha. Pode começar a dar aulas, e assim recuperar rapidamente o dinheiro que pediu emprestado e pagar o que deve.	Pagar um valor superior pela prancha (devido aos juros e outros encargos a pagar pelo crédito).

PENSA SOBRE ISTO... | P. 52

1. Não. É esperado que sejam identificados como fiadores pessoas que podem dar como garantia o pagamento dos valores em dívida através dos seus rendimentos ou bens, o que não é o caso do irmão ou amigo do Luís.

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 55

1. **Taxa de juro fixa:** saber exatamente o valor a pagar em cada mês, o que permite saber o impacto do pagamento do empréstimo no orçamento mensal.

Taxa de juro variável: poder beneficiar da descida da Euribor, diminuindo o valor da prestação mensal.

2. **Taxa de juro fixa:**
 $758 \text{ €} \times 12 \times 30 = 272\,880 \text{ €}$
Taxa de juro variável:
 $649 \text{ €} \times 12 \times 30 = 233\,640 \text{ €}$
Taxa de juro mista:
Anos 1-5: $694 \text{ €} \times 12 \times 5 = 41\,640 \text{ €}$
25 anos seguintes: $656 \text{ €} \times 12 \times 25 = 196\,800 \text{ €}$
Total: $41\,640 \text{ €} + 196\,800 \text{ €} = 238\,440 \text{ €}$

3. O melhor tipo de taxa de juro será a variável uma vez que corresponde ao menor valor total a pagar ao fim dos 30 anos.
4. Se a taxa Euribor subir, a taxa de juro variável poderá deixar de ser a melhor opção, uma vez que o valor da prestação mensal aumentará.

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 57

1. A proposta mais vantajosa é a que tem a TAEG mais baixa (proposta 2). A proposta 1 tem uma TAN mais baixa e por isso uma prestação mensal também mais reduzida. Porém, os encargos com comissões e seguros desta proposta são mais elevados, o que a torna globalmente mais cara (como evidenciam também os valores do MTIC). A comparação entre dois créditos com o mesmo prazo e montante deve ser feita com base na TAEG, a única taxa que traduz o custo global do crédito.

EXERCÍCIOS | P. 59

1. Resposta pessoal. Uma vez que se trata do primeiro emprego da Ester, com alguma incerteza face ao futuro, as opções **A** e **B** serão as mais indicadas.

2.1 **C.**

2.2 **B.** $(2000 \text{ €} - 450 \text{ €}) / 3 = 516,7 \text{ €}$

3. **D.** A taxa de esforço é a percentagem dos rendimentos mensais que se destina ao pagamento de todos os empréstimos. Os pagamentos mensais dos empréstimos são despesas fixas no orçamento familiar. Assim, quanto maior a taxa de esforço, maior será o risco de surgirem dificuldades financeiras, caso ocorram situações imprevistas que impliquem o aumento das despesas ou a redução das receitas.

4. **C.** Nos empréstimos com taxa de juro variável, a taxa anual nominal é a soma do indexante e do *spread*. O indexante corresponde a uma taxa de referência, normalmente a Euribor, e o *spread* é definido pela instituição de crédito, contrato a contrato, em função da avaliação do risco do empréstimo.

5.1 **Menor custo:** reembolso integral (100%) no final do mês, que não tem encargos associados.

Maior custo: prestações fixas de 50 €, que das modalidades apresentadas é a que tem mais encargos associados (118,84 €).

5.2 Embora a opção de reembolso integral (100%) tenha menor custo, exige o reembolso dos 1000 € ao fim de um mês. As opções seguintes têm custos crescentes e maior prazo de reembolso, mas prestações mensais mais baixas.

5.3 A família Oliveira só poderá escolher as opções 3 e 4.

5.4 Crédito pessoal. A família Oliveira tem capacidade para pagar a prestação mensal de 86,18 € e o custo do crédito pessoal é de 70,92 €, inferior aos encargos que suportaria nas opções 3 e 4 do cartão de crédito.

6.1 Comissão de avaliação + Conversão de registo + Comissão de abertura:

$$250,00 \text{ €} + 50,00 \text{ €} + 300,00 \text{ €} = 600,00 \text{ €}$$

$$\text{Imposto do selo} = 600,00 \text{ €} \times 0,04 = 24,00 \text{ €}$$

6.2 $\text{MTIC} = 100\,000,00 \text{ €} + 33\,063,01 \text{ €} + (50 \text{ €} \times 30) + 600 \text{ €} + 600 \text{ €} + 24 \text{ €} = 135\,787,01 \text{ €}$

Numa situação real, o montante total a reembolsar poderá variar, nomeadamente em consequência da alteração da taxa de juro.

CAPÍTULO 4

PENSA SOBRE ISTO... | P. 63

1. Resposta pessoal.
2. **Exemplos:** «Mais vale prevenir do que remediar.», «Homem prevenido vale por dois.», «Casa roubada, trancas à porta.»

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 66

1. A partir de 30.04.
2. **Filho mais novo:**
 $234 \text{ €} + 50 \text{ €} + 2 \times 15 \text{ €} + 15 \text{ €} = 329 \text{ €}$
(a 1.ª consulta custou 50 € devido à franquia aplicável à cobertura de assistência ambulatoria)
- Filho do meio:**
 $234 \text{ €} + 50 \text{ €} + 35 \text{ €} + 15 \text{ €} = 334 \text{ €}$
- Filho mais velho:**
 $234 \text{ €} + 50 \text{ €} + 20 \times 3,05 \text{ €} + 2 \times 15 \text{ €} + 15 \text{ €} = 390 \text{ €}$

SOLUÇÕES

3. Filho mais novo:

$$3 \times 80 \text{ €} + 90 \text{ €} = 330 \text{ €}$$

Filho do meio:

$$80 \text{ €} + 90 \text{ €} = 170 \text{ €}$$

Filho mais velho:

$$20 \times 25 \text{ €} + 2 \times 80 \text{ €} + 90 \text{ €} = 750 \text{ €}$$

4. O valor total gasto com os três filhos com seguro totaliza 1053 € enquanto o valor que teriam gasto sem seguro seria de 1250 €. Apesar de a diferença ser pouco significativa no conjunto dos três filhos, no caso do filho mais velho permite perceber que em caso de acidente ou doença inesperada, o seguro permite poupar valores elevados.

5. Pagaram 750 €.

6. Resposta pessoal.

PENSA SOBRE ISTO... | P. 69

1. Seguro de acidentes pessoais.
2. Precaver uma situação em que o Cristiano Ronaldo não pudesse jogar mais, de modo a não perder o dinheiro investido na contratação do jogador.

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 70

1. **Tiago:** Por exemplo: seguro habitação com cobertura de furto do recheio da casa; seguro que proteja a bicicleta de furto ou roubo e outros danos; seguro de acidentes pessoais uma vez que se vai deslocar de bicicleta na cidade; seguro de responsabilidade civil que acautele os danos provocados a outros em resultado da circulação com a bicicleta.

Vânia: Por exemplo: seguro habitação com cobertura de furto, danos por água, riscos elétricos, inundações ou tempestades, para poder ficar tranquila quando viaja; seguro de acidentes pessoais que inclua desportos de risco; seguro de saúde que cubra despesas no estrangeiro; seguro de acidentes de trabalho, uma vez que é trabalhador independente (obrigatório).

EXERCÍCIOS | P. 71

1. C.

2. B.

- 3.1 A. Seguro de incêndio

C. Seguro de acidentes de trabalho

E. Seguro de responsabilidade civil automóvel

- 3.2 B. Seguro de responsabilidade civil com cobertura de responsabilidade civil familiar.

D. Seguro automóvel com cobertura para atos de vandalismo.

4. empresa de seguros, tomador do seguro, prémio, risco, cobertura, franquia, menor

- 5.1 Terá pago 469,98 €.

$$(229,98 \text{ €} + 12 \times 20 \text{ €})$$

- 5.2 Gastaria 589,86 €.

$$(469,98 \text{ €} + 12 \times 9,99 \text{ €})$$

- 5.3 Sim, se o Wender tivesse contratado o seguro ou se tivesse sido mais cuidadoso com o seu telemóvel e não o tivesse deixado cair.

- 5.4 Resposta pessoal.

6. Por exemplo:

A. Consultas de urgência médica, exames médicos, internamentos, óculos, aparelhos dentários, etc.

B. Danos materiais e corporais causados, pelo nosso veículo a terceiros; danos corporais dos ocupantes da nossa viatura.

C. Incêndios, inundações, roubo, etc.

D. Consultas veterinárias, vacinas, etc.

CAPÍTULO 5

PENSA SOBRE ISTO... | P. 80

1. Foi negativa, uma vez que a inflação é superior ao valor da taxa de juro nominal.

2. Precisariam de 1011 €.

$$1000 \text{ €} + 0,011 \times 1000 \text{ €} = 1011 \text{ €}$$

PENSA SOBRE ISTO... | P. 84

- a) O saldo seria de 80 €.
- b) O saldo seria de 100 €, uma vez que pagou com o cartão de crédito. Neste caso, o valor da compra só será debitado na sua conta à ordem no mês ou meses seguintes, dependendo da modalidade de reembolso acordada.

PENSA SOBRE ISTO... | P. 85

- 1. a) débito direto
- b) cartão de crédito; cartão de débito, caso o *site* o permita; pagamentos digitais (mais seguros para pagamentos *online*)
- c) transferência bancária
- d) numerário
- e) numerário; cartão de débito; cartão de crédito

SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 86

- 1. Movimentos de débito, uma vez que o valor é subtraído ao seu saldo.
- 2. Pagamento da água, pagamento da net + TV e pagamento da luz e gás.
- 3. Resposta pessoal. O ginásio poderia ser pago por débito direto, uma vez que é uma despesa mensal fixa.
- 4. Sim, porque apesar de o saldo ser inferior ao valor que ela tem a pagar, a conta tem facilidade de descoberto (crédito) até ao limite de 500 €, o que já é suficiente para pagar o valor da obra.

EXERCÍCIOS | P. 90

- 1. Dificuldade de transporte; era preciso encontrar alguém interessado em receber vacas ou conchas; não divisibilidade das vacas para pagar bens de pequeno valor.
- 2. C.
- 3. $5000 / 200,428 = 24,94$ €
- 4. Resposta em função da taxa de câmbio do dia.
- 5. A taxa de juro nominal é a taxa de juro acordada e paga, enquanto a taxa de

juro real corresponde à taxa de juro nominal corrigida devido à inflação. Devemos prestar atenção à taxa de juro real.

6.1

2012: – 1,99%

$$\text{Taxa de juro real} = \frac{1 + 0,0075}{1 + 0,028} - 1 = - 0,0199$$

2016: 0,15%

$$\text{Taxa de juro real} = \frac{1 + 0,0075}{1 + 0,006} - 1 = 0,0015$$

2020: 0,75%

$$\text{Taxa de juro real} = \frac{1 + 0,0075}{1} - 1 = 0,0075$$

- 6.2 Apenas nos anos de 2016 e 2020, uma vez que nestes anos a inflação foi menor do que o valor da taxa de juro nominal.

- 7.1 Não, porque pode ser roubado e porque, por não estar aplicado num produto de poupança, não está a render juros. Poderá aplicá-lo num depósito a prazo.

- 7.2 O Ivo deve pagar a conta do cartão de crédito pois assim evita o pagamento de juros e o endividamento.

- 8. C. 50 € porque o valor pago com o cartão de crédito não sai imediatamente da conta.

- 9. Sim. O custo da operação em dólares foi de 70,65 \$, o que é superior ao valor da conversão dos 65 € à taxa de câmbio indicada ($65 \text{ €} \times 1,047 = 68,06 \text{ \$}$). A diferença corresponde às comissões pagas.

- 10. a) 3 b) 4 c) 1 d) 5 e) 2

- 11. Os intermediários financeiros atuam no mercado de capitais para canalizar a poupança diretamente dos aforradores para os devedores. Recebem dos investidores as ordens de compra e venda relativas a valores mobiliários em vista à sua execução.

- 12. São uma alternativa à banca para as empresas e os Estados obterem financiamento e para os investidores aplicarem a sua poupança.

- 13. C.** Para além dos bancos, bolsas de valores e empresas de seguros, o Banco de Portugal, a CMVM e a ASF supervisionam também as entidades referidas na página 89.

CAPÍTULO 6

PENSA SOBRE ISTO... | P. 97

- 1.** Não é possível identificar o remetente de forma clara; o *e-mail* começa por uma saudação geral, não especificando quem é o destinatário; o *e-mail* tem erros ortográficos, de pontuação e de gramática; *link* de carácter duvidoso no final do *e-mail*; a mensagem tem um carácter de urgência.

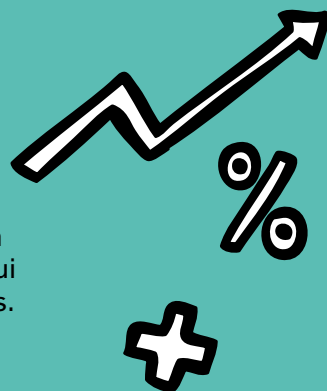
SITUAÇÃO-PROBLEMA | P. 101

- 1.** O Martim deveria ter procurado informações sobre o vendedor pois apenas deveria comprar os bilhetes diretamente ao promotor do festival ou a agentes de revenda autorizados. Na altura de efetuar o pagamento, deveria ter verificado o endereço do *site*, para ver se começava por https e se tinha um cadeado, o que lhe garantia tratar-se de um *site* seguro.

EXERCÍCIOS | P. 102

- 1. Por exemplo:** pagamentos, transferências, contratar um crédito, constituir um depósito a prazo, contratar um seguro.
- 2.** Devemos verificar se está registada junto de um dos supervisores financeiros: Banco de Portugal, CMVM e ASF.
- 3.** A Patrícia deveria ter verificado se o endereço do *site* começava por https e se ao lado do endereço surgia um cadeado, o que indicava que o pagamento era seguro. Adicionalmente, deveria ter verificado se o endereço era real e procurado informação sobre o vendedor ou comentários de outros compradores no *site*. Depois do sucedido deve cancelar o seu cartão de crédito.
- 4.1** Foi vítima de *smishing*.
- 4.2** Saudação genérica; o carácter de urgência da mensagem, solicitando que clique num *link* e que introduza os seus dados completos de acesso (nunca solicitados por uma instituição financeira através de mensagem); escrita utilizando termos de português do Brasil.
- 4.3** Em vez de clicar no *link*, o Rogério deveria ter contactado a entidade bancária para verificar a autenticidade da mensagem.

O Caderno de Educação Financeira para o ensino secundário destina-se a apoiar alunos e professores na abordagem a temas do Referencial de Educação Financeira e pode ser trabalhado nos diversos contextos curriculares de aprendizagem, no âmbito das disciplinas ou no desenvolvimento de projetos. Os temas do Referencial são apresentados de forma criativa e didática, nomeadamente através de situações-problema, que se baseiam em histórias próximas da realidade dos jovens desta faixa etária e inclui exercícios e dicas para pôr em prática os conhecimentos adquiridos.



Este caderno é o quarto volume da série Cadernos de Educação Financeira. A publicação do Caderno de Educação Financeira 4, tal como os já publicados para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, resulta da parceria, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, entre o Ministério da Educação (através da Direção-Geral da Educação), os supervisores financeiros (Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) e quatro associações do setor financeiro (Associação Portuguesa de Bancos, Associação Portuguesa de Seguradores, Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e Associação de Instituições de Crédito Especializado).

Com esta publicação pretende-se apoiar a educação financeira dos mais novos, convictos de que esta lhes permitirá, no futuro, exercer uma cidadania financeira responsável.



EDUCAÇÃO



Caderno
de Apoio
ao Professor